



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM ECOLOGIA HUMANA

**Subjectividades Construídas pelos Habitantes
Tradicionais e Nobilitadores do Bairro de Alfama: para
uma Teoria Ecológica do Self**

Olga Romão Branco

Sob orientação de: Professor Doutor Luís Soczka
Escola Superior de Altos Estudos, Coimbra
Professor Arquitecto G. Ribeiro Telles
Universidade de Évora

Esta dissertação não inclui as críticas feitas pelo júri.



AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem os contributos de todos a que, em seguida, me refiro. Assim, agradeço:

Aos pais e avós por em mim acreditarem e me amarem incondicionalmente.

Aos amigos, de longa data, pela partilha e encorajamento, nomeadamente, Célia Jorge, Ana Martins, Magda Magro, Sofia Banhudo, Maria Gouveia Pereira, João Oliveira, Rui Bártolo, Magda Machado, Virgílio Amaral, Ana Real e Marlene Marques.

Aos mais recentes, mas também queridos amigos, refiro-me aos colegas deste curso de mestrado, pelos comentários, troca de impressões e sugestões, bem como pela amizade franca e bem disposta. Muito especialmente: Margarida Góis, Teresinha Ortet, Patrícia Pinheiro, António Carlos, Filomeno, ZéManel, Mário, Sónia, Palminha, Brissos e Aires.

Ao Professor Doutor Luís Soczka, meu mentor, a quem devo a minha formação em Psicologia Ambiental e que tão presente esteve no acompanhamento deste trabalho **OBIGADA!**

Ao Professor Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles pela consistência do seu legado científico e aplicado bem como o interesse e incentivo demonstrados em relação a este trabalho.

Aos Professores deste curso de mestrado pelos ensinamentos que tanto contribuíram para a realização desta dissertação. Especialmente ao Professor Doutor Mascarenhas, a quem não posso deixar de personalizar um sentido agradecimento, pela disponibilidade e incentivo constantes.

À Ana Teresa pela afabilidade e espontaneidade na ajuda.

A todos os residentes de Alfama que participaram nesta investigação por me terem aberto a porta de suas casas e de suas vidas.

Dedico este trabalho ao Avô Chico, que sempre me encorajou a fazê-lo.

ÍNDICE

Introdução.....	9
Ecologia humana: uma ciência, disciplina integradora e filosofia.....	11
Abordagem das ciências sociais acerca da vida no espaço urbano.....	18
Identidade de lugar: o enlace entre a Pessoa e o Ambiente.....	18
A proposta pioneira de Proshansky.....	19
Funções da identidade de lugar segundo Proshansky.....	25
Reconhecimento.....	25
Atribuição de significado.....	26
Expressividade.....	27
Mediação da mudança.....	28
Controlo da ansiedade.....	29
Identidade de cidade: a proposta de Lalli para teorizar e contextualizar a identidade de lugar.....	31
Identidade e vinculação ao lugar: a controvérsia sobre qual se forma primeiro ou o caso do ovo e da galinha.....	37
Experiência emocional dos espaços.....	39
A casa, o bairro e a comunidade.....	41
Pôr o lugar na identidade: Breakwell e a teoria do processo identitário.....	48
Princípios da identidade.....	50
Distinção ou singularidade.....	50
Continuidade.....	51
Auto-estima.....	53
Auto-eficácia.....	55
Nobilitação: Definição do Conceito e Perspectivas Teóricas.....	58
Articulação entre a Identidade com o Lugar e a Nobilitação: contributos da empiria.....	67
Metodologia.....	74
Caracterização da população e amostra.....	74
Alfama: lugar de história.....	77
Alfama em números: estatísticas da população e habitação.....	79
Opções metodológicas e caracterização do instrumento.....	85
Fundamentos teóricos da psicologia dos constructos pessoais.....	86
Inserção da investigação num quadro epistemológico transaccional.....	88
Acesso à estrutura matemática da identidade.....	88
Acesso às comunalidades: comparação entre identidades individuais e grupais.....	89
Instrumento.....	90
Procedimento.....	92
Resultados e Interpretações.....	95
Discussão.....	108
Referências bibliográficas.....	121
Anexos.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição sócio-gráfica da amostra.....	76
Tabela 2: Densidade populacional e habitacional por freguesia.....	79
Tabela 3: Níveis de conservação do edificado.....	80
Tabela 4: Distribuição dos constructos pessoais produzidos por mais de 20% dos referentes segundo categorias e sub-categorias identificadas.....	96
Tabela 5: Coordenadas, contribuições absolutas e relativas obtidas no grupo dos tradicionais.....	101
Tabela 6: Coordenadas, contribuições absolutas e relativas obtidas no grupo dos nobilitadores.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prédio degradado (Freguesia de Sto. Estêvão).....	80
Figura 2: Densidade de casas abandonadas no distrito de Lisboa.....	81
Figura 3: Edifício abandonado (Freguesia de St ^o . Estêvão).....	81
Figura 4: Representação gráfica da população residente em Sto. Estêvão segundo grupo etário.....	83
Figura 5: Representação gráfica da população residente em S. Miguel segundo grupo etário.....	84
Figura 6: Grelha protocolo dos constructos pessoais contendo os elementos considerados na presente investigação.....	91
Figura 7: Grelha protocolo dos consructos pessoais: protocolo de um nobilitador.....	92
Figura 8: Representação esquemática dos procedimentos para o preenchimento das grelhas de Kelly.....	93
Figura 9: Modelo da identidade de lugar construído com base na análise de conteúdo dos constructos.....	96
Figura 10: Representação num espaço euclidiano das dimensões identitárias dos tradicionais.....	102
Figura 11: Representação num espaço euclidiano das dimensões identitárias dos nobilitadores.....	105

Resumo

Num momento em que a cidade de Lisboa assiste a um arreigamento do seu território, em particular da zona histórica, por parte de uma elite que pela particularidade da estrutura sócio-económica, familiar, esteticista (articulação entre o elitismo arquitectónico do passado e o formalismo pós moderno, fazendo apelo a uma reinvenção do património) é indiciador da presença de novos estilos de vida importa conhecer, não só o tipo de ocupação e de apropriação, como a sua consequência na gestão das identidades de lugar de nobilitadores e tradicionais. O caso de estudo que se apresenta é o da nobilitação do bairro de Alfama, um bairro histórico de Lisboa.

O que emana do estudo ecológico realizado mediante uma perspectiva transaccional (grelhas de Kelly e entrevistas aprofundadas) é que a nobilitação não tem necessariamente de ser marcada por contornos negativos (*viz.*, descaracterização dos bairros e património histórico e ameaça da identidade) podendo ser promotora da revitalização urbana, ao mesmo tempo que assegura alguns dos princípios identitários.

Apesar das diferenças quanto à arquitectura conceptual das identidades dos tradicionais e nobilitadores, a principal conclusão é que mais do que dizer que é a ligação que as pessoas estabelecem com o lugar conducente à identidade de lugar, são as ligações que as pessoas estabelecem entre si, com os grupos e os grupos entre si que preenche as suas vivências e os liga emocionalmente ao lugar. Apesar de termos depositado inicialmente o nosso interesse na identidade de lugar acabámos por focá-la enquanto aspecto nuclear corroborando algumas das mais recentes propostas teóricas referentes ao espaço e identidade, entre as quais de Speller (2000). São ainda efectuadas sugestões que podem servir as políticas que orientam a ecologia urbana.

Summary

At a moment when Lisbon is undergoing territory rooting, particularly of its historical area, by an elite that through its particular socio-economic, familiar, aesthetic structure (the link between the architectonical elite of the past and a post-modern formalism, appealing to a reinvention of the patrimony) is indicative of the presence of new styles/ways of life, a need arises to know not only the type of occupation and adequacy, but also its consequence on management of place identity of gentry and traditionalists. The study-case presented is one of the Alfama quarter, a historical quarter of Lisbon.

What emanates from the environmental study, by means of a transactional perspective (Kelly's grid and thorough interviews), is that gentrification does not necessarily have to be marked by negative outlines (namely de-characterization of quarters and historical patrimony as well as threatened identity) but could be a potential promoter of urban revitalization while ensuring some marking principles.

Notwithstanding the differences regarding conceptual architecture of identity of the traditionalists and gentry the main conclusion is that, more than stating that it is the bond that people establish with place conducive to place identity, it is the bonds which people establish between themselves, with groups and the groups between themselves, which fulfil their daily living and links them emotionally to place. Even though we initially deposited our interest on place identity we ended up focussing it rather as a nuclear aspect corroborating some of the most recent theoretical proposals relating to space and identity, of which, those of Speller (2000). Moreover suggestions are given which may serve as policies guiding urban ecology.

INTRODUÇÃO

Lisboa é actualmente palco de correntes migratórias com importantes consequências na recomposição da malha urbana. É de salientar que a par dos saldos deficitários da cidade em relação às periferias está o *gap* para a penetração dos novos residentes, entre os quais os nobilitadores (Gonçalves, 1980). Estes surgem diferentemente descritos na literatura, principalmente quando esta aponta para perfis ou motivações, porém, as suas características prototípicas prendem-se com a pertença a uma classe sócio-gráfica média-alta, a ausência de raízes de parentesco na zona e a valorização da habitação e propriedade sobretudo se as características dos edifícios se prestarem a ser renovadas pondo a tónica num revivalismo nobre.

Alguns dos autores que têm abordado a globalização do espaço urbano é com preocupação que se referem às mudanças identitárias (Firmino da Costa, 1999; Rodrigues, 1999) falando, mesmo, na profusão de *identidade híbridas*. Outros mais optimistas defendem teses de diferenciação, através de um processo de sectorização das comunidades que se distinguem pela via da organização em mosaico (Park, 1916; Timms, 1971) ou em sub-culturas (Fisher, 1976).

O que emana das análises teóricas e empíricas é que a nobilitação não tem necessariamente de ser marcada por contornos negativos (*viz.*, descaracterização dos bairros e património histórico/nacional, ameaça da identidade de lugar resultante da perda da tradição e do vernáculo e/ou abandono mais ou menos forçado por parte dos tradicionais), podendo mesmo ser promotora da renovação urbana, com a requalificação e recuperação que lhe está implícita, primando pela diversidade ocupacional, funcional e estética. Contudo o sucesso deste processo assenta na gestão adequada do mesmo. Para tal é preciso conhecê-lo o que carece de uma abordagem ecológica, tendo em conta a especificidade do contexto. É essa análise que é o centro deste trabalho, sendo o palco escolhido o Bairro de Alfama.

De salientar que a abordagem ecológica desta investigação se configura graças à filosofia/técnica dos constructos pessoais (Kelly, 1955). Assim, sendo os constructos pessoais a resultante das transacções entre as antecipações subjectivas do real e a sua validação, por intermédio da experiência, está-se perante um efectivo afastamento de um

quadro de pesquisa monolítico, compreendendo-se esta análise numa visão holística do sujeito-espaço físico/social; que não só confere sentido à análise da identidade de lugar, como permite a acepção da identidade enquanto processo, promovendo o afastamento das perspectivas estáticas e/ou determinísticas.

A pertinência da gestão da nobilitação está parcialmente justificada pelos casos de estudo em que a nobilitação urbana teve implicações negativas, não só ao nível da sócio-paisagem mas ao nível da estetização dos lugares, terem sido aqueles em que a lógica dominante foi a da importação de modelos padronizados de regeneração urbana. A ênfase na revalorização dos centros da cidade e em particular das zonas históricas assente na profusão do consumo estético/cultural não é uma panaceia. A transformação de áreas históricas ou de zonas ribeirinhas em projectos residenciais e de comércio/lazer, associados a um investimento cultural que inclua programas específicos de animação, *ateliers*, etc., transformando-os em novos-velhos espaços da urbanidade pode não resultar em lugares (Augé, 1992), mas, ao invés, espaços onde a classe média deambula. Este fenómeno acontece predominantemente quando a mono funcionalidade se instala. Uma vez que a nobilitação constitui um importante contributo para o tecido social das metrópoles, que parece não depender da reapropriação das zonas históricas de matriz sócio-cultural identificada com as classes populares, com identidades pretensamente mais localistas do que cosmopolitas, interessa, não só saber como é que os nobilitadores representam o bairro e estruturam as suas identidades ancoradas no lugar, como igualmente os tradicionais. Assim, os objectivos para os quais a presente investigação aponta são:

- Saber se as experiências, vivências, e concepções relativas ao bairro de Alfama se expressam diferentemente nas identidades de lugar destes dois grupos socio-espaciais
- Compreender a estrutura e o processo (princípios identitários) em que ancoram as identidades de lugar dos nobilitadores e tradicionais de Alfama. Depositando particular atenção ao/aos domínio/os da identidade em cuja relação com o lugar produz efeitos (pessoal, social, global)
- Entender as experiências, vivências e concepções dos habitantes tradicionais e nobilitadores através da sua antecipação subjectiva do real tentando perceber se a

nobilitação é um processo conducente à revitalização do bairro ou se deve ser travado.

Antes de vermos alcançados os objectivos que propusemos, apraz fazer referência ao modo como as ciências sociais (viz., sociologia urbana, antropologia e psicologia ambiental) têm perspectivado a vida em contextos urbanos com particular enfoque nas correntes migratórias, bem como integrar esta investigação num paradigma cuja visão do mundo e da ciência lhe confira um significado transaccional – este é aqui emoldurado pela Ecologia Humana.

Ecologia Humana: uma Ciência, Disciplina Integradora e Filosofia

As visões modernas do mundo e da ciência são em termos paradigmáticos diferenciadas das da ciência clássica. A emergência da ecologia humana representa, assim, um marco evolutivo que retracta o afastamento do dualismo cartesiano pelo que constitui um evento crítico que demarca a passagem da visão clássica para a modernidade (Swenson, 1997).

Se a visão cartesiana aponta no sentido da dicotomia entre o físico e o psicológico, a kantiana pressupõe quase uma extrapolação da primeira só que, desta feita, assente na dualidade entre os aspectos ambientais e biológicos.

A própria teoria da evolução bem como algumas das suas versões mais conhecidas, como o neodarwinismo, pressupõem igualmente a dicotomização da componente biológica e física promovendo assim a total separação entre os organismos e o ambiente. Neste caso pode referir-se que as leituras efectuadas por alguns autores das leis da física (mais propriamente da segunda lei da termodinâmica), como por exemplo a de Boltzman na segunda metade do século do século XIX, concorreram para a sedimentação desta antítese (Gare, 2001). De acordo com Boltzman (1886, 1974 citado por Swenson, 1997) a tendência para a desordem dos sistemas físicos ostenta uma probabilidade quase certa, pelo que a evolução biológica constitui uma contra-corrente. Esta concepção surge particularmente clarividente na afirmação de Fisher (1930-1958, p. 39: citado por

Swenson, 1997) “*entropy changes leads to a disorganization of the physical world (...) while evolutionary changes [produce] progressively higher organization*”. Esta visão ainda hoje vigora por entre os defensores da visão darwiniana, a saber pelos escritos de Dennett (1995, citado por Swenson, 1997) nos quais é salientado que aos seres vivos é conferida a missão de desafiar a segunda lei da termodinâmica.

Pelas visões anteriormente apresentadas surge enfatizada a dualidade entre o Homem e a Natureza, assim, quer o evolucionismo darwiniano quer as versões subsequentes, incluindo a sociobiologia, acabam por perspectivar um afastamento entre a ontogénese e a filogénese o que pode ser considerado reducionista, particularmente quando se trata de explicar a evolução do Homem.

Também ao nível das ciências ditas do Homem a molecularização Homem - Ambiente foi marcante. Estas muito movidas pelo positivismo, que ao acentuar esta dualidade são reduzidas a uma busca de leis que permitem a previsão e o controlo dos comportamentos e processos psico-sociológicos: como se o objecto de análise fosse a resposta de sujeitos passivos a estímulos e condicionantes externos.

No caso da Psicologia pode dizer-se que esta visão teve uma forte influência. Na verdade é a Psicologia do Behaviorismo que vigora até aos dias de hoje por ser aquela em que o experimentalismo encontra um porto seguro, mas é também onde a alienação e a invalidade ecológica da pesquisa, dominada pela assepsia laboratorial, que nada tem a ver com a realidade, prolifera (Soczka, 1980).

A própria crise ecológica tem as suas raízes mais profundas nas visões paradigmáticas do mundo, que englobam a díade Homem – Ambiente (*viz.*, Dominant Western Paradigm e Human Exemptionalist Paradigm). A utilização do termo díade, mesmo que tal pressuponha já uma perspectiva interaccionista aplica-se, literalmente, a esta ideia. É, justamente, o afastamento do Homem do Ambiente que lhe fomentou a concepção utilitária que resultou na sobre-exploração e consequente degradação.

A proposta de um binómio humanidade-natureza tem conduzido a que o sentido de cada um dos termos se alimente da diferenciação em relação ao outro. Este marco está patente nas constantes tematizações que ao longo dos séculos têm surgido e que fazem emergir outros binómios como natureza-cultura, natural-artificial ou natureza sociedade (Weichart, 1993).

O próprio ambientalismo enquanto movimento plenamente instituído na segunda metade do século XX acaba por introduzir um novo filtro de leitura do referido binómio,

quer no vocabulário especializado, quer no corrente. Outra resultante é a institucionalização do ambiente em partidos políticos, legislações, tratados e ministérios, que funciona como a legitimação desta parcelarização.

Também o surgimento da ecologia, enquanto ciência centrada na abordagem ecossistémica, que acabou por ter forte impacto ao nível das ciências naturais (e.g., biologia, física e química) é revelador deste distanciamento. Mais ainda é a sua repercussão nas ciências humanas, se pensarmos por exemplo na abordagem ecológica da cidade que orientou os primeiros trabalhos no domínio da sociologia da escola de Chicago (viz., Simmel, 1900, Wirth, 1928) na qual o determinismo do ambiente em relação ao Homem é a principal marca. A homologia entre a cidade e um ecossistema (e.g., montanha, lago) redundava na concepção da urbanidade como um ser passivo sujeito à influência unidireccional do ambiente sem ter recursos cognitivo-comportamentais que lhe permitam gerir os condicionantes da sobre-densidade populacional e responder adaptativamente de forma criativa fugindo ao determinismo biológico e ao comportamento estereotipado próprio dos outros seres vivos.

Apesar da crise ecológica ter sido tratada no âmago da ecologia é no domínio da ecologia humana que a sua discussão adquire plenitude; de salientar que o próprio Amos Hawley (1963) a propósito da vida na cidade apresenta já uma visão favorável acerca da mesma demonstrando, assim, uma oposição a toda uma tradição que fazia coincidir o positivismo dos pioneiros da Sociologia com os comportamentalistas das linhas Watsoniana e Skinneriana. O ser humano é assim considerado não como um mero respondente passivo mas como um actor social que embora enquadrado em contingências sócio-ambientais é um decisor que orienta as suas escolhas para objectos particulares, pelo que até os contingentes que à primeira vista podem ser interpretados como muito negativos para o Homem Urbano, podem por este ser transformados em mais-valia. A cidade terra de oportunidades e palco de diversidade – visão que fora igualmente defendida nas teorias subculturais e composicionalistas – tem aqui lugar.

Foi através do reconhecimento que a problemática ambiental só adquire sentido quando analisada à luz das próprias crises sociais que a concepção holística começou a ganhar forma e a desenvolver-se. Também de que a explicação de fenómenos vivos de tipo complexo, como os humanos, é construída sempre em continuidade com a dimensão biológica dos seres vivos em questão; de salientar que a explicação de fenómenos humanos do tipo psicológico, interpessoal, comunitário, social, ecológico, etc., terá

sempre de estar articulada com as dimensões biológicas dos seres humanos em causa; isto significa que explicações, por exemplo do tipo social da conduta, não podem estar em contradição com a sua conduta enquanto ser biológico, exactamente porque a dimensão social participa na sua especificação enquanto ser biológico.

Da constituição da ecologia humana enquanto ciência e filosofia adveio o contributo para a integração das visões trans-disciplinares do ambiente, concedendo-lhes uma sustentação em termos identitários, como se de uma identidade supra-ordenada se tratasse. Desta base de sustentação uma das vantagens é a articulação dos saberes produzidos nas várias disciplinas, o que se torna possível através da descodificação e articulação em termos de linguagem.

De salientar que independentemente de se considerar a existência de uma crise ecológica, pois há quem refira que esta é apenas uma representação social emancipada advinda do tratamento que os media faz do discurso científico, há o reconhecimento de uma obrigação moral por parte das comunidades na salvaguarda do ambiente das gerações vindouras. Esta passa também pelo culturalismo e pelas sociedades de bairro.

Vários autores, entre os quais Steiner (1993) salientam que apesar de ser fácil justificar a pertinência da Ecologia Humana enquanto disciplina integradora, a fundamentação de uma conjectura metateórica é mais difícil de se alcançar.

Um dos modelos que melhor representou esta concepção da ecologia humana foi proposto por Steiner (1993) que o designa "*the human ecological triangle*". Este contempla três elementos que são o ambiente (A), a sociedade (S) e a pessoa (P). Neste, a análise molecular ou parcial de cada um dos vértices não é contemplada pois é enfatizado o todo, as partes inclusas de uma entidade una: a perspectiva molar surge, assim, enquanto um dos corolários. Segundo este não pode a pessoa, o ambiente e as variáveis sociais serem contemplados *per se* já que a tríade é perspectivada de uma forma holística, podendo assumir-se que outro dos corolários remete para a indecomponibilidade.

A causalidade em termos lineares (uni ou bidireccionais) é ultrapassada por uma leitura integradora, pois a explicação dos fenómenos faz-se, usualmente, por recurso à causalidade circular e/ou à causalidade múltipla verificando-se um afastamento da causalidade formal em termos aristotélicos. Por esta via o modelo acaba por permitir a conciliação de leituras multidisciplinares, pelo que a ecologia humana surge aqui como disciplina integradora. Segundo esta visão transaccional [terminologia que adaptámos da

taxonomia proposta por Altman e Rogoff (1987) mas que pela descrição efectuada podemos considerar próxima da visão de Steiner], a própria intervenção assume contornos particulares já que deixa de ser pensada em moldes de adaptação para surgir conotada pela optimização, neste caso circumspecta à tríade que sofre mutações enquanto um todo. Valoriza-se sobretudo a dimensão dinâmica processual dos fenómenos estudados, não se considerando as componentes do sistema estudado como factores especialmente importantes ao nível explanatório.

Apesar de Steiner se centrar na tríade pessoa-ambiente, pessoa-sociedade, referindo que todo o conhecimento produzido no âmbito da ecologia humana se articula perante estas duplas; posicionando as disciplinas científicas nestas lateralidades, deve referir-se que é a palavra tríade a mais apropriada, pois afasta-se da dualidade até então tratada na maior parte das ciências entre as quais a Psicologia. Nesta, a menção ao ambiente foi desde sempre discutida, o que é notório nos intermináveis debates acerca do inato e adquirido. As teorias da percepção, ancoradas em correntes como o gestaltismo ou na visão *new look*, nas quais pudemos enquadrar os trabalhos de Kurt Lewin e Ergon Brunswick são outros exemplos mais ou menos integradores.

Pela explanação anteriormente apresentada parece agora fazer sentido introduzir uma definição de ecologia humana, que apesar de não ter sido proferida por Steiner pode ser lida à luz do seu modelo/paradigma.

“Human ecology is an holistic, integrative interpretation of those processes, products, orders and mediating factors that regulate natural and human ecosystems at all scales of the earth’s surface and atmosphere. It implies a systemic framework for the analysis and comprehension of three logics and interrelations between their constituents using a temporal perspective. These three logics are:

A bio-logic, or the orders of biological organisms.

An eco-logic, or the order of inorganic constituents (e.g., water, air, soil and sun).

A human-logic, or the ordering of cultural, societal and individual”.

Lawrence (1993, p.214 citado por Steiner, 1993).

A ecologia humana surge, assim, como uma disciplina que contraria o discurso fragmentado permitindo congregar as leituras que têm sido produzidas em torno do lugar e da identidade que é, precisamente, o objecto de estudo contemplado nesta dissertação.

A literatura que refere a importância do lugar na construção do self e da identidade remonta aos anos 70 e insere-se no domínio de disciplinas como a Psicologia Ambiental, Sociologia, Geografia Humana e Antropologia. Apesar do interesse que tem sido

dispensado à conjugação entre o lugar e a identidade e que se concretiza na pluralidade de conceitos e respectivos significados há ainda uma série de obstáculos que sublinham a pertinência de se investigar este domínio (Low & Altman, 1992). Digamos que aquilo que a diversidade em termos de abordagens multidisciplinares permite ganhar em abrangência, conduz à perda em termos de profundidade.

Um dos obstáculos é precisamente a variedade de conceitos aos quais é feito apelo para designar a relação entre o indivíduo e o lugar. Assim, algumas das propostas versam sobre vinculação à comunidade (*community attachment*) (Kassarda & Janowitz, 1974 citados por Hidalgo & Hernandez, 2001), sentido de comunidade (*sense of community*) (Sarason, 1974), vinculação ao lugar (*place attachment*) (Gerson et al., 1977) e identificação com o lugar (*place identification*) (Graumann, 1983).

O facto de algumas destas propostas, apesar de optarem por definições diferenciadas, se centrarem num mesmo significado e de integrarem dimensões umas das outras, acaba por constituir um dos principais obstáculos à compreensão. Também por existir um grande número de investigações que se interessa mais pelas resultantes das relações estabelecidas com o lugar do que pelo processo que subjaz a formação da identidade concorre para limitar a progressão do conhecimento.

Decorrente da diversidade de conceitos e respectivos significados, Low e Altman (1992) sugerem que é tempo de se efectuarem análises em que se confrontem as propostas conceptuais, de modo a incutir algum rigor nas fases subsequentes do ciclo de investigação. Salientam ainda que a recorrência a tão vasto número de conceitos acaba por dar origem a pseudo explicações, que funcionam enquanto obstáculo substancialista.

O cerne da problemática parece não estar no quadro conceptual, *per se*, mas nos modelos psicológicos e nos procedimentos usados, que por vezes se afastam de “*uma psicologia das pessoas nos seus cenários de vida reais, capaz de responder às interrogações acerca das transacções entre os processos psicológicos, acções humanas e os contextos e cenários em que elas se desenrolam*” (Soczka, 1984; 2000).

A insistência no paradigma positivista no qual o sujeito, o meio e o processo são partes decomponíveis relativamente às quais se podem aplicar explicações e verificar relações determinísticas (do tipo causa-efeito do meio para o sujeito) comprometem, justamente, a visão de continuidade dos fenómenos, levando a que muitas investigações procedam a análises completamente alienadas.

Low e Altman (1992) salienta que o sobre-investimento nos estudos trans-situacionais cuja principal pretensão é a construção de modelos baseados em leis universais constituiu um verdadeiro entrave à progressão do conhecimento em torno da transacção sujeito - espaço físico/social. A ênfase neste tipo de pesquisas, na maioria efectuada no decorrer da década de 70, vem sublinhar o facto de nem sempre as ciências sociais acompanharem o pulsar da história. Neste caso específico, sendo o momento particularmente importante em translocações, entre as quais migrações e realojamentos impostos entre outras mutações ambientais e consequentemente sociopsicológicas, teria sido mais profícua a centração no fenómeno num mesmo quadro situacional. Com isto não se põe de parte o facto das propriedades de um mesmo cenário estarem em constante mutação, sendo por isso importante dar conta das variações no tempo e no espaço (análises diacrónicas) em função dos significados sociais.

Apesar dos entraves anteriormente destacados deve reconhecer-se que muitos dos investigadores não se cingiram ao programa de pesquisa monolítico, enveredando por perspectivas organísmico-sistémicas e transaccionais (Altman & Rogoff, 1987). A visão anti-fragmentada do mundo e da ciência, tal como aquela que é possibilitada no quadro da ecologia humana acaba por ser o modo como se pensa vir a introduzir alguma progressão no conhecimento desta matéria. De um modo mais imediato parece-nos que a identidade pessoal se gera de um modo holístico (ou seja, num interacção contínua e bidireccional das partes com o todo entre as várias dimensões do ser humano: biológica, emotiva, afectiva, comunitária, social, ecológica, etc.)

Alguns exemplos são a perspectiva de Proshansky (1978), Proshansky, Nelson-Shulman e Kaminoff (1979), Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) segundo a qual as transacções pessoa – ambiente físico/social são o foco de análise e o objecto epistemológico.

Embora para o presente estudo seja a visão transaccional do mundo aquela que permite alcançar uma maior amplitude em termos de conhecimento, reconhecer a perspectiva transaccional enquanto um *“one best way”* acaba por constituir um enviesamento. O que Altman e Rogoff (1987) nos dizem é que consoante os objectivos da investigação assim deverá apoiar-se em termos meta-teóricos na visão paradigmática mais adequada. Segundo as suas palavras: *“none of these world views provides the best or correct approaches. They simply result in different forms of inquiry, understanding and theory”*. Outro aspecto que os autores reforçam prende-se com as teorias em uso geralmente

fazerem apelo a mais do que uma visão do mundo em simultâneo. Ao nível do estudo da identidade de lugar, apesar de no seu quadro teórico se encontrarem investigações que se centram mais na componente psicológica – assentando, assim, numa perspectiva dos traços sendo desta tendência exemplo as investigações no domínio da psicologia ambiental personalógica - outras há que se centram mais na componente lugar (perspectiva interaccional).

São justamente as investigações que se centram no processo e não nas causas ou consequências da identidade de lugar as que mais têm contribuído para a construção do conhecimento em torno deste domínio.

O presente estudo, fazendo recorrência aos constructos pessoais, às teorias processuais da identidade e tendo como *frame* a filosofia e leitura integradora da ecologia humana acerca da vida no espaço urbano (particularmente daquelas concepções que emanaram da Psicologia, Sociologia e Antropologia), seguirá uma abordagem predominantemente transaccional.

Abordagem das Ciências Sociais Acerca da Vida no Espaço Urbano

Identidade de lugar: o Enlace entre a Pessoa e o Ambiente

A maioria dos contributos teóricos e empíricos analisados sublinham a importância do lugar enquanto elemento estruturante da identidade. Face a esta constatação quer as abordagens teóricas às quais foi feita recorrência para a definição e operacionalização do constructo no âmbito da Psicologia são diversificadas, designadamente o Interaccionismo Simbólico (Mead, 1934) Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978, 1981), Teoria da Auto-Categorização (Turner, 1982), Teoria do Processo Identitário (Breakwell, 1986;1992), quer as tentativas de integrar o espaço nos modelos da identidade já existentes (*viz.*, Breakwell, 1996; Devine-Wright & Lyons, 1997; Korpela, 1989, 1992; Twigger, 1992, 1994; Twigger & Breakwell, 1994; Twigger- Ross & Uzzel, 1996, Speller, 2000).

O que há de comum nestas propostas é que independente da recorrência à teorização em torno do *self*, quer seja no âmbito da Psicologia Social, quer seja num quadro teórico

próprio da Psicologia Ambiental, o que conta é que o espaço e o lugar são concebidos a par com a identidade através, de propostas mais ou menos holísticas.

A proposta Pioneira de Proshansky

No domínio da Psicologia Ambiental foi por intermédio de um psicólogo americano, Harold Proshansky que pela primeira vez foi apresentada uma visão ecológica do self ao mesmo tempo que se abriu caminho a um campo de investigação fenomenológica (identificação das condições necessárias ou suficientes para a formação da identidade de lugar) e processual (identificação dos processos sócio-cognitivos e emocionais responsáveis por, ou associados ao fenómeno); pese embora as limitações que a esta primeira proposta podem ser apresentadas, o seu contributo é uma indiscutível referência neste campo de estudo, até porque foi uma forma de abrir fronteiras interdisciplinares ao estudo do self da Pessoa no Lugar.

Quanto aos factores que influíram na emergência da proposta, advieram, quer dos problemas ambientais (muito associados à vida nas cidades), quer da constatação do facto das teorias do self e da identidade negligenciarem a influência do espaço e do lugar no desenvolvimento psicológico do ser humano. Assim, foi através do termo *Place Identity* (Identidade de Lugar) proposto por Proshansky (1978) que foi finalmente possível retractor o indivíduo e o espaço físico num mesmo quadro conceptual e teórico.

À semelhança de alguns dos teóricos que difundiram o seu trabalho em torno do self e da identidade, Proshansky (1978), Proshansky, *et al.* (1979) e Proshansky *et al.* (1983) concebem que o self é uma estrutura complexa composta por uma série de sub-estruturas identitárias sendo as componentes cognitivas e emocionais que melhor caracterizam a sua proposta.

Proshansky (1978) ao apresentar o termo *place identity*, que neste caso se orientava para a cidade (*urban identity*) considerou-o como representando uma sub-estrutura do self à semelhança de tantas outras que seriam activadas consoante as exigências do contexto, pese embora o afastamento da visão determinística radical (teorias ecológicas da cidade), dado que o autor já concebe o papel adaptativo do indivíduo; não se tratava de um ser *overwhelmed*, tal como se defendia na proposta dos pioneiros da ecologia urbana da escola de Chicago, mas *overload*, tal como defendido por Milgram. Esta

proposta da identidade composta por subestruturas viria a ser igualmente defendida por Feldman (1979 citado por Freeman, 2003) que centra a sua abordagem no exemplo da identidade geográfica que considera paradigmático de uma “*nested identity*”¹, isto é, de uma subestrutura identitária de cariz macro que vai ter impacte na definição da identidade global do sujeito.

Esta proposta, apesar de na actualidade ser refutada, principalmente pelo facto de se considerar que as alterações ao nível do contexto que possam assumir o estatuto de ameaça, tal como o realojamento forçado, emitem alterações ao nível da identidade global e não parcelarmente carece ainda de teste empírico (Speller, 2000).

O autor refere-se à *urban identity* pelo facto de, na época, o contexto urbano se encontrar no centro dos trabalhos de alguns autores das ciências sociais, podemos dar o exemplo do trabalho de Milgram (1970) em que o autor discute a necessidade adaptativa dos seres humanos aos contextos onde reine a sobre-estimulação cognitiva, bem como as consequências dessa adaptação; apesar de para Proshansky o que estava em causa não era tanto a discussão acerca das consequências positivas ou negativas de viver nas cidades, mas o acentuar da influência recíproca que o espaço e a identidade apresentam, sendo que ao primeiro era atribuído um importante papel na construção da identidade pessoal principalmente no sentido em que reconhece que é através da diferenciação e vinculação dos indivíduos em relação aos objectos e ao contexto (e não apenas em relação aos outros significativos) bem como a influência que este último apresentam no processo de socialização mediante o qual a identidade se vai estruturando. De salientar, porém, que este autor e outros que consigo colaboraram não se apresentam indiferentes à experiência de viver na cidade mas sem dúvida mais interessados estavam em analisar o impacte que o ambiente construído apresentava ao nível da identidade de lugar (Proshansky, Fabian & Kaminoff, 1983) por acharem que assim conseguiriam melhor investigar o constructo, de modo a poderem teorizá-lo.

O autor define assim a identidade de lugar como reportando a “those dimensions of self that define the individual personal identity in relation to the physical environment by means of a complex pattern of conscious and unconscious ideas, beliefs, preferences, feelings,

¹ A tradução da palavra *nested* assume aqui o significado de “concatenado” tal como propõem Romão Branco e Soczka ao traduzirem Speller (no prelo). Para melhor compreensão propõe-se ao leitor que recorde as bonecas russas, as matrioskas cujo arrumo, encaixadas umas nas outras, permite objectivar a estrutura identitária tal como proposta pelo autora. Outro exemplo, considerado por Speller (no prelo) é a abordagem de Bronfenbrenner (1979) em cujo ambiente ecológico é arranjado mediante estruturas encaixadas umas nas outras, influenciando-se mutuamente.

values, goals, behavioral tendencies and skills relevant to this environment" (1978, p.155). Já em 1983 é apresentada outra definição para a identidade de lugar: *"trata-se de uma sub-estrutura da auto-identidade de uma pessoa que em termos gerais é composta por cognições (...) (memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados, e concepções do comportamento e da experiência) acerca do mundo físico no qual o indivíduo vive. No centro desta associação entre as componentes físicas e as cognições situa-se o passado ambiental da pessoa"* (p.59).

Um aspecto que o autor reconhece é que a construção da identidade radica num processo eminentemente cognitivo. Segundo o autor é o construtivismo subjectivo que marca esta proposta, evocando o conceito de *schemata* proposto por Piaget (1954). O autor sublinha a importância da experiência directa com a envolvente como elemento gerador das cognições que darão corpo à identidade de lugar.

A identidade de lugar é ainda considerada como podendo assumir uma avaliação positiva ou negativa. No caso da primeira poderia desenvolver-se o *Place Belonging*, já no segundo caso seria o *Place Aversion*. Em qualquer dos casos os conteúdos e avaliações subjacentes à identidade de lugar contribuiriam para uma série de funções reguladoras das relações entre o self e o espaço físico, tais como o reconhecimento e atribuição de significado. Estas serão explanadas em seguida.

O autor acrescenta ainda "if, already suggested, both physical setting and people change, then it is clear that the place identity of the individual is a changing as well as enduring structure which is also true of course of the person's self-identity" (p.159). Nesta citação o autor parece orientar-se por uma visão sistémica pois considera a influência recíproca entre o lugar e a identidade em que esta última produz influências na identidade global (identidade do self) que é assim concebida enquanto estrutura mais ou menos mutável e perpetuadora.

Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) consideram que apesar das funções atribuídas a esta sub-estrutura esta não se encontra isenta das ameaças que lhe possam ser interpostas pelas alterações no ambiente. Os autores referem situações de realojamento, renovação ambiental e introdução de novas tecnologias como exemplos de possíveis ameaças – referindo, assim, que todas estas teriam impacto ao nível da parcela da identidade relacionada com o lugar. Os autores salientam ainda o impacto que estas ameaças podem ter nas diferentes etapas do ciclo de vida dos indivíduos pelo que uma outra mais valia que a sua proposta introduz relativamente às teorias clássicas do self e

da identidade é o facto de considerar o self enquanto estrutura mutável. Os autores reiteram que o self é não apenas uma estrutura em permanente evolução como susceptível às ameaças interpostas pelas alterações ambientais, principalmente quando estas são impostas. Trata-se de uma concepção dinâmica, assumindo-se o carácter diacrónico do processo.

Apesar de neste excerto e noutros escritos (designadamente Proshansky & Fabian, 1987 em que os autores enfatizam a importância dos lugares na socialização e desenvolvimento infantil) ser reconhecida a existência de uma relação recíproca ao nível do lugar e da identidade, este é um aspecto que nem sempre é óbvio nos seus escritos. Muitas vezes imprime-lhes certos contornos determinísticos (apesar da margem conferida à adaptação) o que tem conduzido alguns autores a considerar o afastamento da sua posição de uma perspectiva sistémica e/ou transaccional. Esta concepção está também patente quando o autor se refere ao passado ambiental do sujeito e ao modo como este influi na identidade de lugar ou mesmo a influência que o ambiente construído apresenta.

Apesar dos importantes contributos atrás apresentados o autor envereda por uma perspectiva eminentemente cognitivista o que leva a que lhe sejam dirigidas duras críticas. Estas apontam para o facto de desenvolver uma teoria da identidade de lugar em cujo enfoque é colocado na pessoa relegando o lugar e a construção social e simbólica do mesmo.

Dixon e Durrheim (2000, citados por Speller, in press) tecem críticas ao modo como a identidade de lugar é assumida essencialmente como um constructo psicológico. A este propósito os autores referem que *“a discursive approach might begin by relocating place-identity, by removing it from the vault of the mind and returning it to the flux of human dialog”*. De acordo com os autores a identidade de lugar é: *“something that people create together through talk: a social construction that allows them to make sense of their connectivity to place and to guide their actions and projects accordingly”*. Esta visão afasta-se de um self composto por cognições, memórias, entre outros aspectos eminentemente psicológicos recuperando a importância da construção social do espaço com toda a dimensão simbólica característica do imaginário colectivo.

Também o facto de Proshansky e colaboradores considerarem que só as vivências dos espaços físicos, isto é, a experiência directa, vai ter influência na construção das cognições que dão corpo à identidade de lugar, conduz a que a componente simbólica associada ao lugar seja relegada.

Através destas concepções é possível revisitar as propostas de Roger Barker, de quem Proshansky havia sido discípulo. Desde os estudos efectuados pelo autor em contexto hospitalar no início dos anos 60 (viz., Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1958) até à sua proposta no domínio da identidade de lugar, esta influência é manifesta.

O determinismo dos cenários ambientais² sem que a mediação psicossociológica fosse considerada conduziu a que diversos autores, aquando da comparação da proposta de Barker com a de Lewin tivessem apresentado a reformulação da equação de campo de acordo com a proposta de Barkeriana³ (Barker, 1968).

A ênfase no *power of place* por oposição ao *power of people* enfatiza a dicotomização entre ambiente psicológico e ambiente ecológico. Esta quase esquizofrenia na leitura do sistema psicológico concorreu para que, sobretudo nas primeiras propostas apresentadas, a legitimidade da Psicologia Ambiental enquanto disciplina fosse posta em causa. O ambiente cognitivo foi, contudo, progressivamente integrado na proposta de Barker, pelo próprio autor acabando por reconhecer que independentemente da programação impressa nos cenários ambientais que conduz a que a variabilidade dos comportamentos num mesmo cenário seja praticamente nula, deve o ser humano ser posto no centro da análise (Barker, 1987). Afinal é o carácter volitivo da pessoa que a conduz à selecção dos cenários mais compatíveis com as suas necessidades, bem como a leitura descodificadora que perfaz, que lhe permite a atribuição de significado ao cenário e até imputar-lhe alterações, caso sinta necessidade.

Tal como referido anteriormente, apesar do ambiente psicológico ser progressivamente integrado na proposta de Barker (1987) a anulação do ser humano heurístico e hermenêutico foi uma constante num primeiro período dos seus trabalhos; esta influência repercute-se em Proshansky, tal como anteriormente referido; não só nos estudos em contexto hospitalar, como naqueles sobre identidade de lugar.

Ainda em jeito de crítica à concepção personalógica da identidade de lugar, Dixon e Durrheim (2000, citados por Speller, in press) referem que a identidade de lugar é em si mesmo uma forma de construção e expressão de uma ideologia colectiva. A retórica do nacionalismo, expressa no trabalho de Twigger e Uzzel (1993) em que os autores se referem à Irlanda, é reveladora desta perspectiva: a vinculação e construção da

² O termo/constructo cenários ambientais resulta da tradução para português do original Behavior Setting. Esta foi efectuada por Soczka.

³ Alteração da equação Lewiana $[B=f(P,E)]$ considerando assim $B=f(Eeco)$

identidade em relação a determinados lugares acontecem pela via da des-identificação com outros, aos quais estão associadas ideologias. De referir, ainda, que o facto dos autores salientarem que a identidade de lugar emana das experiências, vivências e emoções advindas de um determinado contexto deixam antever a identidade de lugar como um espelho do self. Neste sentido pode colocar-se a questão: até que ponto sendo a identidade de lugar uma estrutura eminentemente cognitiva pode servir enquanto relatora de um self construído socialmente? Com efeito e tal como sublinham Turner e Onorato (1999) a concepção de um self cujos conteúdos radicam na experiência individual, isto é, na leitura individualizada efectuada com base nas experiências passadas, pode ser visto como um modelo personalístico do self que radica *"in the idea that self-concept is a person's ideosyncratic and relatively stable knowledge structure about personal identity and reflects personal experience and the internalized appraisals of others"*.

Apesar da utilidade deste modelo em muitas investigações no âmbito da psicologia da personalidade não se pode deixar de salientar que o determinismo psíquico a que se cinge situa-o num nível de análise eminentemente cognitivo. Neste sentido pensava-se que bastaria conhecer os processos psicológicos individuais e gerais, independentemente do contexto, das interacções e das relações que possam ligar indivíduos entre si, com grupos ou grupos entre si. Luhtanen e Crocker (1992) bem como Vignoles, Chryssochoou e Breakwell (2002) a propósito de um dos aspectos motivacionais da identidade social ou colectiva, designadamente a auto-estima salientam que o direccionamento da atenção para variáveis pessoais (relacionadas com a identidade pessoal) quando na realidade se está a querer aprofundar em termos teóricos ou empíricos dimensões de cariz sociológico (relacionadas com a pertença a grupos e construção social do significado da pertença) é um perfeito reducionismo.

Uma outra crítica apontada aos trabalhos de Proshansky e colaboradores no domínio da identidade de lugar foi não terem testado empiricamente a teoria proposta. Já Speller (2000), Speller, Lyons e Twigger-Ross (2002) tendo efectuado testes empíricos verificaram que a identidade não é um compósito de sub-estruturas que vão sendo activadas e sofrendo mutações consoante as flutuações contextuais, mas, antes, uma entidade unitária que é sujeita a alterações; que se manifestam através de reajustamentos estruturais que integram a pessoa e o ambiente socio-espacial enquanto um todo. Para expressar a sua posição as autoras referem que *"the concept of place identity as a sub-*

structure of person-identity does not reflect the full impact which place has on the whole of person identity. It is this more comprehensive theory which needs to be developed".

Antes de dar por terminada a apresentação da proposta de Proshansky e colaboradores bem como as limitações que lhe têm vindo a ser identificadas apraz fazer referência às funções que os autores imputaram a este constructo e que contribuem para melhor ilustrar a perspectiva.

Funções da Identidade de Lugar

Reconhecimento

Uma vez que a identidade de lugar encerra um conjunto de cognições, entre as quais as memórias acerca do ambiente, uma das funções que esta vai ter ao nível do *self* é permitir o reconhecimento do indivíduo e do lugar. O ambiente está sistematicamente em mutação sendo, por isso, necessário que o sujeito seja detentor de um registo das várias etapas da mudança, pois, só assim, pode ser percepcionada a dita continuidade referente ao passado. É pela retenção de registos ambientais que é possível almejar um plano de continuidade, possibilitando o reconhecimento de um *self* único, também ele mutável.

Apesar da temporalidade e mudança serem vistas como centrais, isto é intrínsecas à identidade de lugar, os autores consideram que é a adaptação que melhor responde a este carácter mutável que se imprime sobre pessoa – ambiente físico. A explicação para este reduccionismo prende-se com a sua concepção molecular da pessoa e do ambiente.

Há na literatura uma série de estudos que identificam situações em que esta função da identidade de lugar é comprometida. Estes ilustram casos de prisioneiros de guerra que tendo permanecido por longos períodos de tempo em cenários muito diferentes dos habituais, acabaram por manifestar alterações ao nível da identidade (Lifton, 1961 citado por Proshansky *et al.*, 1983). Outros exemplos (*viz.*, Fried & Gleicher, 1961; Yancey, 1971) são os que analisaram o impacto de determinadas políticas de renovação urbana - muitas destas contemplaram acções de translocação em alguns pontos da malha urbana, nos sujeitos alvo dessas acções. Particularmente em relação aos realojados, constataram que estes apresentam sinais de desenraizamento e frustração. Os autores atribuem estes sintomas à incapacidade de reconhecer determinadas características do anterior local de residência no actual e advertem para a necessidade de arquitectos, projectistas e outros



técnicos atentarem na qualidade das habitações, que consideram indispensável mas simultaneamente nas necessidades e estilos de vida dos utilizadores. Um aspecto que se prendendo com esta função e, por isso, apraz sublinhar é a diferenciação quanto aos materiais e à configuração dos projectos dos novos alojamentos. No caso das urbanizações que servem ao realojamento estas primam geralmente pela antítese, como se pretendessem interpor uma ruptura ao estilo de vida da proveniência. Muitas vezes estes objectivos são alcançados mudando sobretudo o que de bom existia na sociedade de bairro original.

Assim investigações no âmbito das ciências sociais devem ser realizadas de modo a que as redes sociais e funções espaciais sejam perpetuadas não significando o realojamento uma ruptura com o passado ou a passagem para o desconhecido; com todas as implicações que isso pode ter para a saúde mental das pessoas.

De referir que o próprio Kevin Lynch, autor que desenvolveu um importante trabalho no domínio da Psicologia Ambiental Percepto-Cognitiva salienta a importância que a identidade de lugar tem na elaboração de mapas cognitivos referindo-se, justamente, à necessidade de se contemplar esta variável nos mapeamentos já que admite a sua importância no reconhecimento do espaço – o que resulta em implicações directas na legibilidade e navegabilidade.

Atribuição de significado

Os sujeitos acabam por identificar os locais, bem como inferir o tipo de comportamentos a adoptar, precisamente através da recorrência à identidade de lugar. É possível fazer assim uma analogia entre esta concepção dos autores e a de Roger Barker(1968) em relação às propriedades dos cenários ambientais. Porém enquanto que Proshansky *et al.* (1983) assumem que é o indivíduo na interacção com o lugar que estrutura a identidade de lugar (aqui acentua-se a concepção sistémica, tal como anteriormente referido) e consequentemente tem acesso à dita programação que confere significado aos lugares, com a teoria do *Behavior Setting* é defendida a ideia do carácter determinístico enquanto característica dos espaços e dos ambientes sinomorfos.

Se é certo que o significado atribuído ao espaço, que contempla o conhecimento acerca das normas de conduta, não é universal, isto é, varia segundo os padrões culturais

vigentes (Hall, 1959) o que acaba por ser comum é esta necessidade apensa ao self de incutir contornos de significado.

Estudos há que salientam a importância dos sujeitos se confrontarem com algumas regularidades nos contextos. Geralmente esta ideia é ilustrada recorrendo a investigações que têm analisado o impacto da permanência em locais descaracterizados (e.g., prisões, hospitais) – geralmente nestas situações as pessoas não podem fazer-se acompanhar dos objectos pessoais, nem incutir alterações no espaço de modo a personalizá-lo. Há autores (e.g., Sommer, 1974) que falam em desindividualização, desculturação para se referirem às consequências da passagem por esses lugares, onde a identidade de lugar é posta em causa.

Expressividade

A identidade de lugar conduz a que os indivíduos imprimam determinadas alterações no espaço físico de modo a adaptá-lo às suas cognições, avaliações, afectos, valores, etc. Esta função vai permitir que os sujeitos alcancem uma certa consonância entre as suas cognições e as variáveis contextuais. Acaba por estar intimamente ligada às duas funções anteriormente focadas: é pela via da personalização dos espaços que se torna possível quer a atribuição de significado, quer a demarcação da continuidade relativamente ao passado.

No domínio da psicossociologia da espacialidade, em particular no que se refere às questões da territorialidade nos humanos Newman (1972) e Edney e Uhlig (1977 citados por Brown, 1980) concebem-nas como causa e consequência da vinculação ao lugar; desprendendo-se do significado agonístico atribuído a este conceito. Se atentarmos nas definições de territorialidade verificamos que estas podem ser categorizadas de dois modos. Um destes radica na origem biológica do termo e tem génese na ocupação e na defesa do território o outro ancora na sua leitura social considerando que a noção de território advém de uma compreensão cognitiva e afectiva do espaço que por sua vez suporta e promove a formação da identidade de lugar.

Segundo Proshansky e colegas é a função expressiva que explica que determinados grupos sociais apresentem padrões semelhantes no modo como decoram as suas casas; há determinados grupos que quando têm oportunidade de dar largas à função expressiva, quase se consegue aceder à projecção do próprio self. O estudo efectuado por Goffman

(1959) autor de "Presentation, Self and Everyday Life" propõe uma tese semelhante à de Bachelard para quem a dinâmica da espacialidade (fora-dentro) permite a diferenciação e reconhecimento do self. Contudo Goffman não se fica pela tese da diferenciação do self pela via da identificação espacial, o autor propõe uma tese em como o self se apresenta diferentemente nas frentes e nas traseiras dos edifícios. A estas estratégias de auto-apresentação correspondem determinados comportamentos mais ou menos formais.

Mediação da mudança

Quando, pelas características, o contexto no qual o sujeito está inserido não é consonante com as componentes cognitivas que estruturam a identidade de lugar surge a necessidade de utilizar determinadas estratégias que permitam alterar este estado. Isto é, há que introduzir estratégias adaptativas que podem passar pela intercepção a 3 níveis: (1) introduzir alterações ao nível do ambiente; (2) provocar a mudança de comportamento do outro – suponhamos que o interlocutor invade o espaço interpessoal do sujeito, neste caso há determinados sinais que vão ser transmitidos de modo a que mude o seu comportamento, neste caso, se afaste ; (3) produzir alterações ao nível das cognições e/ou comportamentos do próprio.

Digamos que a identidade de lugar vai catalisar a mudança no sentido em que impele o sujeito a recorrer a determinadas estratégias que concorram com as cognições vigentes acerca do ambiente. Paralelamente o facto da própria identidade de lugar ser mutável faz com que haja uma certa flexibilização em face dos novos conteúdos a integrar.

Muito há a dizer sobre a mudança ambiental e a identidade. Na actualidade é sobejamente reconhecida a mutabilidade e a optimização da pessoa no ambiente permitindo uma leitura processual da identidade de lugar, agora o que não se pode esquecer são as ameaças a que a identidade (pessoal e colectiva) é sujeita muito pela via das alterações, por vezes imponderadas no ambiente físico/social. A investigação que dá corpo a esta tese é exemplo deste paradigma pelo que a mediação da mudança é uma função que para além de surgir no corpo da revisão de literatura desta tese de mestrado enquadrada nas funções da identidade de lugar segundo Proshansky surgirá tratada em diferentes secções do texto.

Controlo da ansiedade

Sempre que os sujeitos se confrontam com determinados contextos hostis, isto é dissonantes dos conteúdos da identidade de lugar, são accionadas determinadas estratégias que concorrem pelo evitamento da ansiedade e consequente defesa do próprio self. Estas podem passar pelo evitamento, confronto, passividade ou inactividade.

Os autores dão exemplos de situações extremas em que os sujeitos desenvolvem determinadas reacções fóbicas. Quando os lugares não podem ser evitados são, por vezes encetadas estratégias que, apesar de comprometerem o bem estar psicológico, constituem subterfúgios à ansiedade: estas podem passar pela fantasia ou pelas alucinações.

Apraz ainda referir que esta função foi especialmente abordada por Korpela (1989, 1992) que tendo realizado um estudo com crianças e adolescentes concluiu que estes são particularmente vulneráveis à influência dos espaços ao nível do self. O autor salienta que, comparativamente com os adultos, dispõem de muito menos recursos (e.g., económicos, autonomia) para fazer face aqueles ambientes que lhes proporcionam desprazer.

Estes resultados corroboram o raciocínio de Proshanky (1976) que se refere à existência de algumas fases do ciclo de vida das pessoas em cuja propensão para sofrer ameaças à identidade associada ao lugar é maior. Neste trabalho o autor, para além das crianças, apresenta os idosos como sendo particularmente vulneráveis a este tipo de ameaças.

Apesar dos pontos em comum as diferenças entre Korpela e Proshansky são notórias. Korpela apresenta-se particularmente séptico quanto à concepção de um self composto por sub-estruturas estando uma das quais relacionada com os lugares.

Korpela opta assim por uma teorização mais desambiciosa no que respeita à relação que os sujeitos estabelecem com os lugares. Este considera a existência de quatro princípios organizadores e potenciadores da relação que os sujeitos estabelecem com os lugares, a saber: a necessidade de maximizar o prazer e evitar o desprazer, manter um sistema conceptual coerente e assegurar um nível de auto-estima favorável. Na sequência do trabalho desenvolvido, este autor acaba por tecer duras críticas ao seu antecessor. De entre estas salienta-se a inexistência de um princípio organizador da

identidade que permita saber como é que esta se forma, se vai mantendo e evoluindo ao longo do ciclo de vida.

Não só Korpela apresenta críticas ao trabalho de Proshansky e colaboradores, na verdade, os trabalhos que lhe são posteriores, não deixando de lhe reconhecer o mérito levantaram diversas questões à teorização em torno da identidade de lugar.

Pelo que anteriormente se referiu depreende-se que é importante que os responsáveis dos programas de intervenção, que perspectivam e/ou decidem sobre as alterações no espaço físico, tais como o realojamento de uma comunidade ou a reabilitação de um bairro (pode contar com a renovação ou com a nobilitação, entre outras formas) tenham em atenção que antes de se proceder à fase de intervenção, propriamente dita, é necessário que se proceda a um levantamento acuidado acerca do modo como os indivíduos representam o espaço bem como as utilizações que deste fazem; não só em relação ao bairro, como em relação às próprias habitações. Só em posse destes dados se torna possível um planeamento democrático, isto é, conforme com as expectativas e necessidades dos seus utilizadores (Soczka, 1980).

Fazendo a ponte para a realidade portuguesa é de salientar que apesar dos primeiros trabalhos desenvolvidos em Portugal, no domínio da Psicologia Ambiental, se enquadrarem em análises socio ecológicas do tipo investigação para a acção (e.g. Soczka; Boavida, Machado & Pereira, 1985; Soczka, 1980), é de referir que, infelizmente, esta não é prática corrente. Os estudos desenvolvidos pela equipa do LNEC - particularmente as análises efectuadas no decorrer dos anos 80 na Musgueira Sul, através das quais, entre outros objectivos se identificou o perfil sociopsicológico dos residentes desta comunidade -, são exemplo das investigações que devem anteceder as acções de realojamento.

No caso específico dos moradores da Musgueira que viriam a ser realojados no Alto do Lumiar, os autores reconhecem que apesar da informação coligida, o processo de realojamento acabaria por ser levado a cabo sem garantias – os responsáveis pelo realojamento não consideraram a informação proveniente da investigação realizada .

O facto de nem sempre as entidades que têm os programas de realojamento a seu cargo, bem como outras intervenções com impacte urbanístico e arquitectónico estarem sensibilizadas para a importância deste tipo de estudos vem enfatizar a pertinência de se realizarem cada vez mais investigações neste domínio.

Em suma, as alterações ao nível do ambiente, caso não tenham em consideração as necessidades que os indivíduos apresentam podem efectivamente pôr em causa as funções que são cumpridas pela identidade de lugar ou outras.

Na presente dissertação apesar de se eleger a obra de Speller (2000) como ponto de partida para expandir a teorização em torno do lugar e da identidade não se pode descurar as demais que tendo identificado as limitações contidas nos trabalhos de Proshansky e colaboradores se propuseram a ultrapassá-las, como é o caso de Lalli (1988, 1992).

Identidade De Cidade: A Proposta De Lalli Para Teorizar E Contextualizar A Identidade De Lugar

O trabalho de Lalli (1988, 1992) assentou em duas críticas fundamentais, partilhadas por tantos outros autores (e.g., Hay, 1998) relativamente aos trabalhos de Proshansky e colaboradores, algumas das quais já anteriormente referidas mas que nos parece importante melhor sistematizar dado que a literatura revista não o faz concertadamente. A primeira remete para a identidade de lugar representar uma estrutura eminentemente cognitiva, relegando, assim, a importância que os grupos sociais (principalmente aqueles que têm o espaço físico como critério classificatório) na identidade pessoal. Apesar de Proshansky (1976, p. 308) ter referido que *"there is no physical environment that is not also social and cultural setting"*, querendo com isto dizer que as relações sociais, os grupos e os papéis estariam inerentes às cognições relativas ao lugar, a explicação acaba por não satisfazer; até porque, tal como anteriormente referido, os autores nunca procederam ao teste empírico da teoria subjacente à identidade de lugar. Grauman (1983) reformula a afirmação proferida pelo autor dizendo que não há identidade que não tenha relação com o lugar e com as coisas (objectos). Este último é um aspecto importante como veremos mais à frente quando se tratar da identidade dos idosos.

Lalli acrescenta que sabendo que o próprio contexto acaba por induzir a processos de identificação social, tais como, nativo de um país, habitante de uma cidade, nobilitador, torna-se redutor não considerar as pertenças sociais ao nível da identidade de lugar e consequentemente ao nível do self. Com vista a ultrapassar esta limitação opta por considerar que a identidade associada ao lugar é composta por duas etapas distintas: *identification with* (que pressupõe a categorização socio-espacial) e *being identified with*

(contempla o reconhecimento da pertença e todo o significado avaliativo e emocional), sendo a primeira condição necessária mas não suficiente para estruturação da identidade associada ao lugar, neste caso a cidade. Esta perspectiva acaba por ser semelhante à de Grauman (1983).

A negligência da componente social é, na opinião de Lalli, uma das principais barreiras à construção de uma teoria ecológica do self com base nas propostas de Proshansky. Em consonância com este ponto de vista salienta que é com a asserção de Hormuth (1990) que é apresentada a primeira teoria ecológica do self. Hormuth, em paralelo com as variáveis contextuais, confere particular importância à dimensão social e aos objectos (que acabam por ser também símbolos e representações das experiências sociais). Segundo os seus postulados o self influencia o sistema ecológico e simultaneamente acaba por ser seu reflexo.

A outra limitação identificada na teorização de Proshansky e colaboradores, justamente para que pudesse vir a ser ultrapassada, prendeu-se com o nível de abstracção do ponto da escala geográfica ao qual é associada a identidade: o lugar. Este, tanto pode aludir a contextos micro-espaciais (e.g., casa) como macro espaciais (e.g., região, país).

A ausência de análises que visem a operacionalização e utilização empírica da identidade associada ao espaço físico, acaba por ser consequência da abrangência do constructo.

A delimitação de fronteiras em relação ao espaço físico, face ao qual o sujeito pode construir a sua identidade – a cidade –, permitiu que a teoria de Lalli conseguisse explicar de uma forma mais coerente a formação da identidade associada aos espaços físicos.

Tal como supra-referido Lalli elege enquanto referente a cidade. A sua proposta remete, assim, para a Urban Related Identity (URI) tendo o autor, não só, operacionalizado o constructo [viz., continuidade, avaliação, familiaridade, implicação e vinculação (*attachment*)] como testado a sua validade.

O autor refere que é na sequência da necessidade que o sujeito tem de se diferenciar dos outros, por forma a conseguir estruturar o self, que se distingue enquanto residente de uma determinada cidade. Através deste procedimento o sujeito vai, não só, reforçar a sua pertença a um grupo, que não é mais do que o dos residentes daquela cidade, como adquirir determinadas características associadas à cidade que o tornam “único”. A propósito deste processo de “introjecção” das características simbólicas da cidade por parte dos seus residentes, o autor refere “ (...) *towns have their own identity, also*

evaluated as image from outside, which rubs off onto its residents and gives them certain personality" (p.293). Independentemente dos lugares se distinguirem pela via da recorrência a fronteiras legais/administrativas (e.g., cidade, região, nação) ou socio-culturais (e.g., comunidade, região vernácula⁴), a conotação em termos simbólicos que lhes é imputada e que provém do modo como são construídos e delimitados socialmente, apresenta-se como determinante na construção da identidade do próprio lugar, bem como da identidade das pessoas, aqui designada identidade de lugar, mais precisamente de cidade.

Uma vez que a identidade atribuída à cidade é resultado de uma construção subjectiva, promovida, quer pelos indivíduos, quer pelos grupos, esta é, por vezes, bastante enviesada. O autor salienta a este propósito que muitas das características de uma cidade existem, apenas, na percepção dos seus residentes e dá como exemplo *"a town may be perceived as very green even if it is described as stinking industrial town by inhabitants of other cities"* (p.293). Assim se explica que os residentes de zonas tidas como degradadas e sem qualquer valor pelas pessoas de fora, consigam valorizá-las e servir-se delas para se auto-valorizarem. O autor verificou este efeito em Mannheim – uma cidade industrializada.

Com efeito a *valorização* foi uma das funções associadas à identidade com a cidade, sendo, por isso, uma das 5 dimensões que viriam a defini-la e operacionalizá-la. As dimensões advêm da teorização proposta pelo autor, sendo que no seu trabalho publicado em 1992 dá conta da operacionalização das mesmas. Apresenta, ainda, o instrumento de medida bem como alguns estudos psicométricos que possibilitam a sua validação e asseguram a consistência interna.

Seguidamente descrevem-se as funções identificadas por Lalli para a URI e que por sua vez correspondem à operacionalização do constructo.

A formação de uma identidade com a cidade permite que os sujeitos assegurem uma *continuidade* ao nível do self. A cidade serve como um referencial em relação ao qual os sujeitos imputam as suas acções passadas e perspectivam as futuras; nesta vertente a percepção da evolução da cidade permite uma objectivação da sua autobiografia, sequenciando, assim, as suas vivências. As recordações do passado na cidade fornecem

⁴ Este é o caso do bairro em estudo, Alfama, pois não existem fronteiras administrativas/legais desenhadas para a delimitação do bairro sendo estas de cariz sócio-cultural.

aos sujeitos um background que lhes permite perspectivar a sua evolução, ao mesmo tempo que assegura a unidicidade do próprio self.

A continuidade enquanto função da identidade com a cidade, tal como definida por Lalli acaba por ter como homóloga a função de reconhecimento, atribuída à identidade de lugar por Proshansky e colaboradores.

A *avaliação* é outra função cumprida pela identidade com a cidade. A partir do momento em que os sujeitos formam uma identidade com cidade adquirem determinadas características que são próprias daquele contexto. É através da comparação com os outros (e.g., aqueles que aí não residem ou não nasceram) que se torna possível não só a sua distinção como a avaliação positiva. Se num primeiro momento da investigação se pensava que as cidades que não reunissem características positivas não poderiam conferir uma identidade positiva, posteriormente veio a confirmar-se que sendo as características imputadas à cidade resultantes de um trabalho cognitivo, pode a cidade contribuir para a valorização do self independentemente das suas características.

A *percepção de familiaridade* é outra das funções da URI que serve, deste modo, o self. Através da atribuição de contornos de familiaridade aos contextos os indivíduos acabam por conseguir alcançar maior estabilidade para o self. A familiaridade com a cidade facilita não só as actividades quotidianas, como fomenta a constância ao nível do próprio self. À semelhança de outras funções aqui referidas, esta corresponde à função de atribuição de significado identificada por Proshansky à identidade de lugar. Lalli refere que esta é a função em cuja componente cognitiva da URI está mais patente.

Estando a UI directamente relacionada com a *implicação* que o sujeito desenvolve para com a cidade, esta acaba por ser uma das funções que cumpre. Quando o sujeito conta com a cidade para configurar os seus planos pessoais há uma implicação para com a cidade, com influência ao nível do self.

Finalmente, em relação ao *attachment* o significado que lhe foi atribuído pelo autor coincide com aquele que os geógrafos humanos atribuíram ao termos belongingness e rootedness e que remete para uma relação emocional com o lugar; quase um apego incondicional, mais ou menos consciente. Para Lalli a URI é estruturada por uma componente emocional: é através do desenvolvimento de laços para com a cidade que o sujeito consegue apropriar-se das suas características, canalizando-as para o self.

As funções/componentes identificadas foram analisadas conjuntamente com uma série de variáveis preditoras da URI, tais como o tempo de residência e o facto de ter ou não

nascido no local. Com base nas análises efectuadas aos residentes de Heidelberg e Mannheim, verificou-se que as componentes identificadas concorrem para a medição da identidade com a cidade. Paralelamente, constatou-se que a medida da identidade associada à cidade, enquanto um todo, acaba por apresentar maior validade de constructo do que propriamente outras com diferentes níveis de generalidade que foram igualmente testadas - designadamente a identidade com o bairro, com o quarteirão e com determinados artefactos simbólicos da cidade.

O autor conclui que consoante o foco geográfico ao qual a identidade se refere, assim deve ser proposta a respectiva teorização e operacionalização para o constructo.

Uma excepção a este princípio parece ter ocorrido aquando da utilização que foi feita da escala de URI para aceder à identidade concelhia (Romão Branco, 1988). Esta para além de ter possibilitado a obtenção de níveis razoáveis de fiabilidade para cada uma das sub-escalas, revelou-se particularmente útil na predição de variáveis já anteriormente estudadas por Lalli. À semelhança dos resultados deste autor, só que desta feita em relação ao concelho (Loures), constatou-se que a identidade concelhia permitiu predizer a satisfação com as condições ambientais locais e com as políticas ambientais; já o inverso não se verificou.

Outros estudos que contribuem para a confirmação do bom desempenho da escala são aqueles em que posteriormente à sua utilização (que permite o acesso aos níveis da identidade dos sujeitos) são analisados os conteúdos identitários que lhes estão subjacentes. Os autores que têm optado por este procedimento, realização de análises quantitativas e qualitativas em simultâneo, enfatizam a sua pertinência dirigindo os seus argumentos para a complementaridade entre as mesmas. O próprio Lalli (1992) referiu: *"the scale was not designed to record the contents of urban-related-identity – qualitative approach are more suitable"* (p.294).

Lima (1999) verificou que os conteúdos que estruturam a identidade apresentam-se diferenciados, mesmo entre indivíduos cujos níveis de identificação com o lugar são análogos o que parece sugerir que em paralelo com as análises quantitativas, outras de cariz qualitativo permitem melhor conhecer a identidade de lugar; até porque um dos aspectos que parece ter sido relegado na proposta de Lalli é precisamente o processo através do qual a identidade de lugar se configura. A este propósito Speller (no prelo) salienta que a identidade, tal como concebida por este autor, remete para uma condição; apesar de Lalli não ter uma visão estática da identidade considera-a como um produto ou

um estado final negligenciando o processo em si mesmo. De salientar que foram os autores que se centraram na dinâmica da identidade, atentando sobretudo nos seus conteúdos, sobretudo pela via de submetê-la a questões do tipo como e porquê que mais têm contribuído para acrescer o conhecimento do constructo.

Estas conclusões reforçam a pertinência de se utilizar uma teoria como a dos constructos pessoais e a respectiva metodologia proposta (Kelly, 1955), pois permite aceder aos conteúdos da identidade – procedimento efectuado através da licitação de constructos.

Apesar da contribuição de Lalli (1988, 1992) para teorizar e contextualizar a identidade é de referir que a URI acaba por ser considerada uma sub-estrutura identitária à semelhança da identidade de lugar. Neste caso fica igualmente omissa a relação desta subestrutura com a identidade enquanto um todo.

Entre os autores que de um modo mais frutuoso conseguiram ultrapassar as críticas tecidas a Lalli e Proshansky e colaboradores encontra-se Twigger-Ross (1994). A autora num primeiro momento individualmente depois em conjunto com Speller, Lyons e Uzzel elaborou e testou empiricamente um modelo tendo verificado que consoante os níveis de vinculação ao lugar de residência - neste caso as docas londrinas -, os moradores apresentam quadros de identificação sócio-espacial diferenciados, com impacte ao nível dos princípios identitários que são tornados salientes. Ainda de considerar que aquando do teste empírico do modelo as autoras consideraram diferentes pontos da escala de identificação sócio-espacial relativamente aos quais, quer a identificação, quer, a vinculação podiam ocorrer. Esta perspectiva concorre com a concepção de Lalli no sentido em que o autor refere que os modelos que definem as transacções pessoa-ambiente/físico-social devem ser específicos, consoante o ponto da escala geográfica a que se referem.

Neste caso as autoras estruturaram um modelo assente na Teoria do Processo Identitário (Breakwell, 1986, 1992) no qual são configurados dois importantes conceitos em torno dos quais tinham pendido dúvidas: a identidade e a vinculação.

Identidade E Vinculação Ao Lugar: A Controvérsia Sobre Qual Se Forma Primeiro Ou O Caso Do Ovo E Da Galinha

Particularmente em relação à vinculação ao lugar é de referir que mesmo quando o conceito não é tomado como sinónimo da identidade de lugar, ou enquanto um dos seus constituintes (como acontece na proposta de Lalli, 1992) tem levantado muitas questões. Há autores que salientam o facto da vinculação se dirigir exclusivamente às pessoas não podendo, assim, a ligação com o lugar ser perspectivada neste sentido.

Outros autores ainda defendem que antes da habilidade cognitiva da vinculação e identificação com o lugar outras organizações primárias em torno de esquemas emocionais através da reciprocidade do apego com os cuidadores têm de ocorrer. Bowlby sublinhou essencialmente a importância da recíproca relação emocional a uma pessoa, mais do que a um lugar, sendo a figura parental uma base emocional segura para o desenvolvimento da criança. A identidade pessoal que institui o humano estabelece-se no domínio do relacional; diferenciado e irredutível a qualquer domínio fisiológico, embora o fisiológico seja necessário para que o relacional possa operar.

Segundo a teoria da vinculação de Bowlby, que será aqui referida muito superficialmente, o sentido de si exige um contexto de relações interpessoais contínuo, sólido e positivo, através do qual a criança se provê de esquemas relacionais que constituem o foco e o horizonte de construção das suas habilidades cognitivas e emocionais. A partir das relações físicas mais precoces, a criança estabelece nas relações vinculares saudáveis, uma crescente capacidade de complexificação mental que lhe é fornecida pela sensação de segurança, pertença e interactividade corporal e linguística. A natureza do vínculo precoce, aquele que é estabelecido após o nascimento com a figura cuidadora, e posteriormente reforçado tem uma influência decisiva sobre os mecanismos de auto-identificação e construção de si, constituindo-se como referência para posteriores vinculações, entre as quais com o lugar (Guiliani, 1991; Twigger, 1992). Veja-se Bowlby: "A experiência de uma mãe que apoia, cooperativa, estimulante e, mais tarde de um pai com as mesmas características, dá à criança um sentido de auto-estima, uma crença do apoio dos outros, a experiência de lhe permitir que explore o ambiente com confiança, enfrentando-o com afectividade, vai promover um sentido de auto-competência. Daí em diante, se as relações familiares continuarem a ser favoráveis, não só vão persistir estes padrões precoces de pensamento, sentimento e conduta, mas também a personalidade

se tornará cada vez mais estruturada para operar em formas moderadamente controladas e flexíveis e cada vez mais capazes de continuar assim, apesar das circunstâncias adversas” (1983, p.378).

Alman e Low (1992) concebem a possibilidade da vinculação se desenvolver em relação aos lugares editando um livro subordinado ao título *Place Attachment*. São, contudo, estes autores críticos, não só relativamente à confusão entre a identidade de lugar e a vinculação com o lugar, como em relação ao facto de se considerar, por vezes um tanto indiscriminadamente, a vinculação com o lugar enquanto causa ou consequência da identidade de lugar. Este é um dos aspectos que segundo os autores carece de comprovação empírica.

Hidalgo e Hernandez (2001) numa tentativa de testar empiricamente a origem da vinculação ao lugar analisaram os níveis de vinculação para com a casa, o bairro e a cidade segundo a dimensão física e social. Apesar de não serem conclusivos, os resultados apontam para a proeminência da vinculação social direccionada para a casa e física para a cidade. Os níveis de vinculação com o bairro foram os menores.

Proshansky e colaboradores enquadraram o desenvolvimento da vinculação ao lugar na dimensão emocional da identidade de lugar mas referem-se ao constructo enquanto *place belongingness* sendo que este é perspectivado enquanto uma consequência da identidade de lugar.

Speller (2000) considera que a vinculação ao lugar é composta por uma série de aspectos (viz., sensação de segurança, sensação de autonomia, desejo e capacidade percebidos de implicação em processos de apropriação, nível óptimo de estimulação interno e externo e a congruência com o lugar), que promovem o desenvolvimento de laços emocionais com o lugar; sendo estes que conduzem à formação da identidade. Segundo os resultados obtidos no estudo empírico que desenvolveu, a autora verificou que *“the aspects of place attachment guide and motivate behavior, cognitions and evaluations in order to achieve a positive identity”*

Esta perspectiva contraria a proposta de Tajfel no domínio da identidade social; enquanto Speller concebe que é a ligação afectiva que motiva a formação de uma identidade de lugar positiva Tajfel considera que a afiliação de um indivíduo a um grupo é motivada pela perspectiva de vir a alcançar contornos de positividade para o próprio pela via da identidade social.

Tajfel (1978) salienta a existência de 3 componentes psicológicas que estão na base da identidade social e que têm implicações directas para o auto-conceito do indivíduo. Uma componente cognitiva que se refere ao reconhecimento da pertença ao grupo por parte do indivíduo; uma componente avaliativa referente à organização das categorias sociais em termos das suas posições relativas numa dimensão de valor e uma componente emocional ligada às consequências das componentes anteriores para o indivíduo.

Para além disso a identidade social do indivíduo não depende exclusivamente das 3 componentes anteriormente apontadas. É necessário o reconhecimento da pertença por parte de outros indivíduos que sejam exteriores; tal como os estereótipos dependem da criação de um consenso social sobre a existência de um dado grupo, também o valor atribuído à pertença categorial dos indivíduos depende desse consenso.

Para terminar esta secção resta constatar que a literatura revista é inconclusiva quanto às conexões de causalidade entre identidade e vinculação ao lugar. Pode, no entanto, referir-se que são as abordagens mais centradas na compreensão e, portanto, mais holísticas que melhor ilustram o fenómeno. Ainda de fazer menção à definição de Brown e Perkins (1992) que sendo dirigida à vinculação congrega pressupostos da visão transaccional ou por analogia da triangulação da ecologia humana. Os autores referem assim que a vinculação ao lugar é constituída por laços experimentados como positivos em relação ao mesmo, que se formam (às vezes até sem termos consciência) através das ligações comportamentais, afectivas e cognitivas estabelecidas entre os indivíduos/grupos e o seu ambiente socio/físico ao longo do tempo.

Experiência Emocional do Espaço – Principais Contributos

Há autores que vêem o lugar como um fenómeno mais próximo das fronteiras da poesia e da filosofia (e.g., Bachelard, 1969) considerando anátima quantificar a relação com o lugar, em vez de se optar por uma abordagem qualitativa e compreensiva da mesma. É justamente por isso que tem sido difícil conciliar as abordagens fenomenológica e positivista.

Com base na fenomenologia, os geógrafos humanos contribuíram amplamente para a teorização da relação sujeito – espaço físico. Para tal propuseram um conjunto de designações que retractam o lugar, meramente pelo apego e pelas emoções que os indivíduos desenvolvem. Geralmente é à casa que se referem.

Buttimer (1980) propõe o termo *sense of belonging* resultante do apego que o indivíduo estabelece em relação à casa e se traduz no seu equilíbrio psicológico e emocional.

Tal como Buttimor também Relph (1976) se refere à casa, concebendo que esta é “the central reference point of human existence” (p.20). Uma das características marcantes na perspectiva de Relph é a relação com o espaço ser eminentemente emocional e inconsciente. Esta é igualmente notória em duas importantes concepções da relação com o espaço, designadamente *sense of rootdeness* e *centeredness* e entre a maioria daquelas que são propostas pelos geógrafos humanos. Especificamente em relação à perspectiva de Relph é de salientar o facto desta relação emocional ser não só de carácter individual mas também grupal – no sentido em que se trata de um espírito comunitário que deriva da percepção de familiaridade que os indivíduos nutrem uns para com os outros. O autor diz-nos que “(...) a experiência que temos dos espaços, quer seja da vivência conjunta ou individual, conduz-nos ao desenvolvimento de um vínculo advindo da familiaridade que se estabelece com o lugar que, por sua vez, está directamente relacionada com o conhecer-se e ser-se conhecido nesse lugar, em particular”.

Apesar desta concepção ter sido criticada por Tuan (1980), acaba por não se prender ao cerne da questão, introduzindo pequenos avanços, no sentido em que salienta que o apego incondicional e a essência do lugar são noções que devem ser revistas, uma vez que não se coadunam com a aldeia global onde vivemos - na actualidade uma alienação relativamente aos outros contextos para além daquele que é considerado seu já não é viável.

O ponto chave, que só mais tarde foi trazido à tona é que pelo facto desta relação ser inconsciente acaba por não poder ser comunicada e assim acedida. Na sequência destas interpelações o próprio Relph viria a apresentar um novo contributo, retractado no termo *ausência do lugar (placelessness)* e que se supõe que pudesse ter sido suscitado por um outro apresentado por Fried (1963, citado por Relph, 1976) *dor pela perda do lugar (grieving for a lost home)*. O autor acaba por introduzir alguns avanços na proposta inicial, no sentido em que, por um lado, assume a possibilidade de se estabelecerem rupturas nos laços entre o sujeito e o espaço e por outro fundamenta a possibilidade de se aceder

pelo método fenomenológico à relação entre os sujeitos e os lugares, pois segundo o autor esta torna-se consciente no momento em que a ruptura ocorre.

A Casa, O Bairro E A Comunidade

A semelhança dos geógrafos humanos que colocam o enfoque sobretudo nas relações que o indivíduo estabelece com a casa, em Low e Altman (1992) a casa é tratada como o elemento de reposição do bem-estar psicológico ao qual as crianças e adultos recorrem – assim explicando a tendência para a replicação das características da casa de infância por parte dos adultos nas casas em que vão habitando. A recorrência à metáfora da âncora é paradigmática.

Proshansky *et al.* (1983) salientam que a casa é dos cenários ambientais que mais frequentemente dão origem a cognições, memórias, sentimentos sobre os quais a identidade de lugar se estrutura pois é nesse contexto que se edificam as primeiras cognições em concomitância com as relações que se estabelecem. Rubinstein (1987) e Rubinstein e Parmelee (1992) com base em entrevistas etnográficas verificaram que os idosos apresentam aquilo a que chamaram de “possession” em relação à casa ou a objectos representativos de momentos passados (Csikszentmihalyi & Rochberg-Halton, 1981). Estes vínculos permitem o estabelecimento de elos de ligação com determinados momentos cruciais da sua vida imputando, assim, uma continuidade na vivência do indivíduo e consequentemente do self.

Pelas limitações em relação à mobilidade com que geralmente os idosos se confrontam, ficam mais confinados à casa e ao bairro pelo que a definição de si mesmo recorrendo a estes ambientes torna-se mais comum (Rubinstein, 1987). O desejo de se manter perto do objecto de vinculação e o conforto e segurança são dois atributos relacionados com os ambientes que promovem a vinculação ao lugar.

Particularmente no caso dos idosos ou das pessoas que por qualquer motivo vejam a sua mobilidade comprometida (viz., deficiências, limitações económicas) é nas comunidades de bairro que vão, não só satisfazer as suas necessidades mais básicas, como estabelecer redes de suporte social. Muitos autores que têm enveredado pela contra-corrente dos pioneiros da ecologia urbana da escola de Chicago defendem a existência de sub-culturas urbanas do tipo sociedade de bairro. Segundo Taylor (1982,

citado por Krupat, 1983) e Popenoe (1973, citado por Krupat 1983) estas cumprem 6 funções distintas:

(1) Interação social - local para encontrar amigos e suporte social (2) Controle social – local em cujas normas sociais existem e se perpetuam (3) Dar a sensação de segurança e fomentar a eficácia percebida (4) Desenvolver o espírito comunitário ancorado na coesão social – as pessoas apercebem-se que enquanto representantes de um grupo, ou o grupo em si mesmo, conseguindo mais facilmente produzir influência social no sentido de levar a cabo interesses comuns (5) Sensação de identidade colectiva e finalmente (6) Núcleo de socialização das crianças umas em relação às outras e dos pais em relação aos seus filhos.

Um dos aspectos que destas funções emana é a afinidade e afiliação entre as pessoas, aquilo a que Festinger, Schachter e Back (1950) chamaram de propinquidade.

Sedas, Nunes, Machado, Pais e Schmidt (1989) verificaram que o espaço frequentado pelos indivíduos condiciona as pessoas com que estes interagem. Através do levantamento dos hábitos de sociabilidade de jovens portugueses verificaram que os seus melhores amigos no momento foram colegas de escola ou vizinhos.

Na actualidade são cada vez menos os conglomerados urbanos em cuja propinquidade se desenvolve entre os seus habitantes, contrariando os resultados das experiências efectuadas por Festinger em residências universitárias em cujos amigos e conhecidos se faziam e encontravam sobretudo nas proximidades da morada dos alunos. Se uma primeira leitura desta ausência de propinquidade com base no território chocou alguns autores, conduzindo-os a acentuar o estereótipo do Homem urbano formal, solitário, sem interesse em fazer amigos e conhecer pessoas, Hummon (1990) realça o enviesamento a que está sujeito este raciocínio, afirmando que o investimento do urbanita em privado é tanto ou mais eficaz que o do seu congénere que vive em comunidades rurais. Nas zonas urbanas a propinquidade assenta sobretudo em bases culturais e pessoais em vez de territoriais.

Um estudo empírico efectuado por Kasarda e Janowitz (1974 citados por Krupat, 1983) cuja amostra foi constituída por 2100 indivíduos adultos residentes em Inglaterra demonstrou que aqueles que residiam em núcleos urbanos mantinham mais contactos com familiares, amigos e conhecidos que aqueles que residiam em núcleos rurais; também a frequência na participação em actividades locais de cariz formal e informal era superior por entre os urbanitas.

Apesar do estudo anteriormente apresentado, bem como outras interpretações salientarem estarmos perante aquilo que Melvin Webber (1963, citado por Krupat, 1983) designou de *comunidade sem propinquidade*, duas questões se colocam: a primeira, incide na palavra comunidade; será que podemos continuar a designá-la deste modo, a partir do momento em que redes sociais (e tão pouco sistemas de suporte social) deixam de caracterizá-la instalando-se o anonimato. A outra questão remete para as consequências sócio psicológicas da ausência desta malha de suporte. O tão falado assassinio da jovem Kitty Genovese é demonstrativo não da apatia e atitude *blasé* por parte das testemunhas, tal como referido pela opinião pública e pelos *media* da altura, mas pela ausência de relações de convivência que acentuam a proximidade entre as pessoas. Neste caso ninguém acudiu a jovem, durante os 30 minutos em que foi agredida pelo psicopata, apesar de 36 pessoas terem testemunhado o crime. A explicação deveu-se ao desconhecimento entre os vizinhos. Se à jovem não ocorreu nenhum nome por quem chamar a pedir auxílio, os vizinhos apesar de afligidos também não conseguiram nomear quem faria o quê para poder ajudar; foi exactamente a delegação de responsabilidade que justificou tal apatia por parte das testemunhas, como viriam a demonstrar Latané e Darley (1970). Este é apenas um exemplo entre muitos outros que nos falam do padrão de resposta em meio urbano, quer em situação de necessidade de auxílio (Levine, 2003), quer de simples cortesia social. Neste último caso são também factores contextuais, entre os quais o anonimato promovido pela ausência de laços comunitários a principal explicação.

Apesar de na literatura, particularmente os autores dos primórdios da ecologia urbana da escola de Chicago considerarem que nas grandes cidades as pessoas escondem-se sob o anonimato, isolam-se alienam-se, enfraquecem a coesão grupal e difundem a responsabilidade social, apresentando, assim, uma visão determinística em cuja influência directa do ambiente no comportamento é paradigmática, outros autores, entre os quais Webber (1963, citado por Krupat, 1985) defendem que os comportamentos dos urbanitas são diferentes em público e em privado.

O autor defende que esta ausência de propinquidade dirigida para a comunidade não compromete a vida e a saúde a saúde mental em meio urbano no sentido em co-ocorre com o redireccionamento dos contactos e laços sociais para fora do bairro. A propinquidade em termos de território é, assim, substituída pela afiliação em termos de

uma massa crítica, utilizando a designação proposta por Fischer (1982) para as interpenetrações culturais e étnicas que explicam a união de interesse nas zonas urbanas.

Tal como anteriormente referido as consequências desta mudança não parecem ser dramáticas em particular para todos aqueles que têm a possibilidade de desenvolver a propinquidade com outros marcos de suporte, para além das imediações residenciais. O pior é para os que estão impedidos de transpor as fronteiras territoriais das imediações da casa. São geralmente os doentes, idosos e pobres que tendo dificuldades, quer em termos de mobilidade física e/ou no dispêndio financeiro que a deslocação acarreta ficam aprisionados e sem recursos.

Se visitar amigos e familiares, contar com o seu apoio e promover as interacções e afinidades é extremamente banal para uns, para outros é praticamente impossível, levando ao total isolamento. Lyn Lofland (1975) fala-nos precisamente no anonimato como o mais importante aspecto que os urbanitas têm de gerir de modo a suportar a vida em meio urbano, em vez da informação. Deste modo a autora contrapõe a proposta de Milgram (1970) relativa à sobrecarga de informação expressa na *Teoria do Overload*. Lofland (1975) refere-se à possibilidade de se gerir o anonimato em meio urbano através da figura do “estranho familiar”. Aquelas pessoas que não fazendo parte do núcleo relacional, não são completamente desconhecidas (e.g., frequentadores do café do bairro, empregado do quiosque de jornais).

Mas se para uns este tipo de relação, simultaneamente próxima e distante, é a mais conveniente, pois são auto-suficientes a ponto de poder desenvolver a propinquidade à distância, outros que ficam à deriva na solidão acompanhada.

Um estudo efectuado por Maria João Borges em que acompanhou o realojamento forçado de idosos a propósito da construção do eixo Norte-Sul em Lisboa que viviam em habitações degradadas no Bairro da Liberdade mas que neste bairro tinham as suas redes de suporte social, constituindo uma comunidade com base na propinquidade, quando realojados sem que essas redes fossem consideradas foram abandonados à deriva - muitos deles pereceram no mais profundo isolamento. No novo bairro apesar da casa ser melhor sentiam-se inseguros na rua e não dominavam o espaço e os locais de encontro e por isso as interacções sociais reduziram-se deixando de ser casuais para serem intencionais, tornando-se o apoio social instrumental de familiares e amigos extremamente dificultado.

São sobretudo as mudanças e perdas de ligação involuntárias que como vimos passam pelos realojamentos forçados, ou por certas e determinadas translocações por vezes provocadas por reestruturações urbanas, guerras, desastres naturais. Outros abandonos voluntários são igualmente sentidos; até porque a vinculação ao lugar é mais sentida aquando da perda. A emigração e migração pela procura de uma vida melhor não deixam de trazer sofrimento mesmo quando a nova zona fomenta a melhoria das condições de vida.

Muitos estudos poderiam ser invocados como exemplares de translocações e realojamentos ameaçadores a nível identitário, muitos dos quais contaram com avaliações pré, pré e pós e pós ocupação. Alguns exemplos são Bethnal Green (Leste de Londres) – estudado por Young e Willmot (1957) -, West End (Bóston) estudado por diversos autores, tal como mais adiante se aborda, Musgueira (Lisboa) – estudado por Soczka (1989), Pruitt-Igoe (Missouri) analisado por Yancey (1972).

Estudos efectuados por psicólogos (e.g., Marc Fried) e por sociólogos (e.g., Herbert Gans, Peggy Gleicher) que consagraram os seus estudos ao West End em Boston revelam que a acção da renovação urbana foi devastadora designadamente em termos do desequilíbrio emocional, com consequências graves ao nível da saúde mental das populações.

Também na obra de Gans (1962) fica patente o relato da experiência que o próprio autor teve enquanto observador participante em West End. Com o objectivo de melhor conhecer a dinâmica vivencial de um ponto de vista sociológico e antropológico o autor mudou-se para este bairro tendo nele residido num período de aproximadamente um ano (entre Outubro de 1957 a Maio de 1958). Durante este período o autor apercebe-se que contrariando a sua inicial expectativa de que iria residir num bairro de lata (pois este assim tinha sido designado pelo gabinete federal para a renovação urbana) estava a residir num bairro cuja estrutura multicultural e socioeconómica (sobressai a classe trabalhadora) lhe imprimia contornos particulares de uma sub-cultura mas que em nada se assemelhava à estrutura de um bairro de lata.

Na tentativa de impedir que o realojamento desta comunidade fosse levado a cabo da forma brutal, isto é, sem que se tivesse em conta a dinâmica comunitária e parental - “sociedade suportada no grupo de pares” - que constituía a base do equilíbrio psicológico da comunidade, o autor chegou a produzir documentos em que explicava que os comportamentos patológicos ou anti-sociais identificados pelos técnicos, que os fizeram

considerar West End como um bairro de lata, eram apenas diferentes daqueles que são socialmente aceites para uma classe social média-alta em que os técnicos geralmente se insere (podemos aqui identificar um enviesamento cognitivo – o da semelhança assumida). O autor salienta que a maior parte dos comportamentos vistos como socialmente reprovados alimentam uma estrutura social bem definida em cujo quadro de valores e normas sociais promovem uma vivência suportada socialmente, o que não acontece em zonas habitacionais, geralmente nos subúrbios das grandes cidades em cujas redes de apoio não existem estando, assim, muito mais expostas a um desfiar de patologias psicossociais.

Apesar de Hall (1966) referir que a acção de realojamento a que foi sujeita esta comunidade terá sido efectuada com base na boa fé dos técnicos que só por desconhecimento da dinâmica de grupo e da vivência dos espaços, internos e externos às casas, terá falhado, pela leitura de Gans (1963) não é isso que ressalta. O autor publica os documentos que fez chegar aos responsáveis pelo processo de renovação nos quais a maioria das conclusões do seu estudo são já apresentadas; ao que parece outros interesses estavam a ser tidos em conta até porque anos mais tarde West End foi ocupado por um complexo habitacional de luxo.

Quanto à população estudada por Gans antes do realojamento e que foi maioritariamente a 1ª geração de americanos com filiação italiana, apesar deste ser habitado por indivíduos de outras origens, soube-se que foram dispersos por vários pontos da área metropolitana de Boston. Estudos pós ocupacionais revelaram que apesar da modernização do interior das habitações os indivíduos revelavam-se insatisfeitos e frustrados. Tal como Hartman sublinhou a dimensão do espaço vital destes residentes era consideravelmente superior às avaliações auto-referenciadas promovidas pelos técnicos. O espaço vital dos habitantes de West End não se cingia ao interior da casa, como acontece com as classes médias típicas, mas expandia-se pelos halls, lojas, igrejas, mesmo as ruas desempenhavam um papel fundamental na participação da vida da comunidade.

Tal como anteriormente referido esta estratégia revelou-se particularmente desastrosa para estes habitantes pois destruiu uma das facetas que contribui para a apropriação do espaço: neste caso o espírito comunitário com base no parentesco. Para estes indivíduos, citando Fried, “o estar na sua casa não é apenas um apartamento ou uma moradia mas um território onde são vividas algumas das experiências mais significativas da existência”.

O apelo dos habitantes de West End à sua “aldeia urbana” apresentava-se associada à escala de intimidade que subjectivamente lhes associam: para eles a rua era simultaneamente colectiva e íntima.

Speller (2000) realizou um estudo longitudinal com a duração de 8 anos em que de entre outras análises socio-psicológicas e comportamentais elegeu aceder ao impacto na identidade de uma série de alterações promovidas pelo realojamento forçado da comunidade mineira de Arkwright (177 agregados familiares). Foi, assim, esta comunidade analisada antes, durante e depois do processo de realojamento (5 momentos de avaliação em que foram realizadas 104 entrevistas aprofundadas) de uma forma intencional, pois, ao invés de Gans, tinha a autora conhecimento da ocorrência do processo. Uma das importantes conclusões retiradas foi que as alterações ao nível do contexto, advindas do processo de realojamento, constituem ameaças ao nível da identidade, mais propriamente ao nível dos princípios pelos quais esta se rege. Um acréscimo desta investigação remete para o facto dos princípios identitários que emergem ao longo do processo serem diferenciados bem como a saliência da identidade individual e grupal – enquanto que na velha Arkwright os princípios emergem quase sempre com vista a assegurar a identidade da comunidade, sendo inclusivamente repudiada a distinção, valorização, continuidade e distinção individuais, já na nova vila os mesmos princípios passam a assumir proeminência a nível individual.

Não se tratando apenas de uma ameaça parcial da identidade que está em causa (identidade de lugar), tal como defendido pelos que apresentam a identidade de lugar enquanto sub-estrutura identitária, mas global (identidade pessoal e grupal), Speller neste estudo que lhe valeu um prémio nacional para a melhor tese de doutoramento de 2000 testou empiricamente a identidade de lugar através das consequências do realojamento forçado da comunidade mineira de Arkwright.

O modo através do qual a autora ultrapassou as dificuldades associadas ao teste empírico da identidade de lugar foi recorrendo à proposta de Breakwell (1986, 1992), especificamente à Teoria do Processo Identitário (TPI). Neste caso a integração do conceito de lugar nas teorias já existentes aplicáveis ao estudo da identidade enquanto processo acabou por ser uma solução interessante; quanto mais não seja pelos estudos efectuados sob a égide da TPI serem de carácter qualitativo, trazendo, assim, mais informação acerca da identidade.

Pôr o Lugar na Identidade: Breakwell e a Teoria do Processo Identitário

Dada a importância da teoria proposta por Breakwell (1986, 1992) no âmbito dos trabalhos teóricos que têm abordado as questões da identidade e, em particular, pela aplicabilidade que esta tem revelado aquando do estudo do impacto das alterações ambientais ao nível dos conteúdos da identidade (Devine-Wright & Lyons, 1997; Speller, Lyons & Twigger-Ross, 1996; Twigger-Ross & Uzzell, 1996) optou-se, também nesta dissertação, por lhe prestar alguma atenção.

Tendo como base teórica as propostas de James (1890) e Mead (1934) a autora concebe a identidade à semelhança de um organismo biológico, cujo desenvolvimento se faz através de sucessivas assimilações/acomodações, em paralelo com as avaliações do mundo social. É ao dinamismo subjacente a estes processos que pode ser atribuída a responsabilidade de se levar a cabo, com sucesso, a estruturação dos elementos que preenchem os princípios da identidade, que por sua vez dão corpo ao self.

O processo de assimilação/acomodação refere-se ao modo através do qual a nova informação é integrada nas estruturas já existentes, protagonizando alterações de base nessas componentes. Quanto ao segundo processo, que é referente à avaliação, vai ter impacto, quer ao nível das estruturas já existentes, quer dos novos conteúdos, conferindo ao self a possibilidade de se definir tendo o teor avaliativo como referência.

De acordo com a proposta de Breakwell (1986) a selecção da informação que vai ser assimilada e acomodada está dependente de 3 princípios básicos: *distinção*, *continuidade* e *auto-estima*. A autora considera assim "Three prime principles are evident: the two processes work to produce uniqueness or distinctiveness for a person, continuity across time and a feeling of personal worth or social value" (p.24).

Em 1992, a autora viria a propor um quarto princípio: a *auto-eficácia*. Este é análogo ao conceito de Bandura, sendo que contempla a percepção que o próprio tem quanto à capacidade de levar a cabo uma determinada acção, de um modo eficaz.

O facto desta teoria apresentar outros princípios orientadores da acção em torno do self, para além da auto-estima, não é comum - a saber pela proposta mais actualizada de Abrams (1992) -; facto que condicionou determinantemente a atenção com que foi

recebida. Outro aspecto que parece ter contribuído para a confiança que gira em torno desta proposta prende-se com a lista de princípios inicialmente apresentada ter vindo a ser acreditada pelas análises desenvolvidas posteriormente, quer pela própria autora (Breakwell, 1992); quer por outros investigadores.

Pode ainda explicar-se a importância que tem vindo a ser conferida a esta teoria com o facto de considerar a identidade como um processo, pautado pelo dinamismo que lhe é conferido pela via da introdução de variáveis contextuais subjacentes à dinâmica social. Recorrendo às palavras da autora, a identidade é tida como "*a dynamic social product, residing in psychological process, which cannot be understood except in relation to its social context and historical perspective*" (Breakwell, 1986, p.9, Twigger & Breakwell, 1994; Twigger, Bonaiuto & Breakwell, 2003).

Apesar de num primeiro momento a autora não atentar especificamente ao impacto das mutações ao nível do espaço no processo identitário - dedicando-se especificamente ao estudo de ameaças como o desemprego e transsexualidade - a abrangência do seu legado teórico permitiu que outros testassem empiricamente a teoria neste sentido. Os estudos realizados acabaram por conduzir a autora assumir a influência do espaço. Breakwell (1996) refere que os lugares "*become elements of identity, subject to the pressure to maintain self esteem, self efficacy, continuity and distinctiveness*" (p.9).

Seguidamente apresentam-se os princípios identitários propostos originalmente pela autora bem como outros que lhe foram acrescentados fazendo sempre que possível, uma extensão para a influência dos determinantes associados ao espaço físico. Em simultâneo, apresentam-se algumas *nuances* relativamente aos princípios, identificadas aquando da realização de análises em que as ameaças interpostas são ao nível do ambiente.

Princípios da Identidade

Distinção ou Singularidade

À semelhança de outros factores classificatórios que permitem a identificação de categorias sociais, os lugares possibilitam aos seus utilizadores a aquisição de determinadas características simbólicas que os distinguem dos demais (*i.e.*, de outras pessoas que lá não residem, não nasceram, etc.). Pode acontecer, igualmente, que num mesmo lugar as pessoas se distingam umas das outras pelo facto de residirem em bairros diferentes, ou ocuparem diferentes tipos de casas (Speller *et al.*, 1996). Assim, o primeiro princípio da identidade diz respeito ao desejo das pessoas manterem uma distinção ou singularidade, que pode ser a nível pessoal ou grupal, pese embora, em qualquer dos casos, a importância ao nível do *self*. De salientar que a unicidade da pessoa não é um dom natural, mas algo que se constrói pela via sócio-cognitiva (através da identificação) e é mantida (enquanto identidade) num processo de socialização contínuo que se retro-alimenta.

Diversos autores têm analisado o modo como os sujeitos conseguem ultrapassar esta etapa da construção da identidade, tendo o espaço físico como critério base. Hummon (1990) verificou que alguns sujeitos de uma mesma comunidade se distinguiam enquanto pessoas da cidade e outras do campo. O autor constatou que ambos os grupos de residentes, consoante os núcleos de identificação que elegem, referem que residir no campo ou na cidade lhes confere determinadas peculiaridades que os individualiza. Lalli (1992) constatou igualmente que a distinção conferida pelo espaço residencial pode ocorrer mesmo em relação a determinados lugares de uma mesma cidade. Também os resultados do estudo de Twigger-Ross e Uzzell (1996) são demonstrativos do modo como sujeitos com diferentes níveis de vinculação a um local – docas londrinas – apresentam quadros de identificação espacial diferenciados, designadamente *settlement* (ser ou não londrino), *place* (e.g., rotherhith, downtowner) e *local*. Pela comparação dos conteúdos

que estruturam este princípio identitário verifica-se que são os sujeitos com elevados níveis de vinculação que se identificam mais enquanto londrinos e *rotherhite*. Aqueles cujo vinculação é fraco apresentam, não só menor incidência na identificação com a cidade, como até com alguma frequência não se identificam com nenhum dos quadros de referência disponíveis para perfilarem a sua distinção.

Resumindo, a distinção ou singularidade acaba por corresponder à identificação dos sujeitos com uma determinada categoria. Através do reconhecimento da sua pertença o sujeito compara a sua categoria com outras, desta, resulta o acentuar das diferenças entre a categoria do próprio e as outras e conseqüentemente da distinção ao nível do self.

Um dos aspectos que a teoria revela e que em muito se aproxima da Teoria da Identidade Social é que primeiro há que reconhecer que o grupo existe e que dele fazemos parte (quer seja porque escolhemos, quer por força das circunstâncias, etc.,) antes que nos tornemos vinculados ao grupo através de laços emocionais que lhe possamos dirigir e mesmo deste retiremos significados valorativos. Deaux (1996) sugeriu que os aspectos cognitivos da identificação não se resumem apenas ao processo de categorização em si (i.e., dizer que sou membro de um grupo X) mas ao significado desta pertença, ou seja às crenças associadas à dita pertença (i.e, o que é que significa ser membro do grupo X ?).

Continuidade

Como refere Tuan (2001) o lugar é uma pausa no tempo. O lugar esta sem dúvida associado ao tempo; até no sentido em que os mais novos o perspectivam enquanto um torneio no tempo, os mais velhos olham para trás fazendo recorrência àquilo que fizeram e foram.

Breakwell refere que uma outra motivação que está subjacente ao desencadear do processo identitário é a necessidade de preservar a continuidade ao nível do self. A este propósito Twigger-Ross e Uzzell (1996) salientam que nos casos em que esta função não é cumprida os sujeitos tendem a manifestar elevados níveis de ansiedade e de insatisfação no que respeita à relação que estabelecem com o espaço físico. Segundo as

autoras há determinadas características que estando relacionadas com os lugares facilitam a relação que se estabelece entre estes e o self, no sentido de promover o princípio identitário referente à continuidade. Diversos autores, de entre os quais Korpela e Hartig (1996) salientam que é no sentido em que o sujeito associa ao espaço físico determinadas memórias e emoções que lhe permitem recordar o seu passado e perspectivar o futuro, que conseguem alcançar a tão desejada continuidade, que contribui para a estabilidade do self. Podemos dizer que os lugares nos ajudam a saber quem somos e a lembrar-nos quem fomos. As nossas memórias estão associadas a lugares a espaços concretos que existem hoje e são diferentes dos de então.

Apesar de serem mais vulgares os estudos que têm analisado a ligação entre o indivíduo e o lugar como forma de avaliar o modo como este é capaz de assegurar uma continuidade ao nível do self, estudos há que o fazem em relação ao grupo (e.g., Devine, 1994, citado por Twigger-Ross & Uzzell, 1996). As principais conclusões referem que quando o local de residência apresenta características que denotam um passado com história, o grupo de residentes mais facilmente desenvolve o princípio da identidade que remete para a continuidade.

A motivação para os indivíduos, isoladamente, se servirem dos lugares para promoverem a continuidade está, por seu lado, bem representada no trabalho de Lalli (1992). Demonstrou que esta dimensão permite explicar uma variância bastante razoável nos valores totais obtidos na escala de identidade com a cidade.

Hormuth (1990) salienta que a perda de continuidade ao nível do self pode conduzir a distúrbios psicológicos. O autor refere as situações de realojamento forçado como potenciadoras deste tipo de problemas. Estes resultados corroboram os de Coleman (sem data, citado por Willmott, 1976) em que o autor registou a incidência de uma patologia – *transitional neurosis* – nos sujeitos que experienciaram situações de mudança de residência.

Da revisão efectuada um aspecto interessante é que os autores que utilizaram o modelo para analisar o impacte das alterações ao nível do espaço, apresentam resultados que apontam para a existência de sub-dimensões nos princípios identificados por Breakwell.

Por exemplo Twigger (1994) relativamente ao princípio que assegura a continuidade, identificou 2 formas através das quais os sujeitos parecem assegurar esse princípio, aquando da relação que estabelecem com o espaço físico. Uma é a “*place referent*

continuity” – continuidade através das referências e a outra é a “*place congruent continuity*” continuidade através da congruência. Enquanto que através da primeira o sujeito assegura a continuidade do self fazendo apelo às experiências passadas que teve no contexto em causa, através do segundo assegura o mesmo princípio mas por via da transferência das características de uns settings para os outros.

Outro caso é o de Sppeler, Lyons e Twigger-Ross (1996) que tendo já utilizado, em paralelo com os princípios originais, estes dois padrões desta feita perante uma situação de realojamento, verificaram que a continuidade acaba por ser mantida pelas mesmas vias, isto é pela place reference e pela place congruence. Dão o exemplo de duas viúvas que fazem apelo ao lugar enquanto referência, no sentido de tornar presente as memórias do tempo em que viveram com os seus maridos. Em relação à congruência dos lugares, os autores referem um exemplo particularmente importante. Este remete para o caso de uma mulher que estando em processo de divórcio enfatiza a importância da ocupação de um novo lugar de residência como marca da descontinuidade da sua identidade. Em suma, a congruência almejada em relação aos lugares serve como garantia quer da continuidade, quer da descontinuidade da identidade.

Auto-estima .

O desejo de manter uma auto-avaliação positiva tem sido considerado central para muitos dos investigadores que abordaram a temática do self, especialmente no quadro da teoria da identidade social (Tajfel, 1978).

O autor define a identidade como “ .. that part of an individual’s self-concept wich derives from his knowledge of his membership of a social group (or groups) together with the value and emotional significance attached to that membership” (p.63). Este é um constructo tri-dimensional em cuja dimensão avaliativa está presente [...“the notion of the group of ones membership in it may have a positive or negative value conotation” (Tajfel, 1981, p.229)] conjuntamente com a dimensão cognitiva (reconhecimento da pertença grupal) e afectiva (significado emocional da pertença ao grupo).

Especificamente em relação ao espaço físico e tal como referido anteriormente Korpela (1989) demonstrou que os locais preferidos pelos indivíduos podem servir para manter estável a sua auto-estima. Neste sentido, refere que crianças que permaneceram no seu local preferido após uma situação causadora de stress, tendem a avaliar-se de uma forma mais positiva. O autor concluiu que os ambientes percebidos como favoritos, para além de uma função reguladora, favorecem o aumento dos níveis de auto-estima.

Os estudos de Lalli (1992) e Uzzell (1995, citado por Twigger-Ross & Uzzell, 1996), referem que o facto dos sujeitos residirem em locais com um passado histórico importante, que os faz sentir orgulhosos, podendo conduzir a um aumento da sua auto-estima. Twigger-Ross e Uzzell realçam a importância de se fazer a distinção entre a mera avaliação favorável que pode ser feita relativamente a um lugar e a estruturação da identidade por via da sua avaliação.

Tentando concretizar a ideia supra referida pode dizer-se que quando para além da avaliação favorável do próprio lugar os sujeitos se apropriam dessas características ao nível do self, a auto-estima enquanto princípio identitário entrou em acção. Os autores dão o exemplo de *"I like Docklands"* e *"Living in Docklands makes me feel good about myself"* enquanto dois depoimentos distintos uma vez que o primeiro refere-se somente à avaliação mas o segundo já salienta a importância do lugar enquanto valorizador do self.

Stokols e Schumaker (sem data) analisaram a influência que a mudança de residência apresentava numa série de variáveis psico-sociológicas, em sujeitos alvo de realojamento. Os autores verificaram que entre as variáveis em estudo, a auto-estima era uma das que havia sido mais afectada.

Speller *et al.* (1996), à semelhança dos anteriores, analisaram o modo como a expectativa de mudança de residência se reflecte na identidade de vários grupos de residentes (e.g., proprietários e não proprietários de habitações) em diferentes etapas do processo de realojamento. Os autores constataram que a ameaça aos princípios referentes à continuidade e à auto-estima se apresentam associados e se manifestam mais acentuadamente no momento mais próximo da mudança. Porém, enquanto que a continuidade surge ameaçada na maioria dos sujeitos da comunidade, a auto-estima apresenta-se comprometida só em alguns indivíduos -os proprietários das casas em que habitam apresentam mais frequentemente conteúdos reveladores de ameaça ao nível da auto-estima.

Auto-eficácia .

Os espaços ou o sentido de lugar que temos acerca destes podem limitar as nossas acções. Podemos não poder cuidar de um jardim porque não o temos, não poder sair à noite na rua porque esta é mal iluminada e temos receio de vir a ser vítimas de crime....

É um princípio da identidade que remete para a percepção que o sujeito tem acerca da possibilidade que o ambiente lhe oferece de satisfazer as necessidades do dia-a-dia. Assim, é quando o sujeito percepçiona que o ambiente lhe permite realizar as acções, quando e como pretende que se pode dizer este se sente auto-eficáz. Quando, pelo contrário, os constrangimentos associados ao ambiente estão activos e não lhes permitem levar a cabo as acções conducentes a determinados objectivos, diz-se que a auto-eficácia é nula. É em situações como as que se acabou de descrever que a identidade do sujeito pode ser comprometida. O que acontece, geralmente, é que o indivíduo desencadeia uma série de estratégias no sentido de contrariar a ameaça de que é alvo; um exemplo deste procedimento pode ser a mudança de residência.

Twigger-Ross e Uzzell (1996) constataram que em relação à auto-eficácia quer os sujeitos que estabeleceram laços com o lugar, quer aqueles que não o fizeram referem uma série de aspectos que podem constranger a sua relação com o ambiente (e.g., criminalidade, poluição). Neste estudo foram os sujeitos cuja implicação com o ambiente é menor que deram menos importância aos aspectos que podem pôr em causa a auto-eficácia.

Outra análise que utilizou padrões derivados dos princípios propostos, só que desta vez tratou de duas “sub-dimensões” da auto-eficácia foi a de Twigger (1994). A autora refere-se a *environment manageability* e *predictability*

Tendo por base a proposta de Winkel (1985, citado por Twigger, 1994) relativamente à *environment manageability*, que é definida como “*the limitations on the person’s ability or desire to monitor and control the environment*” considerou a sua análise, tendo vindo a identificar conteúdos que lhe reportam.

Morris (1974, citado por Twigger, 1994), a quem remonta a proposta do termo *predictability* referiu “*we could not survive even for a day if our physical environment were not predictable*”, para explicar a necessidade inerente ao ser humano de estar perante a

presença de regularidades no espaço físico, reitera *"it is vital to our own survival that there is such a patterns. If it is destroyed we have no way of placing any new experience in context"*.

Mais recentemente outras motivações ou princípios orientadores do processo conducente à identidade foram identificados (Vignoles, Chryssochoou & Breakwell 2002). Esta proposta não visou a extensão do modelo, funcionando antes enquanto suplemento que pode ser adaptado sempre que culturalmente se justifique a sua pertinência. As designações propostas para os princípios são *purpose* e *closeness* que redundam no sentido do *empowerment*.

À semelhança da amostra estudada pelos autores, comunidades de padres Anglicanos, um subgrupo dos participantes do presente estudo – residentes tradicionais – parecem manifestar esta procura de coesão através dos laços psicológicos, suporte recíproco e interdependência. Estas manifestações têm vindo a ser identificadas nos grupos que buscam a coesão. Alternativamente Vignoles et al. (2002) sugerem duas explicações para esta dinâmica identitária a atribuição de significado à pertença e a assimilação que podem ser traduzidas como a necessidade de alcançar uma estrutura coesa por parte do grupo.

Pelo que anteriormente se refere parece que quando a ameaça é ao nível do espaço físico há algumas nuances no que respeita ao modo como as componentes do self surgem ameaçadas. Também, como por último aqui foi referido, as características das pessoas e a dinâmica dos grupos que recebem as alterações sócio-espaciais acentuam o carácter ideossincrásico das alterações identitárias. De salientar que estas nem sempre resultam em ameaças, podendo diferentes princípios que integram a identidade individual ou grupal sair enaltecidos quando as alterações espaciais têm lugar. Cada vez mais os autores sublinham que as motivações identitárias não se prendem apenas com a auto-estima pessoal ou colectiva; devendo ser dada atenção aos restantes princípios.

Deve sublinhar-se que os autores chegaram a estas conclusões justamente pela atenção que a dada altura passaram a conferir à mudança. Pode mesmo dizer-se que na abordagem académica que tem vindo a ser feita à pessoa-no-lugar foi o interesse pela mudança assumindo o seu carácter processual, em vez de considerar os seus produtos, aquilo que mais contribuiu para produzir conhecimentos em torno deste domínio. Curioso é que isto esteja a acontecer tão recentemente (com início nos anos 80 -90) se já para Kurt Lewin a mudança é um tema central. Tal como reconhece Soczka (1974).

A mudança é um dos conceitos mais ausentes da maioria das investigações em Psicologia que na procura positivista de leis estáveis para o comportamento e cognição humana esquece-se espantosamente da temporalidade de todos os fenómenos humanos (Soczka, 1997) e olha para os seus objectos como fixos no tempo, pendurados numa eternidade mítica e, portanto, desumana.

A vinda dos novos residentes e as alterações por estes preconizadas ao nível dos edifícios, da vida de bairro, da estrutura de grupo, etc., pode efectivamente ser tida como uma ameaça à identidade dos tradicionais. Agora também pode não ser, sendo perspectivada como oportunidade para a renovação arquitectónica e revitalização social. O próprio Hall vai mais longe no sentido em que apresenta não só algumas críticas que incidem no planeamento como um manifesto para a planificação falando mesmo na renovação das zonas históricas. Hall é um dos autores cuja perspectiva ilustra a visão transaccional. Quando o autor refere que o Homem é criador de uma nova dimensão, a dimensão cultural da qual a proximidade é apenas um elemento e a relação que o liga à dimensão cultural passa por uma modelagem recíproca está-nos a transmitir que o Homem ao criar o mundo está a determinar o organismo que vai ser. Esta concepção deve, não só, fazer-nos pensar que tipo de homens queremos ser, colocando a tónica na questão da renovação urbana, como impulsionar-nos para o conhecimento das representações e vivências do Homem em relação ao seu “biótopo”.

A este propósito a concepção de Hall é que é importante se salvem os edifícios e bairros antigos, justificando com o aforismo “o novo não é necessariamente bom, nem o velho mau”. A base desta sua opinião radica na necessidade de defesa da identidade, particularmente da dimensão que recai sobre a continuidade. Outro aspecto que salienta é a possibilidade da conservação intervir na introdução de diversidade nas paisagens urbanas. Estes lugares podem constituir cinturas que contribuam para uma expansão uniformizada e megalómana das urbes com todos os efeitos perversos, que geralmente confluem para a saúde mental dos seus ocupantes.

Lisboa é actualmente palco de correntes migratórias que para o presente estudo acabam por ter mais importância no que respeita à recomposição da malha urbana do que em relação ao *quantum* dos saldos migratórios. É de salientar que a par dos saldos deficitários da cidade em relação às periferias está o *gap* para a penetração dos novos residentes, entre os quais os nobilitadores.

Sendo que a nobilitação constitui um importante contributo para o tecido social das metrópoles, e parece não depender da reapropriação das zonas históricas de matriz sociocultural identificada com as classes populares, com identidades pretensamente mais localistas do que cosmopolitas, interessa, não só saber como é que os nobilitadores estruturam as suas identidades ancoradas no contexto citadino, como igualmente os tradicionais – deixando assim para trás as demais especulações em torno deste domínio.

Nobilitação: Definição do Conceito e Perspectivas Teóricas

A especificidade linguística do anglicismo – *gentrification*⁵ – cuja origem remonta à palavra *gentry* que, por sua vez, pode ser literalmente traduzida por “pequena nobreza”, tem levado a que muitos autores não ingleses tenham optado por utilizar este neologismo. Outros porém, tendo por base o significado do termo, elegeram um conceito proveniente do seu idioma original para lhe fazer menção. Este é o caso de alguns estudos franceses, nos quais os autores apelam ao termo *embourgeoisement* e do presente, uma vez que se optou pela utilização da palavra nobilitação para traduzir este fenómeno (Gonçalves, 1980).

Se se atentar na origem da palavra em causa pode constatar-se que esta advém do étimo nobre podendo, assim, inferir-se que a nobilitação se refere ao processo de reabilitação urbana pela via do enobrecimento. É importante, porém, salientar que esta é uma visão reducionista do conceito, dado que este encerra uma multiplicidade de posicionamentos analíticos que lhe conferem toda uma riqueza enquanto objecto de análise teórica e empírica.

Com o objectivo de dar a conhecer os múltiplos significados que lhe têm vindo a ser atribuídos – com o fim último de apresentar o significado que lhe é conferido no presente estudo – seguidamente são apresentadas as posições de alguns dos principais autores implicados na sua definição e teorização.

⁵ No *Oxford English Dictionary*, edição de 1993, encontramos a tradução da palavra associada ao seguinte: conversão de uma dada área residencial numa outra de residentes de classe média.

A investigação em torno do conceito tem origens tão distintas como a sociologia urbana e a geografia humana. Por esta transversalidade se explica os significados múltiplos que encerra.

Apesar do *boom*, no que toca à atenção que lhe é dispensada pela comunidade científica remontar ao final da década de 70, foi em 1964 que Ruth Glass propôs o termo *gentrification*. Com este, pretendia atribuir significado a uma série de alterações que estavam a ocorrer em diversos bairros londrinos na década de 50. Aqui o termo dá conta de um fenómeno de *substituição social*, no sentido de uma reapropriação por parte de determinados sectores da burguesia, dos espaços e habitats populares. Esta apropriação dos edifícios pela aristocracia levou a que as alterações preconizadas fossem no sentido do revivalismo do anterior traçado, do tradicional, o que deixa antever a busca do simbólico.

Esta perspectiva de análise do processo, ultrapassando os meandros de uma geografia de localização de classes, conduziu a que algumas análises efectuadas contribuíssem para acentuar a crença de que a nobilitação estaria, necessariamente, associada à promoção de assimetrias sociais e até algumas formas de discriminação social relacionadas com a segregação socio-espacial.

Apesar do fenómeno ter sido identificado em Inglaterra, não tardou a que os americanos aclamassem a sua aplicabilidade noutras culturas. Para ilustrar este seu interesse pode referir-se os trabalhos produzidos pela Escola de Chicago sob a influência da ecologia social ou humana. Estes centraram-se no fenómeno para a teorização da evolução dos bairros.

Algumas das suas mais importantes produções salientam que a composição social dos bairros do interior da cidade é circunscrita ao ciclo invasão-sucessão. Conforme esta perspectiva, não seria possível a coexistência de dois ou mais grupos sociais admitindo-se, por isso, o fenómeno como um processo de substituição social.

Esta perspectiva encerra a concepção de conquista pelo que a metáfora do pioneirismo foi apresentada por alguns autores para fazer alusão aos nobilitadores. Tendo revisitado os ensaios históricos que colocam o enfoque no significado da “fronteira” na história da América - “*the meeting point between savagery and civilization*” - serviram-se do seu significado para delimitar, não a cidade bem aventurada do oeste selvático, mas, a cidade selva, epicentro de uma série de maleitas sociais com impacte na patologia da

vida urbana (Banfield, 1968 citado por Smith, 1996). A representação da cidade enquanto “selva urbana” acaba por atingir uma importância tal que transborda para os meandros dos media, como prova ficaram os filmes de Hollywood, entre os quais King Kong; West Side Story e Bronx.

Aos nobilitadores, para além de lhes ser atribuída o mérito de promover o renascimento urbano é igualmente a possibilidade de agir ao nível da identidade nacional. A nobilitação faz reviver a história, o que vem dar resposta à necessidade de ir buscar o sucesso no passado remoto. Os autores americanos apontam os desaires do passado recente, tais como o Vietnam, inflação, poluição como elementos desvalorizantes que necessitam de ser suplantados (Advisor Council on Historic Preservation, 1980 citado por Smith, 1996).

A perspectiva da substituição social, como explicação para a nobilitação, acaba por não trazer contributos acrescidos. Quase parece que o fenómeno acaba por ser reconhecido mas não explicado. Actualmente, as abordagens que remetem para a substituição social são praticamente inexistentes; continua-se a abordar questões que detonam no conflito entre classes, no que concerne à apropriação de determinados locais, porém fala-se em correntes migratórias, reinvasão e reterritorialização e não em conquista e substituição.

É com preocupação que se fala no facto de determinados bairros da cidade, particularmente das zonas históricas de Lisboa, estarem hoje a ser votados ao abandono. Principalmente porque a população que abandona essas zonas rumando às periferias suburbanas detém alguma capacidade de mobilidade e recursos para o efeito – classes médias – ficando um sector social de muito fracos recursos, o que vem alargar o espaço para a penetração dos nobilitadores. A propósito deste abandono da cidade por parte dos tradicionais, há que ter em conta que, certamente, muitos outros factores concorrem para a sua decisão, que não apenas a vinda dos nobilitadores. Em suma, a nobilitação não pode apenas ser explicada pela existência de uma luta de classes pela posse da propriedade, cujo desfecho é a sua vitória sobre as classes mais desfavorecidas. Como fenómeno complexo que é a nobilitação encerra outros significados para além da competição social.

Outra explicação do conceito assenta na *mobilidade social*. Digamos que a nobilitação acaba por ser tratada – principalmente nos estudos realizados por sociólogos - na

sequência da análise de fenómenos migratórios, em particular daqueles que dizem respeito à mobilidade residencial. A nobilitação, enquanto “movimento de retorno à cidade” em cuja desindustrialização é tida como a principal explicação do fenómeno, é uma das concepções mais proeminentes na literatura. A sua expressão é de tal modo notória que os autores concebem o fenómeno como uma das facetas da cidade pós-industrial. Este modo de conceber a nobilitação conduziu a que o processo fosse circunscrito à especificidade da cidade. Com efeito, diversos autores têm dirigido os seus esforços no sentido de confirmar a tese de que a nobilitação, entre outros fenómenos e processos sociais, só pode ser entendida a partir dos quadros de vida que nesses contextos têm lugar. Trata-se, de facto, da oposição entre cidade e campo no sentido em que é usada pelo culturalismo, onde a variável fundamental parece não ser tanto a natureza espacial, mas sim a natureza cultural. Uma explicação baseada sobretudo no determinismo espacial centra-se na teoria ecológica proposta por Roger Barker (Gifford, 1996); a abordagem ecológica aplicada à nobilitação sugere que é o próprio cenário urbano que condiciona o surgimento e perpetuação do fenómeno. Na alçada desta teorização London (1980) apresentam alguns determinantes da nobilitação entre os quais a concentração no interior das cidades de postos de trabalho do sector de serviços/área do negócio, em paralelo com a diminuição dos de manufactura e trabalho fabril, inexistência de espaço disponível para a construção de fogos habitacionais e longas (tempo e/ou distância) comutações pendulares do centro da cidade até às zonas habitacionais periféricas.

Apesar de se considerar que a nobilitação deriva, muitas vezes, de fenómenos migratórios que, obviamente, vão resultar na apropriação e uso dos solos bem como na introdução de variabilidade sociocultural, estudos há que contrariam explicações baseadas no “movimento de retorno à cidade”. É exemplo o estudo de Gale (1980) que demonstrou que os nobilitadores nem sempre são provenientes de contextos exteriores à cidade; a sua proveniência pode ser de outras zonas do perímetro urbano. Este mesmo autor verificou um fenómeno interessante num bairro situado a este de Boston, do qual pode ser retirada a seguinte conclusão: a revitalização pode estar apenas associada a uma mudança social e independer da mobilidade social/residencial em relação às periferias e não só.

Passando a explicar, são muitas vezes as gerações posteriores aos pioneiros e autóctones de um determinado bairro, que, tendo acesso a uma residência no mesmo, acabam por introduzir determinadas alterações ao nível do edificado que vão no sentido do tradicional, do simbólico, muitas vezes remontando a uma autenticidade quase vernácula, da qual os seus progenitores já se afastaram. Nestes casos o sentimentalismo e o simbolismo em relação ao lugar acabam por ser variáveis ecológicas que podem contribuir para a compreensão do próprio bairro. Na mesma linha de pensamento Clay (1979 citada por London, 1980) salienta que a revitalização acaba por estar associada a dois processos: "*incumbent upgrading*" e nobilitação.

Em suma, pode dizer-se que a nobilitação não pode somente ser explicada pela mobilidade social; esta pode ter o seu epicentro no próprio bairro, tal como demonstram as análises que perspectivam a nobilitação enquanto um processo intergeraccional;

Uma concepção que é bastante empolgada a partir da década de 80 e que segundo Bogus (1993) provoca alguma estagnação ao nível da teoria e empiria, concebe a nobilitação como uma *tendência consumista* ou centrada na esfera do mercado imobiliário.

Neil Smith, sob influência da filosofia marxista, deixa registado em dois artigos específicos a importância que atribui à componente económica, enquanto factor explicativo da nobilitação. No artigo de 1979, a perspectiva vigente salienta que são as assimetrias quanto à valorização fundiária das manchas urbanas, em detrimento das suburbanas, que explicam o crescente interesse das novas acções desenvolvidas no interior da cidade (e.g., reabilitação, renovação, especulação, nobilitação). A explicação da "descontinuidade do rendimento" oferece o registo teórico mais conciso sobre o motivo pelo qual a nobilitação acontece em algumas zonas da malha urbana; à medida que um bairro se degrada é mínimo o rendimento que se consegue por se deixarem cair os prédios, tal como o valor dos solos no caso de nessa altura se optar por novos usos. Assim, os proprietários deixarão que as propriedades se deteriore ainda mais, dado que nunca obterão compensações pelo investimento em conservação. No entanto, a dado momento deste ciclo de declínio, torna-se rentável alterar o uso do solo - incluindo a construção ou renovação de imóveis que podem ser adquiridos a preços muito baixos - proporcionando condições atractivas para compradores, geralmente de classe média, que visem a obtenção de lucro. Este é um quadro que é possível encontrar-se em zonas degradadas numa fase anterior à renovação promovida pelos grandes promotores

imobiliários, muitas vezes através da concessão autárquica assente na base de leis de expropriação. A sociologia do negócio imobiliário tem corroborado a perspectiva defendida por Neil Smith mas tem advertido para a diferenciação do fenómeno consoante o país, a região e as características da área.

Já em 1982 o mesmo autor assume que apesar da desvalorização de alguns núcleos urbanos ser o principal impulso para a nobilitação, introduz a importância dos fluxos económicos provenientes do sector internacional. Estas injeções de capital estrangeiro nos núcleos urbanos contribuem para a valorização desses locais. Esta visão vem ao encontro da de Appadurai (1990) que questiona os modelos centro periferia, incluindo os que dão conta de múltiplos centros e periferias. Este autor sugere a necessidade de se contemplar “uma nova geografia mundial” ou mais especificamente uma “nova geografia centros margens” já que os efeitos da globalização e da reestruturação económica e espacial assim o ditam. Esta configuração da nobilitação permite-nos colocar o enfoque na ocupação e apropriação dos imigrantes na cidade de Lisboa; na verdade acabam alguns destes por ser nobilitadores.

Apesar de todos estes argumentos serem interessantes, se não mesmo cumulativos para a explicação da renovação urbana, em particular do processo nobilitador, há que considerar que a desvalorização fundiária ou a qualidade do investimento económico acaba por ser uma condição necessária mas não suficiente (Beauregard, 1986) – é isto, explica porque é que nem todas as áreas cujo preço é sedutor, ou que o investimento se perfile altamente rentável, sejam, igualmente, alvo de interesse. Zukin (1988, citado por Savage & Ward, 1993) salienta sobretudo o facto das teorias sobre as discontinuidades de rendimento não explicarem a partilha de um determinado gosto e acrescenta que estas acabam por ignorar que um dos requisitos fundamentais para que ocorra a nobilitação é o processo pelo qual uma vanguarda cultural começa por se mudar para uma área de modo a dar-lhe legitimidade cultural.

A propósito de alguns autores tenderem a considerar a reabilitação do espaço, em particular a nobilitação, como uma *moda*, Smith e Williams (1986) referem que esta é algo de mais profundo pois contempla transformações na maneira de o conceber e apropriar, que por sua vez só pode ser entendida enquanto produto de alterações de cariz social. Daqui se depreende que a reabilitação dos espaços antigos e históricos, não se limita à vontade política patente em determinadas operações urbanísticas sendo igualmente condicionada pela motivação de residentes não tradicionais e da implicação dos

residentes característicos. De um modo geral pode referir-se que a nobilitação parece estar associada a um *novo estilo de vida*. Jager (1986) estabeleceu uma relação entre classe e sentido de estética e de estatuto social presente no processo de nobilitação, no sentido em que a compra de casa teria começado a tornar-se num investimento cultural onde a própria casa significa ascensão social. É o chamado “*buying into history*” (Slater, 2002), onde as classes sociais superiores expressam a distância que as separa das classes sociais mais baixas, construindo a sua identidade baseada no consumo como forma de investimento e de reconhecimento do seu estatuto social. Deste modo, o simples acto de escolher e comprar casa passou a ser o símbolo da identidade social dos novos residentes.

Estudos recentes vêm confirmar a ideia de que a nobilitação é um fenómeno multifacetado que apenas pode ser explicado de um ponto de vista holístico (Rose, 1996; Lees, 2000, Bridge, 2001; Butler & Robson, 2001; Wyly & Hammel, 2001; citados por Slater, 2003). Ou como argumenta Ley (2002 cit. por Slater, 2003) não é uma questão de saber qual dos argumentos, económico ou cultural, prevalece, mas antes como podem trabalhar em conjunto de forma a encontrar uma explicação integrada para o processo de nobilitação.

Uma análise das pesquisas efectuadas em vários países sobre os estilos de vida faz ressaltar como elementos de convergência de resultados, as características sociais económicas e profissionais dos seus protagonistas. Pode mesmo avançar-se, a partir desses elementos, que o nobilitador-tipo insere-se numa faixa etária dos 25 aos 35 anos, apresenta habilitações literárias ao nível da licenciatura, auferir um rendimento médio/alto e exerce uma profissão que geralmente se insere em quadros superiores ou na categoria liberal. Importa, ainda frisar que quanto aos modelos familiares estes são de pequena dimensão, ganhando relevo as famílias monoparentais, os casais sem filhos e em união de facto (Justa, 1987).

Quanto às razões que parecem motivar a opção pela nova localização residencial, as investigações efectuadas parecem, igualmente, convergir nos seus resultados. Assim, pode dizer-se que são 4 as razões mais frequentes na literatura (Moreno & Ferre, 1991; Smith & Williams, 1986). Destas, as que se prendem com o preço aceitável da habitação e a possibilidade de um investimento imobiliário através da aquisição da habitação, por serem pouco frequentes parecem ser as menos relevantes. Com maior significado

apresentam-se as que se prendem com a acessibilidade ao local de emprego e com as características arquitectónicas e socioculturais da casa e/ou do bairro. O facto desta última surgir como uma das razões mais apontadas pode ser indiciador do que parece ser uma necessidade de apropriação do simbólico, do histórico quem sabe se de uma identidade com o lugar, por parte dos nobilitadores.

A procura de símbolos distintos demonstrativos de um novo estilo de vida e da identidade deste grupo social, parece verificar-se sobretudo, pela reapropriação do património histórico, visível na opção por um espaço de habitat onde a história e a arquitectura favorecem a formação de uma vinculação e identidade com o lugar.

Na mesma linha desta diferenciação entre o estatuto e tipologia de ocupação por parte dos nobilitadores, estão algumas análises de carácter teórico que relatam o conflito entre nobilitadores; parece assim não se tratar de uma categoria social homogénea; mas antes de sub-categorias. Pierre Filion, 1995, quando resume a obra de Coulfield (1994) – *City Form and Everydaay Life: Toronto`s Gentrification and Critical Social Practice* - explica que a 1ª vaga de nobilitadores, cujo enfoque na tradição e na preservação do património arquitectónico e sociocultural é maior acabam por entrar em conflito com os nobilitadores da 2ª vaga; precisamente por a sua filosofia de ocupação e apropriação ser dissemelhante. A 2ª vaga de nobilitadores aposta mais na modernização, sendo a rentabilidade económica entre outros benefícios como a proximidade do centro os factores que os impulsionam. A esta 2ª vaga Walter Rodrigues (1999) chama nobilitação económica.

Para a investigação que se propõe pode a nobilitação não independer da substituição de classes, tendência consumista e presença de novos estilos de vida. Quer isto dizer que qualquer um destes aspectos pode ou não estar presente, apenas é condição necessária para que neste estudo sejam os indivíduos considerados nobilitadores que as alterações que preconizam nos edifícios, principalmente no exterior dos mesmos vão no sentido de recuperar o tradicional, isto é ao encontro do popular, do vernáculo; têm igualmente de ser provenientes de locais exteriores à cidade, ou seja não ter afinidade por parentesco à zona.

Há autores (e.g., Boudim, 1980) que salientam que a procura, por parte dos nobilitadores do tradicional – patente quer na escolha do local (bairros históricos

marcados pela tradição) quer nas alterações que preconizam nos edifícios – coincide com uma rejeição da vida quotidiana das metrópoles, pretendendo assim, reencontrar uma pretensa autenticidade e qualidade de vida perdidas, algures nos processos de desenvolvimento espaciais e sociais característicos das sociedades contemporâneas. O que anteriormente se disse permite colocar em questão o urbanismo dominante nas lógicas da sociedade contemporânea, para o qual o desenvolvimento rima quase sempre com cimento. Pelas produções dos *media* parece que um novo paradigma emerge sendo este marcado pela estetização dos lugares, revalorização e re-invenção do património.

Até ao momento apresentou-se uma resenha de algumas das obras chave dedicadas à nobilitação de modo a preparar o leitor para a definição do fenómeno. Elegemos duas definições, por nos parecerem mais completas e por tratarem o fenómeno tal como este se verifica em Portugal.

Ward (1991, citado por Savage & Ward, 1993) consideram que *“a nobilitação pode ser identificada pela coincidência dos seguintes quatro processos:*

- 1) reinstalação e concentração social, envolvendo a mudança de um grupo de residentes de estatuto social superior para junto de outro;*
- 2) transformação do espaço edificado, com modificação de características estéticas e aparecimento de novos serviços locais;*
- 3) reunião de pessoas com uma cultura e estilo de vida supostamente idêntico, ou, pelo menos, pertencendo a uma mesma classe e partilhando preferências de consumo;*
- 4) reordenamento económico de propriedades, uma oportunidade comercial para a indústria de construção e, frequentemente, a extensão do sistema de posse privada da propriedade doméstica” (p.83).*

Outra definição inscreve-se na proposta pioneira de Gonçalves (1980) que acaba por não ser tão exaustiva como a anterior, mas, ainda assim, acrescer a ideia de que são os laços auto-biográficos colectivos que forjam a essência do lugar. Versa sobre *“um processo de reestruturação que ocorre nas zonas urbanas, decorrente de um efeito de atracção sobre grupos sociais de recursos económicos e culturais médios e superiores, que aí estabelecem residência produzindo um efeito cruzado da renovação arquitectónica*

e infra-estrutural de áreas degradadas com alteração ao nível das vivências e apropriação do lugar”.

Para além das definições convencionais há autores que optam por descrever o fenómeno através da acentuação das diferenças na vida de bairro após a nobilitação, Slater é um deles, falando nos seguintes termos:

“Gone are the working classes and the establishments that serve them. (...) Net curtains have been replaced with tailored drapes, parted during the day to exhibit the belongings and ‘taste’ of a very different class of resident. Streets once lined with Mark I Ford Escorts and Vauxhall Astras now sport Jeep Cherokees and convertible Alfa Romeos. (...) At Weekend, children dressed in ‘Gap Kids’ clothing run along (...) in front of parents wearing wraparound Ray Bans (...)”. (Slater, 2002, p.2)

Apesar do impacte que os nobilitadores vão preconizar ao nível económico, social, arquitectónico e da identidade, quer do bairro, quer dos habitantes tradicionais o estudo de todos estes parâmetros parece quase esquecido. Com efeito a nobilitação e a ligação e identidade em relação ao lugar são dois campos de análise que apesar de serem duas faces da mesma moeda parecem, pela análise proferida à literatura de ambas as áreas não andar a par nos trabalhos empíricos realizados.

Articulação Entre a Identidade com o Lugar e a Nobilitação: Contributos da Empíria

Apesar de não se ter conhecimento de qualquer estudo em que fosse analisado o modo como os nobilitadores se identificam e estruturam os conteúdos da sua vinculação e identidade com o lugar, através de algumas análises preconizadas na área da sociologia fica patente que estes, não só, se servem do espaço físico para enaltecer a sua auto-estima (os locais que ocupam têm geralmente um significado histórico-cultural ou então estão associados a algumas formas de elitismo, como por exemplo a produção artística), como também para se distinguirem de outras categorias sociais (é o caso do fenómeno de nobilitação preconizado por comunidades homossexuais e lésbicas, e pela “nova classe média”).

Pela ausência de estudos que acedam à identidade de lugar desta categoria, este parece ser um objectivo particularmente importante até porque dados estatísticos (nacionais e internacionais) salientam que esta é uma forma de recuperação (arquitectónica, social, económica) cada vez mais visível não sendo, contudo, linear o seu sucesso. Há casos em que ao contrário da renovação (*upgrade* físico) e revitalização (*upgrade* físico com consequências sociais e económicas: melhoria dos serviços, criação de oportunidades de emprego pela multi-funcionalidade da zona, diminuição da criminalidade) associadas à nobilitação surge a descaracterização sócio-cultural e instala-se a mono funcionalidade (é uma lógica de marketing urbano em que a promoção da cidade atrai clientelas que simplesmente consomem a atracção tornando os lugares meros espaços de consumo cultural, acentuando a hegemonia da realidade urbana).

De modo a afastar a ideia da nobilitação associada a uma panaceia apraz evocar alguns casos em que o fenómeno se instalou e em cujas consequências foram bem diferentes.

Bogus (1993) num estudo realizado num bairro dos subúrbios da cidade de São Paulo falou no abandono forçado por parte dos residentes de longa data a partir do momento em que a “nobilitação se instalou”. Neste caso o autor salienta sobretudo aspectos negativos defende que deviam ter sido tomadas medidas impeditivas. Mais recentemente, Di Virgílio (2001) num estudo efectuado em Buenos Aires no bairro de “La Boca” concluiu que o suposto processo de revitalização em que a nobilitação assumia um importante papel ficou aquém disso. Uma vez mais, a nobilitação da área trouxe consigo consequências nefastas para os residentes tradicionais, que iam desde o abandono forçado ao declínio do estilo de vida (para aqueles que optaram por continuar a residir no mesmo). Noutros casos (como por exemplo num estudo efectuado por Kennedy e Leonard na cidade de Cleveland) verificou-se que na opinião de alguns residentes e das autoridades locais “o que a zona realmente precisava era de ser nobilitada”. Este caso insere-se no constructo de “Revanchist city”, discurso académico associado à nobilitação Norte-Americana, isto porque, de acordo com vários estudos (e.g. Smith & DeFilippis, 1999; Curran, 2001; cit. por Slater, 2003), as autoridades políticas locais nos EUA (como por exemplo o caso do Mayor de Nova York, Giuliani) implementaram políticas sociais em determinadas zonas urbanas, consideradas bairros de lata (zonas associadas à marginalidade onde existam, por maioritariamente, sem-abrigo, prostitutas, famílias com baixos rendimentos) com a finalidade de promover a reabilitação dessas áreas, que

passaram a constituir uma área totalmente renovada destinada às classes médias ou altas, ou seja, uma área nobilitada (Slater, 2003).

Também no Canadá os estudos (e.g. Caulfield, 1989, 1994; cit. por Slater, 2003) revelaram resultados muito positivos associados à nobilitação considerando-a como tendo promovido “reunião de pessoas diferentes no centro da cidade, criando oportunidades para a interacção social e tolerância” (Slater, 2003, p.16). Esta é uma abordagem que insere o fenómeno “emancipatory city” no discurso académico associado ao processo de nobilitação que teve lugar em várias cidades do Canadá, nomeadamente em Toronto.

De acordo com Kennedy e Leonard (2001), Phillips (2003) e Slater (2002), as futuras investigações deverão ter em conta, em primeiro lugar, que a nobilitação deve ser entendida no contexto da expansão exagerada das áreas suburbanas adjacentes às cidades, que começam a ficar sobrepovoadas e a deixar de interessar a quem procura casa e, sobretudo, qualidade de vida. Ou como argumenta Caulfield (1994; cit. por Phillips, 2003): os nobilitadores procuram activamente distanciar-se da alienação dos espaços suburbanos, deslocando-se para espaços com os quais se identifiquem, tanto em meios urbanos como em meios não-urbanos (medianamente urbanos ou predominantemente rurais); em segundo lugar, que, independentemente do ponto de vista do observador, a nobilitação tem efeitos positivos e negativos, tanto para os novos moradores (nobilitadores) como para os tradicionais (Atkinson, 2002) e que por isso mesmo deve ser alvo de atenção das entidades competentes na gestão urbana (e.g. poder local, sociólogos, psicólogos, geógrafos, arquitectos, entre outros). Neste contexto, será importante repensar o fenómeno, enquadrando-o num contexto de revitalização, examinar as dinâmicas sócio-económicas inerentes ao mesmo e, o mais importante, escutar e observar atentamente aqueles que convivem directamente com o fenómeno, de forma a traçar uma abordagem integrada e compreensiva sobre esse complexo processo que é a nobilitação. Torna-se então fundamental caracterizar os nobilitadores não só em termos do seu perfil sócio-demográfico, como também (e o mais importante) em termos de variáveis psicológicas adjacentes ao processo, como por exemplo a sua identificação com o lugar ou a sua história de vida.

Relativamente à categoria dos tradicionais pode dizer-se que só a segunda vaga de teorias sociológicas (e.g., Bauregard, 1986) – anos 80 - que se dedicaram à explicação das consequências da nobilitação é que lhes conferiram atenção. Foram assim retractsados como grupo dominado, que via o seu território ser invadido por estranhos que

por vezes chegavam a ameaçar a sua permanência ou a promover o abandono voluntário. Os autores salientam o facto de haver dois tipos de tradicionais: tradicionais com e sem origens no local. Estes últimos, tal como referido não têm as suas origens no local, apenas tê-lo-ão seleccionado pelos fracos recursos financeiros com que contam (é nas zonas degradadas que geralmente as rendas são mais baratas). Segundo os autores estes ocupantes são geralmente pertencentes a minorias étnicas, ou a outro sector alvo de marginalização (e.g., desempregados, toxicodependentes)

Firmino da Costa (1999) realizou um estudo sociológico no bairro lisboeta de Alfama em que analisou as percepções e atitudes desta classe (i.e., tradicionais, sem segmentar os Alfamistas dos outros) face à reabilitação produzida pelas entidades estatais e pelos nobilitadores. Verificou não existirem diferenças. Já os responsáveis pelo planeamento urbanístico apresentavam uma atitude muito favorável face aos nobilitadores. Quanto aos políticos estes apresentaram uma atitude favorável mas não tão positiva quanto os anteriores.

Apesar deste autor ter efectuado uma análise ao nível da identidade dos tradicionais no decorrer de uma fase de renovação do bairro o modo como a identidade foi operacionalizada (satisfação com a casa e com o bairro) não traz conhecimento acrescido para a análise que aqui se propõe.

Alguns factores que podem influenciar (potenciar ou reduzir) os principais efeitos da nobilitação. Berry (1985; citado por Kennedy & Leonard, *idem ibidem*) avançou com a ideia de que o processo de nobilitação se desenvolve por fases e que as consequências da nobilitação vão sendo potenciadas pela fase em que o processo se encontre. Para o autor, na primeira fase os recém-chegados compram e reabilitam as unidades e/ou as propriedades vagas, causando por isso poucos transtornos aos residentes originais que não sentem praticamente nenhum efeito visível do fenómeno; Na segunda fase do processo, os novos residentes começam a chegar, em “vagas”, atraídos pelos preços ainda acessíveis das propriedades (que começam a rarear), começando a surgir alguns efeitos para os residentes originais que deixam de poder suportar as rendas, uma vez que os senhorios estão mais interessados em ter como inquilinos residentes de classes sociais superiores que lhes podem pagar uma renda mais elevada, ou mesmo comprar a propriedade. O efeito de translocação forçada ou voluntária dos residentes tradicionais começa a ter lugar e os conflitos instalam-se. Na fase final do processo, onde os efeitos de reabilitação da área se tornam mais evidentes, os preços das propriedades disparam e

o fenómeno de translocação forçada ocorre de forma massiva até uma situação em que a composição social e económica da área se altera por completo. Recapitulando, verifica-se que para o autor as consequências da nobilitação vão depender da fase em que o processo de encontra, o que por sua vez vai depender de situação para situação. Assim, pelo facto do processo poder variar com o contexto fica implícito que os resultados não poderão ser generalizados, ou de outra forma, que os resultados observados num caso podem não servir de comparação para os restantes.

Um outro factor que pode influenciar os potenciais efeitos causados pela nobilitação é a “intensidade” com que o processo ocorre, isto porque quanto mais intenso e rápido for maiores e mais graves serão as consequências para os residentes tradicionais. Por outro lado e de acordo com Harvey (1999), quanto mais vulnerável estiver determinada área maior será a tendência para a ocorrência de um rápido processo de nobilitação. Neil Smith e colaboradores já haviam abordado este assunto, defendendo que é da discrepância existente entre o preço pago pelos antigos residentes e aquele que os novos podem pagar que provem a vulnerabilidade da área, tornando-a um possível alvo de nobilitação (Smith, 1986, 1996).

O impacte mais sério é a substituição involuntária dos residentes tradicionais, em especial dos que são arrendatários, nas áreas nobilitadas. De acordo com Kennedy e Leonard (*idem*) e tal como já foi referido, grande parte da natureza deste fenómeno de substituição pode ser explicada pela situação do mercado imobiliário local. Um outro efeito numerosas vezes observado (em fases finais do processo) nas áreas nobilitadas foi a mudança que se registou em termos demográficos, que se traduziu por novos residentes completamente diferentes a nível sócio-económico dos residentes originais e que, inevitavelmente, conduz a um processo de reconfiguração da textura social e urbanística da área em causa (Rodrigues, 1992). Convém referir que numa fase inicial as mudanças na área apenas são visíveis a nível das renovações físicas (habitações e infra-estruturas adjacentes). As mudanças nas áreas nobilitadas, para além de promoverem a revitalização económica e social da mesma, trazem associada uma “desconcentração da pobreza”, ou seja, fazem com que a pobreza e o abandono a que muitas áreas estão sujeitas se disperse ou acabe. Um efeito menos positivo, associado a estas mudanças, está no facto de as mesmas trazerem associada, na maior parte das vezes, uma mudança nos costumes e tradições na área nobilitada. Um exemplo desta situação pode observar-se na extinção do comércio local em áreas nobilitadas, substituído, por exemplo,

por grandes superfícies consideradas como “mais adequadas” às necessidades dos novos residentes (como por exemplo na zona renovada do Chiado, Lisboa; cf. Medeiros, 2001).

Outro impacto observado em muitas das áreas sujeitas à nobilitação foram as alterações nas instituições e serviços públicos e/ou privados que as serviam. Estas mudanças podem incluir alterações nos serviços disponíveis na área, como o aparecimento de novas empresas (imobiliárias, clubes de vídeo, lojas de roupas de “marca”, etc.), novas escolas, novas igrejas (devido à variedade cultural promovida pela chegada dos novos residentes), entre outros. É o movimento de revitalização comercial associado à nobilitação, tal como defende DiVirgilio (2001).

Um outro efeito da nobilitação que ocorre, geralmente, última fase do processo é a valorização das habitações e propriedades na área nobilitada e nas áreas adjacentes à mesma. Esta valorização surge como consequência da forma de apropriação do “habitat” característica da nobilitação, que valoriza a mistura entre o moderno e o tradicional, e que se verificou na preocupação manifestada pelos nobilitadores na manutenção e realce dos espaços edificados de forma a que se identifiquem com o traçado arquitectónico original e na introdução de novos elementos valorizadores, em especial ao nível dos interiores (Rodrigues, 1992). Verificou-se, também, uma grande preocupação ao nível da decoração das habitações, privilegiando-se os materiais de elevada qualidade e de “design” ou então provenientes de antiquários. Estes efeitos tiveram como consequência um aumento dos preços de compra das habitações e terrenos, não só na área em causa mas também nas áreas adjacentes.

Por tudo o que até aqui foi dito, não é difícil anuir que o fenómeno da nobilitação é um processo muitíssimo complexo, provocado por uma combinação de factores nem sempre fáceis de decifrar, com consequências também elas complexas, que tanto podem ser positivas, negativas ou uma combinação de ambas Atkinson (2002).

Outros estudos empíricos que comparam tradicionais e não tradicionais relativamente a variáveis que operacionalizam a relação com o espaço físico apresentam as seguintes conclusões.

As pessoas que residem há mais tempo num lugar são aquelas que apresentam níveis de identidade mais elevados (Becker & Keim, 1973; Treinen, 1965, citado por Lalli, 1986; Lalli, 1988). Neste caso são os tradicionais têm mais tempo de residência no bairro.

A probabilidade de muitos dos tradicionais terem nascido no lugar é elevada, já relativamente aos nobilitadores de 1ª vaga é nula. Neste sentido há estudos que salientam que as pessoas nascidas num determinado lugar apresentam níveis mais elevados de identidade de lugar, comparativamente com os outros que lá não nasceram (Lalli, 1988).

Contrariando os estudos anteriores Thum (1981) vem contribuir para que se coloque a hipótese de serem os nobilitadores a apresentar níveis mais elevados de identidade com o lugar; é importante não esquecer que neste estudo não foi propriamente a identidade com o lugar que foi avaliada mas outro constructo que operacionalizou a relação com o lugar. O autor salienta que os sujeitos que desde sempre viveram num lugar e nunca colocaram a hipótese de mudar de lugar de residência (que poderá ser o caso dos tradicionais) acabam por nunca desenvolver uma ligação com o lugar. O autor identifica esta apatia em relação ao lugar utilizando o termo melancolia. É curioso verificar que outros autores apresentam o termo nomadismo para se referirem a um fenómeno que de alguma maneira pode ser oposto à dita melancolia. Segundo os autores, os indivíduos que sistematicamente mudassem de lugar de residência apresentavam uma síndrome que nos conduz a pensar que talvez a ligação precoce seja necessária e/ou suficiente para a ligação aos lugares.

METODOLOGIA

Caracterização da População e Amostra

Depois de se ter procedido ao levantamento das estatísticas de ocupação da cidade de Lisboa (dados do INE), Rodrigues (1999) verificou que relativamente à zona histórica da cidade tem havido um aumento efectivo da entrada de novos residentes. Estes apresentam características diferentes dos residentes tradicionais, designadamente pela sua pertença a estratos sociais elevados. Segundo a análise proferida por Walter Rodrigues (1999) a origem destes novos residentes remonta sobretudo às periferias.

Seguidamente apresentam-se os bairros históricos (e respectivas freguesias) cujo índice de migrantes com as características anteriormente focadas é mais elevado:

- Bairro Alto, Sacramento (52%)
- Alfama, São Miguel (42,1%) St. Estevão (26,6%)
- Castelo (37,5%)
- Sé (28,3%)
- Mouraria; São Cristóvão/São Lourenço (25%)
- Sta. Justa (27,1%)
- Ainda a freguesia de São José (22,8%), no prolongamento da Baixa e da Mouraria.

Se num primeiro momento se pensou em considerar neste trabalho diferentes bairros históricos depois de alguma ponderação achou-se que seria mais profícuo enveredar por um estudo ecológico dando primazia à análise aprofundada de um só bairro pois assim mais facilmente se poderia aprofundar o conhecimento da dinâmica vivencial do mesmo [Cf. indicações de Low & Altman (1992) e Stokols & Shumaker (1981)]. Assim, a população em análise correspondeu aos habitantes do bairro de Alfama, sendo considerada enquanto amostra 20 residentes tradicionais e 20 nobilitadores.

Não sendo particularmente difícil encontrar residentes tradicionais predispostos a participar nesta investigação, mesmo assim estabelecemos que contemplaríamos na amostra alfamistas naturais e migrantes⁶ de Alfama, considerados legítimos portadores da história do bairro, no caso dos nobilitadores o processo já não foi tão facilitado. Isto aconteceu não só pela dificuldade em identificar os verdadeiros nobilitadores⁷ como pelo facto destes não se demonstrarem tão receptivos e disponíveis para participar no estudo; o que como em seguida se apresenta poderá estar relacionado com o seu estilo de vida que os condiciona a não permanecerem tanto tempo no bairro pelo facto de terem uma vida muito preenchida não só pelo desempenho profissional mas pela vida social.

Aconteceu mesmo, no caso de alguns nobilitadores, a necessidade de efectuar a entrevista noutro local que não a sua residência, designadamente o local de trabalho. É de ressaltar que isto aconteceu apenas como último recurso pois promoveu-se a realização da recolha de dados na residência do participante, por se considerar que através desta medida se conseguiria promover o estabelecimento de uma relação entrevistador-entrevistado. Como se a intimidade e a familiaridade do entrevistado com o *setting* fosse extrapolada para a relação com o entrevistador permitindo-lhe revelar confidencias e lembranças que ultrapassassem as meras descrições e desejabilidade social.

Pensou-se, ainda, que o facto das entrevistas se desenrolarem na residência nos possibilitaria o conhecimento do espaço habitacional e das várias formas de ocupação e vivência do mesmo.

A solução encontrada para a selecção da amostra inspirou-se na técnica de amostragem não probabilística do tipo bola de neve: começámos por encetar alguns contactos directamente sendo posteriormente os restantes fornecidos pelas pessoas que eram entrevistadas. Algumas características sócio-demográficas dos 40 participantes considerados são agora apresentadas (tabela 1).

⁶ A realidade social que caracteriza os residentes tradicionais de Alfama define-se a partir de dois eixos fundamentais: os migrantes (de origem rural) e os naturais de Alfama. Ambas as origens são reconhecidas como legítimas, podendo afirmar-se que existe uma plena integração dos dois tipos de população no imaginário colectivo do bairro.

⁷ Tal como referido na secção em que se abordou teórica e empiricamente a nobilitação, consideraram-se nobilitadores, todos quanto não tendo vínculos de parentesco no bairro, o seleccionam para vir morar, tendo alugado ou adquirido a sua habitação na qual efectuaram obras no sentido da recuperação do tradicional. Tal como Williams (1986) ousamos dizer que em Alfama é possível identificar o traço característico da nobilitação; são as cores das fachadas, as janelas e portadas de madeira, os azulejos e brasões restaurados, painéis de segurança e sistemas de alarme.

Tabela 1

Descrição sociográfica da amostra em estudo

Ocupação sócio-espacial	N	Sexo		Idade		Tempo de Residência	
		Feminino	Masculino	M	DP	M	DP
Nobilitadores	20	15	5	38,8	4.44	5.5	1.5
Tradicionais	20	12	8	55.4	3.5	45	6.25

De salientar que de entre os tradicionais, 4 são naturais de Alfama, sendo os restantes migrantes com proveniências do Baixo Alentejo (n=3), Beira Alta (n=5), Beira Baixa (n=6) e Trás-os-Montes (n=2).

Relativamente à ocupação profissional, habilitações literárias e regime de ocupação dos alojamentos, o perfil esboçado pelas duas amostras é o seguinte.

As habilitações literárias dos nobilitadores situam-se entre o ensino médio (n=6; 30%) e o ensino superior (n=13; 65%). Quanto à ocupação profissional 4 (20%) são membros das forças armadas, 8 (40%) quadros superiores da administração pública, 4 (20%) especialistas de profissões intelectuais e científicas e 4 (20%) técnicos e profissionais de nível intermédio ligados às artes e ao espectáculo. Já no que respeita ao regime de ocupação dos alojamentos, 12 (60%) são proprietários das habitações e 8 (40%) são inquilinos.

Relativamente aos tradicionais o seu perfil sócio-gráfico é um tanto diferente. A começar pelas habilitações literárias a maioria é possuidora do ensino básico (n=17; 85%) havendo um indivíduo sem qualificação académica e dois com o ensino secundário completo. No que respeita ao tipo de ocupação profissional só 12 (60%) é que se inserem neste quadro, pois os restantes encontram-se entre a população sem actividade económica (4 dos inquiridos apresentam-se com incapacidades permanentes para o trabalho, 2 são domésticas e 2 desempregados). Entre os activos profissionalmente, 5 (25%) são administrativos, 2 (10%) profissionais do comércio e atendimento ao público, 5 (25%) trabalhadores no sector dos serviços de limpeza e manutenção.

Todos os residentes tradicionais inquiridos inserem-se no regime de inquilinos, no que respeita ao tipo de ocupação do alojamento.

Para a melhor compreensão das interações com o bairro desenvolvidas por tradicionais e nobilitadores apresenta-se, em seguida, uma breve caracterização histórica e estatística (características populacionais e do edificado) de Alfama.

Alfama: Lugar de História

Alfama, bairro popular do núcleo histórico da cidade de Lisboa, situado na vertente Sul da encosta do Castelo de São Jorge, junto ao Tejo começou por ser ocupada nos tempos romanos e visigóticos mas é ao período de dominação Árabe a que se refere quer o nome do bairro AL – hama – que significa fonte de águas quentes, águas boas, ou simplesmente belo sítio -, quer o tipo de ocupação da malha urbana (estrutura labiríntica, de ruelas estreitas, becos escadinhas e largos). Com isto pode dizer-se que a existência de Alfama remonta ao período anterior à formação da nacionalidade, sendo também o berço da população que viria a dar origem à cidade de Lisboa.

A sua localização privilegiada designadamente a sua exposição sul a proximidade do Tejo e as inúmeras fontes fizeram que logo desde o século II, durante a romanização, fossem surgindo em Alfama núcleos de lazer relacionados como aproveitamento termal das nascentes locais, reconhecidas pelas propriedades terapêuticas.

Com a ocupação muçulmana de 714 até 1147 d.C. -, a exploração dos núcleos de lazer e o aproveitamento termal intensificam-se e algumas famílias da aristocracia constroem em Alfama residência própria. É neste contexto que tem início a formação de um arrabalde no exterior para oriente da cerca moura, onde se construíram amplas casas com quintais e pequenos pomares que revelam a sua prosperidade.

Com a conquista de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques, em 1147, verifica-se um afastamento da aristocracia para a zona norte do Castelo – a Mouraria – sendo o interior do recinto muralhado reocupado pela população cristã desta feita de origem essencialmente rural.

Durante os séculos XIII e XIV podemos identificar duas dinâmicas de recomposição social diferenciadas que deram origem às actuais freguesias de São Miguel e Stº. Estêvão.

Em S. Miguel verificou-se um significativo aumento populacional entre esta judeus e mouros forros (provenientes do cruzamento de muçulmanos com judeus), cujas principais actividades económicas remetiam para o artesanato a produção agrícola e as actividades marítimas. No século XIV a Judiaria de Alfama foi reconhecida como bairro e abrangida pela legislação e modelo administrativo aplicado às minorias étnicas

Em Sto. Estêvão há uma série de factores que concorrem para um certo perfil aristocrático da freguesia, sobretudo nos séculos XIII e XIV. Entre estes factores está a construção do bairro dos escolares ou da universidade no sítio das Escolas Gerais, a existência de propriedades régias como o paço das Galés ou o Paço real de Alfama, a instalação do convento para freiras dominicanas e os palácios como os dos condes dos Arcos e o da Família Azevedo Coutinho. Com esta população aristocrática coexistia a população ribeirinha que era constituída fundamentalmente por calafates, pescadores e vendedores fixos e ambulantes. As fontes e os chafarizes constituíam nesta altura os equipamentos fundamentais.

Se por um lado Alfama perde o seu estatuto social quando a cidade começa a desenvolver-se para o lado ocidental e expulsa os judeus e as classes mais desfavorecidas para esta zona recupera-o enquanto pólo urbano com os descobrimentos, transformando-se em bairro de comerciantes e navegadores e em entreposto de comércio marítimo.

Com o terramoto de 1755 fica parcialmente destruída, só que ao invés da zona da Baixa não beneficiou com a reconstrução; digamos que as intervenções então sofridas foram efectuadas pela própria população com os materiais de sobejo das zonas degradadas pela catástrofe, até porque a população que na altura o habitava não tinha recursos económicos ou técnico-construtivos. Esta situação possibilita-lhe, no entanto, manter o mesmo tipo de estrutura e malha urbana medieval: o traçado de becos apertados, vielas e escadinhas.

É possível verificar através dos cunhais e cantarias de alguns edifícios que se produziram aumentos significativos do número de pisos que se por um lado se traduzem numa maior disponibilização em termos de espaços, por outro colocam em risco a própria estrutura desses imóveis. De mencionar, ainda, situações em que a própria encosta foi

escavada para se obter mais uma divisão, por vezes à custa de desvios de cursos de água que mesmo assim não deixa de produzir infiltrações, conduzindo ao aceleramento da degradação dos edificadoss, ou em que se construiu em logradouros e saguões, prejudicando a respiração.

Pela descrição efectuada é de sublinhar que já no momento da reconstrução após o terramoto foram introduzidas algumas alterações na estrutura original das construções que contribuíram para o estado actual visivelmente degradado e envelhecido do edificado.

Alfama em Números: Estatísticas da População e Habitação

Segundo a caracterização do parque habitacional promovida por uma equipa multidisciplinar do Gabinete Técnico de Alfama, em 1988, foram recenseados em Alfama 3102 fogos que cumprem função habitacional distribuídos por 721 edifícios. Dados mais recentes provenientes do recenseamento geral da população e da habitação em 2001⁸ dão conta de dados mais pormenorizados, tal como ilustra a tabela que em seguida se apresenta.

Tabela 2

Densidade populacional e habitacional por freguesia

	Habit/ha	Nº Residentes	Aloja/ha	Alojamentos Habitados	Alojamentos Vagos
São Miguel	333,9	1777	58,25	806	301
Sto. Estêvão	102,1	2047	17,94	999	447

⁸ Fonte: “As cidades em números”, colecção estatística em CD ROM edição do INE em 2004.

A freguesia de Stº Estêvão, com uma área superior à freguesia de S. Miguel, apresenta maior número de edifícios e de alojamentos, contudo a distribuição do número médio de alojamentos por edifício é ligeiramente mais elevada na freguesia de São Miguel. Em relação à densidade populacional e habitacional os valores são mais elevados em São Miguel (333,9 habitantes por hectare e 58,25 alojamentos por hectare) do que em Stº. Estêvão (102,1 habitantes por hectare e 17,94 alojamentos por hectare); estes dados referem-se já aos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação 2001. Em relação ao número médio de pisos este é de 3,6 pisos/edifício em Stº. Estêvão e 3,7 pisos/edifício em São Miguel. Em termos gerais, apesar da pequena diferença entre as freguesias estes valores são bastante elevados para a superfície considerada. Daqui resulta um dos vectores explicativos das formas de apropriação e vivência do espaço público por parte da população de Alfama. A reduzida dimensão dos alojamentos é compensada com a ocupação da rua enquanto extensão da habitação.

Tabela 3
Níveis de Conservação do Edificado

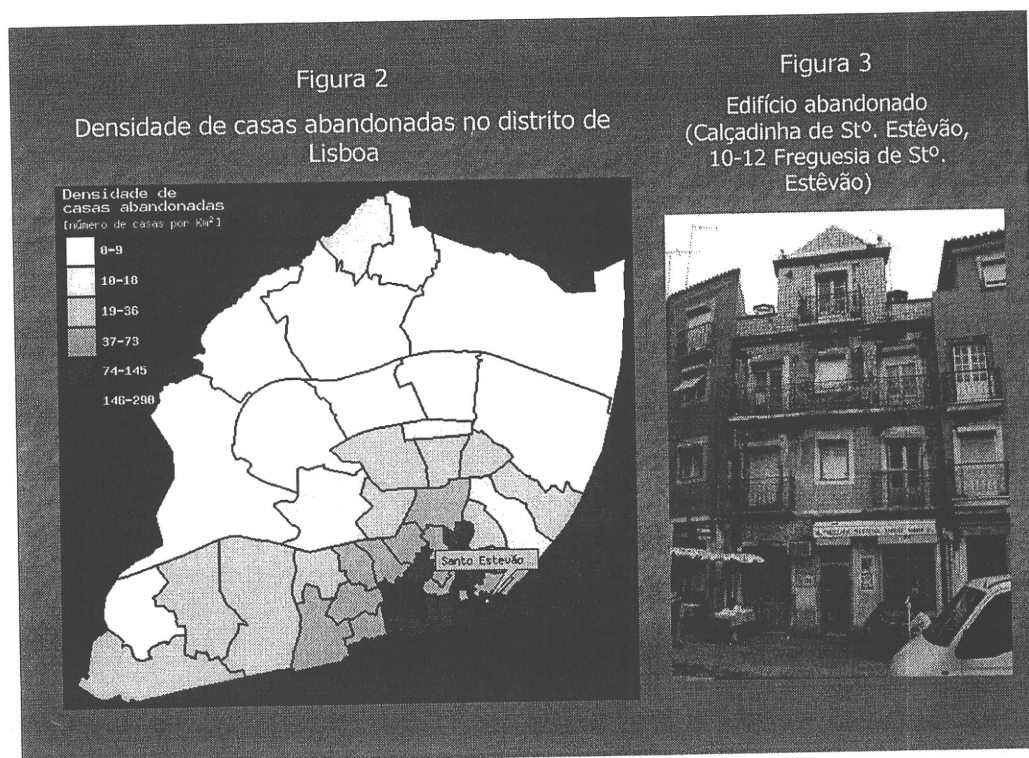
	% Edifícios c/ Necessidade de Reparação	% Edifícios Clássicos Mto Degradados
Sto. Estêvão	77,09	10,6
São Miguel	71,62	33,66

Figura 1

Prédio degradado (Largo do
Chafariz de Dentro, 25-27
Freguesia de Sto. Estêvão)



Se se considerar que grande parte dos edifícios fora reconstruída a seguir ao terramoto, em relação à situação do edificado, este encontra-se visivelmente degradado (Tabela 3) tendo já grande parte vindo a ser recuperado ou estando em vias de recuperação.



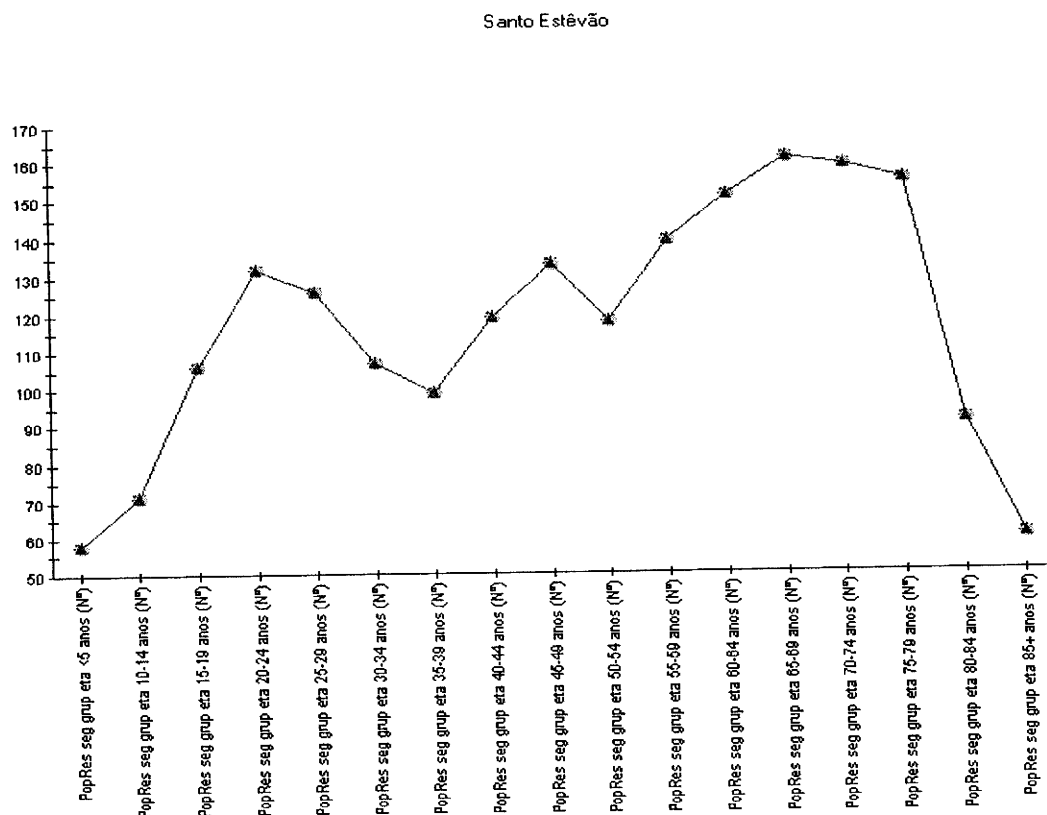
O Processo de renovação urbana de que o bairro é alvo tem vindo a ser participado pela autarquia. Assim, as directrizes que remetem para a recuperação (arquitectónica e sócio-cultural) dos bairros históricos e que se encontram inscritas nos quadros orientadores da sustentabilidade ambiental (e.g., Carta de Atenas) têm sido operacionalizadas em diferentes programas alguns dos quais alimentados por fundos europeus (e.g., Polis, Recria....).

A par com a pressão exercida sobre os proprietários para a recuperação dos imóveis, já que muitos acabavam por ter maior interesse na sua degradação total pois

assim poderiam “livrar-se” dos inquilinos - que muitas vezes até voluntariamente acabavam por sair deixando os senhorios ileso de qualquer tipo de compromisso relacionado com a expropriação. Aliciados pela especulação imobiliária dos últimos anos tiveram os proprietários de imóveis em Alfama a ganhar até se legislar acerca dos imóveis serem devolutos à autarquia caso o proprietário não efectuasse as obras de conservação e restauro necessárias. Na verdade muitos dos imóveis são na actualidade património da autarquia já que os senhorios queixam-se das rendas baixas que não permitem pagar obras de conservação, o mesmo acontecendo com os inquilinos que não só argumentam com a impossibilidade de pagar um valor superior de renda como referem não ter possibilidade de efectuar obras de conservação. O facto de a maioria dos residentes destes bairros serem idosos ou ainda dependentes economicamente justifica de algum modo esta ocorrência.

Figura 4

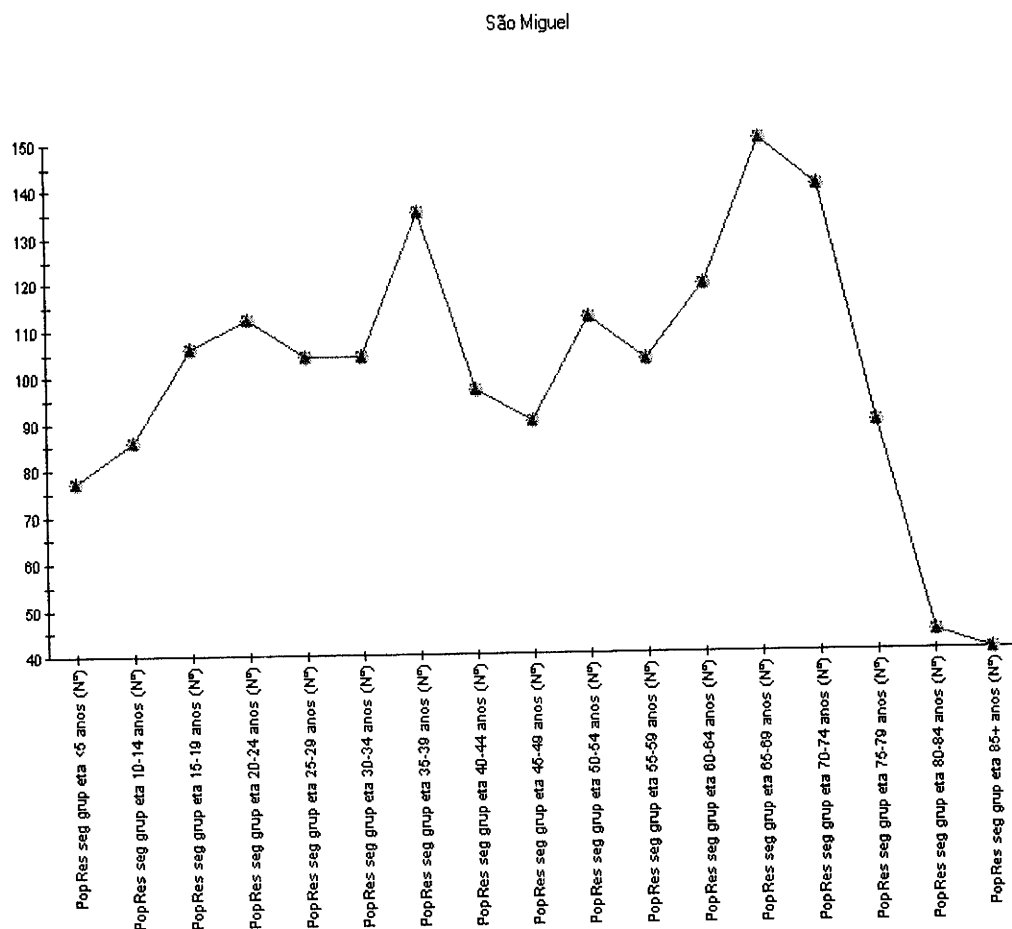
Reresentação gráfica da população residente em Sto Estêvão segundo grupo etário



Os gráficos apresentados (Figuras 4 e 5) sendo provenientes dos resultados mais recentes das estatísticas de ocupação (2001) para além de reveladores do que anteriormente se disse demonstram a existência de falências em algumas faixas etárias em que se insere a população activa (viz., 30-39 anos), isto acontece particularmente em Stº. Estêvão, tal como representado na figura 4.

Figura 5

Reresentação gráfica da população residente em S. Miguel segundo grupo etário



Na representação gráfica da composição etária da população de S. Miguel fica patente o preenchimento de determinadas faixas etárias em deficit em Stº. Estêvão. O pico na faixa dos 35-39 anos pode já ser revelador da expressão dos novos residentes no bairro; o facto de não termos tido acesso aos resultados de 1988 bem como anteriores recenseamentos apenas nos permite especular acerca da causa. Um dado que é certo remete para São Miguel contar com maior concentração de população residente mais jovem, comparativamente com Stº Estêvão.

Opções Metodológicas E Caracterização Do Instrumento

No presente estudo privilegiou-se uma abordagem qualitativa através da qual se acedeu à percepção subjectiva da vida de bairro por parte das categorias sócio-espaciais em análise: nobilitadores e tradicionais.

Para este efeito recorreu-se não só à utilização da metodologia proposta por George Kelly (vulgarmente designada enquanto grelhas de Kelly), que seguidamente se descreve, e que assenta na teoria dos constructos pessoais igualmente proposta pelo autor, mas, também, à realização de entrevistas semi-estruturadas (guião no anexo X) à mesma amostra alvo da aplicação das grelhas. Para além das entrevistas efectuadas às 40 pessoas que fizeram parte da amostra, outras foram feitas no sentido de pré-testar o próprio guião.

A teoria proposta por Kelly (1955) tem como filosofia de base o construtivismo subjectivo pelo que pode ser parcialmente lida à luz da perspectiva transaccional (Altman & Rogoff, 1987). Sendo os constructos pessoais a resultante das transacções entre as antecipações subjectivas e a sua validação, por intermédio da experiência, está-se perante um real afastamento de um quadro de pesquisa monolítico, para o qual as relações determinísticas (do tipo causa efeito do meio para o sujeito) são o paradigma do conhecimento.

Com a inclusão neste quadro teórico alcança-se uma visão holística do sujeito-espaco físico/social o que não só confere sentido à análise da identidade de lugar (Low & Altman, 1992), como permite que o acesso à identidade enquanto processo promovendo, assim, o afastamento das perspectivas estáticas e/ou determinísticas.

Fundamentos Teóricos Da Psicologia Dos Constructos Pessoais

Kelly (1955) apresenta a teoria dos constructos pessoais em que o postulado fundamental refere que o sujeito é detentor de uma energia mental que o impele para antecipar os eventos. Este processo psicológico, que está subjacente à construção do real, incita o sujeito ao estabelecimento e teste de hipóteses. Decorrente desta concepção a metáfora do Homem enquanto cientista constitui um axioma da perspectiva de Kelly.

Através da antecipação dos eventos o sujeito constrói o Universo, isto é os acontecimentos, as interacções, o contexto e o próprio self. Este é um dos corolários da teoria proposta, assumindo a designação de corolário da construção.

Sendo esta uma teoria dos constructos pessoais, é assumido que é do ponto de vista idiossincrásico que o sujeito constrói a realidade, estando aqui representado o corolário da individualidade. Os dois corolários anteriores são por si só representativos dos contornos filosóficos da teoria, pelo que remetem para o construtivismo subjectivo.

Apesar do autor colocar o enfoque no processamento individual, o que é explicado pelo enquadramento psicoterapêutico da proposta, é de referir que não descurou a possibilidade de se atentar à comunalidade no que respeita à organização e aos conteúdos do conhecimento contidos nos repertórios, quer sejam do mesmo sujeito, quer de sujeitos diferentes – corolário da comunalidade.

Uma particularidade da teoria de Kelly é o facto de conceber que os constructos que integram as teorias informais têm a sua origem no acto mínimo do conhecimento, que assenta na construção dicotómica do real – corolário da dicotomia. Salienta que para se formar um constructo é necessário que haja pelo menos 3 elementos; só assim se consegue isolar semelhanças entre dois deles por oposição a um terceiro. Através da representação binária do real o sujeito estrutura as suas previsões, para posteriormente confrontá-las com a realidade vivida. Todas as aferições que possam ser efectuadas relativamente aos constructos iniciais vão igualmente no sentido da bipolarização.

Se este quadro binário de significados é útil ao sujeito é igualmente frutuoso para os psicólogos que o analisam - permite aceder à estrutura matemática do conhecimento. É de salientar que o próprio Kelly se refere a este facilitismo, todavia sublinha a sua total dependência da etapa pré-matemática da licitação dos constructos. Tal como sugere Fransella (1995) está aqui representada a orientação neo-fenomenológica do autor.

Apesar da dicotomização do real ser um importante passo para lhe aceder, a escolha que o sujeito efectua quanto ao polo da díade que define o evento também é de considerar. A esta dedução o autor designa enquanto corolário da escolha.

Outro importante corolário é o da organização que pressupõe que os constructos estão organizados num sistema. A organização assenta numa hierarquia, sendo os constructos mais importantes situados nos patamares superiores; daí decorrentes as designações de constructos supraordenados ou nucleares. Estes, para além de terem ascendência sobre os constructos infraordenados, influenciam mais determinadamente a estrutura personalística. Quanto à susceptibilidade à mudança, esta é maior nos infraordenados, porém, por se tratar de um sistema, a mudança propaga-se por todas as unidades constitutivas. É ainda de considerar que nem todos os constructos são igualmente permeáveis; a teoria prevê a existência de constructos que, por não serem permeáveis, vão dar origem a fragmentos. Para se referir aos níveis de permeabilidade o autor evoca os corolários da modulação e da fragmentação.

Por último refere-se o corolário do alcance que pressupõe que um constructo tem um determinado foco de alcance que o torna conveniente em determinadas predições mas não noutras; tudo quanto está fora do campo de conveniência do constructo não é considerado parte do campo de contraste, mas área de irrelevância.

Após a breve apresentação da teoria em que está assente a investigação que se propõe, seguem-se os principais motivos para a sua eleição.

Inserção Da Investigação Num Quadro Epistemológico Transaccional

A teoria proposta por Kelly (1955) tem como filosofia de base o construtivismo subjectivo pelo que pode ser parcialmente lida à luz da perspectiva transaccional (Altman & Rogoff, 1987). Neste sentido pode conceber-se que esta concepção teórica apresenta cerca de 30 anos de avanço em relação à sua própria época.

Sendo os constructos pessoais a resultante das transacções entre as antecipações subjectivas e a sua validação, por intermédio da experiência, está-se perante um real afastamento de um quadro de pesquisa monolítico, para o qual as relações determinísticas (do tipo causa efeito do meio para o sujeito) são o paradigma do conhecimento.

Com a inclusão neste quadro teórico alcança-se uma visão holística do sujeito-espaço físico/social o que não só confere sentido à análise da identidade de lugar (Low & Altman, 1992), como permite uma aceção à identidade enquanto processo promovendo, assim, o afastamento das perspectivas estáticas e/ou determinísticas.

Acesso À Estrutura Matemática Da Identidade

A teoria pressupõe que o espaço psicológico, isto é o sistema de constructos, redonda num quadro de análise binário relativamente ao qual se pode aplicar processamentos matemáticos. É através da análise matemática do espaço psicológico que se torna possível o acesso à organização dos constructos, isto é, a arquitectura conceptual dos constructos referentes ao lugar no espaço psicológico, bem como a comparação entre indivíduos e grupos e entre grupos, relativamente ao espaço conceptual que caracteriza as suas identidades.

Concebe que o sistema de constructos pessoais está organizado de acordo com uma hierarquia: os patamares superiores são ocupados por constructos supraordenados que têm ascendência nos outros cujo nível hierárquico é

inferior. Através da localização dos constructos associados ao lugar será possível determinar, ainda que a um nível exploratório, se a relação com o lugar influencia a identidade enquanto um todo ou se está ao nível de uma subestrutura identitária.

Acesso Às Comunalidades: Comparações Identidades Individuais E Grupais

Apesar da teoria se referir aos constructos pessoais Kelly salienta a sua aplicabilidade à análise dos constructos grupais ou mesmo de vários protocolos do mesmo sujeito. Esta análise é possibilitada pela comunalidade que concebe que pode existir aquando da construção dicotómica do real.

Foi justamente com base nas comunalidades que Soczka (1988) analisou as representações, identidades e relações entre grupos dos psicólogos. Para investigação considerou 5 áreas de especialidade dos psicólogos (viz., clínica, psicoterapias, social, educacional e organizacional) tendo obtido cerca de 500 constructos que reduziu pela via da análise de conteúdo temática e organizou sob a forma de um modelo discricionário. Para além das estruturas de associação entre grupos profissionais o autor analisou associações entre grupos profissionais tidos como exemplares da prática profissional, proximidade entre prática dos sujeitos e prática profissional representada pelos grupos e ainda ideais de prática e representações da prática profissional de cada grupo. Estas análises só foram possíveis pela dedução e cálculo de um conjunto de índices efectuados pelo autor.

A análise das identidades revelou a existência de dois núcleos identitários distintos, que surgem enquanto organizadores conceptuais do exercício da profissão. A diferenciação dos psicólogos sociais relativamente aos clínicos/psicoterapeutas é reveladora dos dois pólos identitários quase puros. A centração nos fenómenos e processos sociais versus indivíduo é uma das explicações avançadas. Quanto aos psicólogos organizacionais e educacionais surgem com uma identidade mais espartilhada.

Relativamente aos psicólogos organizacionais foi explicada pela diversidade de formações dos psicólogos a trabalhar na área – em 1985 havia poucos profissionais com formação específica voltada para a problemática organizacional. Quanto aos psicólogos educacionais explica-se por alguns exercerem actividades institucionais e outros psicologia social clínica. O autor identifica, assim, alguns problemas ao nível da identidade profissional dos psicólogos.

Outro autor que acede às comunalidades dos constructos pessoais só que desta feita entre protocolos pertencentes aos mesmos sujeitos, em termos longitudinais, foi Sanz (1991). O autor efectua esta análise com vista a acompanhar a evolução de sujeitos depressivos em psicoterapia.

De salientar que as análises só foram possíveis graças à metodologia proposta por Kelly (1955).

Instrumento

Uma grelha em que num dos eixos surgem os E (elementos) no outro são apresentados os C (constructos pessoais). Por E×C entenda-se as intercepções que deverão ser preenchidas pelo próprio (Figuras 6 e 7). No caso do presente estudo contou-se com 7 elementos e com 6 pares de constructos - o número de constructos deve ser igual ao número de elementos menos um (Slater, 1977 citado por Macía & Huici, 1986).

De salientar que a selecção dos elementos adveio de um procedimento criterioso que incluiu vários momentos de pré-teste. Pelo facto dos elementos terem de assumir igual pertinência para os nobilitadores e tradicionais, a versão final que lhes foi apresentada não foi simples de alcançar; pese embora as recomendações de Kelly (1955) e os conhecimentos alcançados pela sua aplicação (Soczka, 1988) serem facilitadores.

O guião de entrevista foi outro instrumento utilizado tendo sido construído com base na literatura revista integrando ainda determinadas questões que visavam o

esclarecimento das dúvidas emergentes da aplicação das grelhas, anteriormente descritas. O pormenor com que se apresenta o guião (anexo A) poderá esclarecer o leitor quanto ao objectivo das questões inseridas nos diferentes tópicos.

Figura 6

Grelha protocolo dos constructos pessoais, contendo os elementos considerados na presente investigação

Instrumento: Grelhas de Kelly

7 Elementos × 6 Constructos

	Alfama vista pelos de Fora	Alfama dos Novos Residentes	Alfama dos Residentes Tradicionais	Alfama dos Tunistas	Mouraria	A Minha Alfama	O Bairro Ideal	Constructos						
								1	2	3	4	5	6	7
1														
2														
3														
4														
5														
6														

Instrumento: Grelhas de Kelly

Grelha reportório dos
constructos pessoais:
protocolo de um
nobilizador

7 Elementos x 6 Constructos

	Alfama vista pelos de Fora	Alfama dos Novos Residentes	Alfama dos Residentes Tradicionais	Alfama dos Tunistas	Mouraria	A Minha Alfama	O Bairro Ideal	Constructos						
								-						
								1	2	3	4	5	6	7
1	⊕ 6	⊖ 4	+	+	⊕ 5	+	+	Modernidade Tradicional						
2	- 5	+	⊕ 5	⊖ 4	+	⊕ 6	+	Despersonalizada Personalizada						
3	- 2	⊕ 6	+	⊖ 1	⊕ 6	+	+	H Pertence Pertence						
4	⊖ 2	-	⊕ 5	-	-	+	⊕ 7	Mot. Epísta Mot. Nobre						
5	⊕ 2	-	+	⊖ 1	-	⊕ 6	+	Estranho Familiar						
6	⊖ 2	+	+	⊖ 2	+	+	⊕ 7	Comercial Histórico/Simbólico						

Procedimento

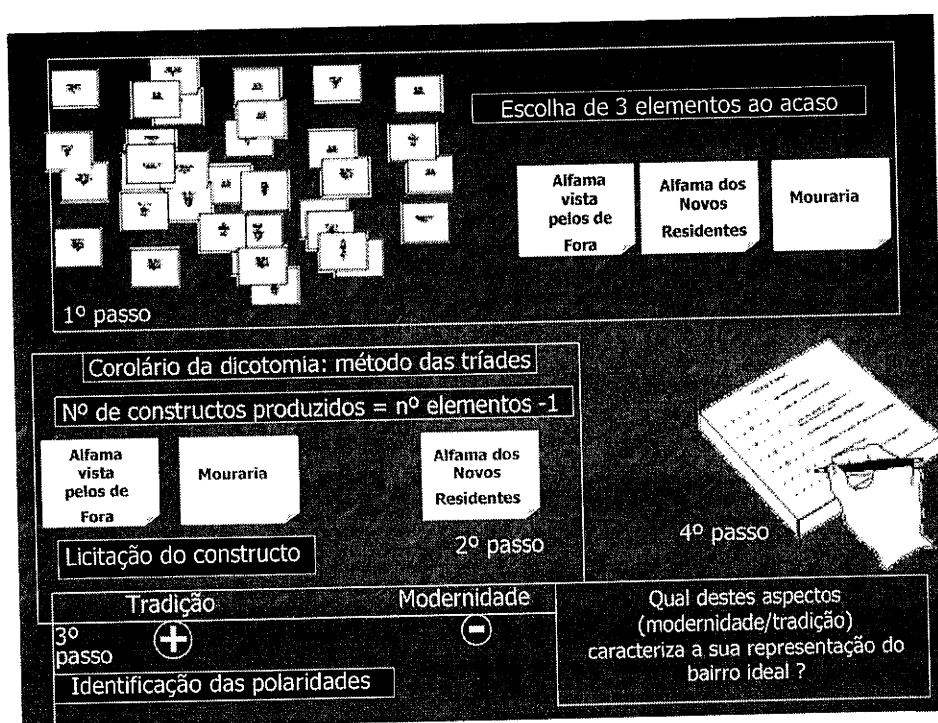
A colheita dos dados, quer através da aplicação das grelhas, quer da realização das entrevistas semi-directivas nem sempre foi efectuada no mesmo encontro com os respondentes, principalmente por limitações de tempo por parte dos participantes (o preenchimento dos protocolos demora nunca menos de 45 minutos e a entrevista entre 1 hora a 1,5 hora). Um dos critérios que se considerou foi que a entrevista teria sempre de seguir-se ao preenchimento da grelha; principalmente por causa da informação que este momento nos fornecia, a qual constituiu, muitas vezes, importantes tópicos que sendo explorados trouxeram informações complementares.

O preenchimento das grelhas e a realização das entrevistas efectuaram-se entre os meses de Setembro de 2003 e Março de 2004.

Para se chegar ao preenchimento de um protocolo como aquele que se apresentou foi necessário proceder do modo que em seguida se esquematiza (figura 8) e descreve.

Figura 8

Representação esquemática dos procedimentos para o preenchimento das grelhas de Kelly



Tratando-se de construtos pessoais estes foram licitados a cada um dos participantes. A licitação pode ser efectuada de várias maneiras, podendo a determinação das tríades sobre as quais será feito o julgamento ser mais ou menos controlada pelo investigador. O método utilizado por Bannister e Mair (1968) bem como por Soczka (1988), e o do presente trabalho, consistiu em apresentar o conjunto dos elementos e pedir aos sujeitos para que do conjunto seleccionassem três ao acaso (1º

passo). Após a selecção solicitava-se que enunciassem uma característica que individualizasse dois dos elementos relativamente a um terceiro (2º passo). Cada um dos constructos é constituído por um par de opostos, a que Lyle (1953, citado por Kelly, 1955) propõe que se designe enquanto polo emergente (de identificação ou positivo) e polo implícito (de oposição ou negativo) (3º passo). Através da repetição do procedimento, cada um dos sujeitos apresentou os constructos pessoais. Depois de todos os constructos terem sido lícitados era solicitado aos participantes que preenchessem as células da grelha. Desta feita tinham de indicar numa escala ordinal de 1 (polo implícito) a 7 (polo emergente) não só o grau de apropriação do constructo para descrever os elementos que o lícitaram como para os restantes elementos que constam na grelha (4º passo).

Relativamente ao conteúdo das entrevistas de salientar que este tendo sido gravado foi posteriormente transcrito e analisado em termos de análise de conteúdo de modo a dar respostas às questões colocadas.

RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES

Num primeiro momento começou-se por registar as frequências dos constructos produzidos pelos referentes tradicionais e nobilitadores e em seguida procedeu-se à redução de todas as palavras de acordo com a raiz etimológica sem que se fizesse entrar qualquer tipo de redução em termos de significado. Deste modo mantiveram-se as palavras que pudessem eventualmente significar o mesmo, assim como alguns verbos cuja forma substantiva que lhes devia corresponder não se verificava nos dados tal como recolhidos.

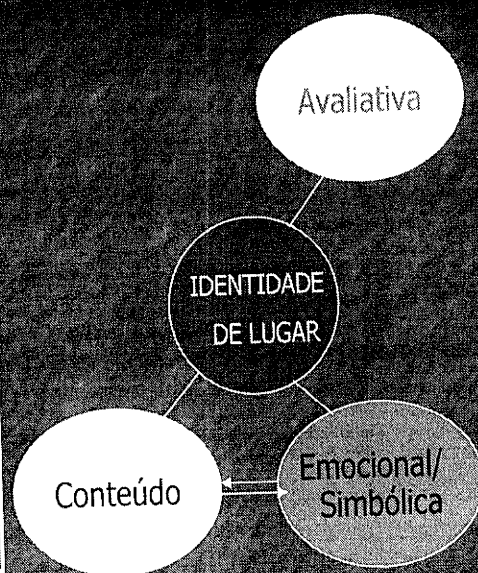
Com base nos 240 constructos obtidos inicialmente e mesmo antes de se proceder à análise factorial de correspondências procedeu-se à categorização dos constructos conseguindo-se, assim, estruturar um modelo da identidade. Este modelo teve por base a literatura revista permitindo distinguir 3 grandes categorias da identidade, designadamente a dimensão avaliativa, simbólica/emocional e de conteúdo.

Na tabela 4 apresenta-se a distribuição dos constructos proferidos por mais de 20% dos participantes bem como o modelo da identidade resultante da análise dos dados colhidos nesta investigação (figura 9).

Tabela 4: Distribuição dos constructos pessoais produzidos por mais de 20% dos referentes segundo categorias e sub-categorias identificadas

	Tradicionais		Nobilitadores		N	%
	N	%	N	%		
Dimensão Avaliativa da Identidade						
Auto-Estima Individual e Colectiva	4	10	12	30	16	40
EFÊMERO/DURADOI	3	15	10	25	16	40
PREDADORES/PROD						
Dimensão Emocional Simbólica da Identidade						
MODERNID/TRADIC	10	25	10	25	20	50
PASSAG/APROPRIAC	6	15	8	20	14	35
NÃO VALOR/DÃO VA	2	5	6	15	8	20
Dimensão Conteúdo da Identidade						
Distinção (reconhecimento pertença/identificação)						
NÃO PERTENCE/PERTEN	12	30	14	35	26	65
Coesão/Empowerment	6	15	2	5	8	20
NÃO BAIRISTA/BAIRRIST	6	15	6	15	12	30
Familiaridade						
DESCONHECIDO/FAMILI						

Figura 9: Modelo da Identidade de Lugar construído com base na análise de conteúdo dos constructos



Com base na análise de conteúdo efectuada chegou-se a um modelo da identidade de lugar que é conciliador das perspectivas de Proshansky (1978), Proshansky et al. (1979) e Proshansky et al. (1983) com a de Breakwell (1996) e Twigger-Ross, Bonaiuto e Breakwell (2003). Aqui a identidade de lugar apresenta-se enquanto uma sub-estrutura complexa da identidade, sendo as componentes cognitivas e emocionais, cujos conteúdos se prendem directamente com a vivência do lugar, que melhor a caracterizam. Digamos que se por um lado é a concepção eminentemente cognitiva da identidade que a aproxima da proposta de Proshansky e colegas, a proximidade da teoria de Breakwell e outros é advinda da saliência de conteúdos, especificamente relacionados com a identidade (princípios identitários) e com o lugar.

O sentido de lugar e a experiência emocional do mesmo assumem aqui uma saliência que se apresenta central para a elaboração perceptual e cognitiva de categorias sociais, acabando por ser uma condição suficiente para a construção psicológica de grupos sociais (Hogg & Turner, 1987).

Pese embora na literatura serem inúmeras as propostas que explicam a saliência categorial (e.g., Festinger, 1947; Kelley, 1955) sabe-se que esta surge até em condições em cujo significado social está ausente. Sendo este facto demonstrado empiricamente pelo paradigma dos grupos mínimos (Tajfel, Flament, Bilig & Bundy, 1971), de salientar que muito antes, em 1955, George Kelly falava na inevitabilidade de construir subjectivamente o real através da classificação (corolários da fragmentação, dicotomia, escolha).

Neste caso a saliência categorial imprime uma *ordem funcional* (Turner, 1985) já que quer o próprio procedimento das grelhas de Kelly (dicotomizações e identificações categoriais), quer a própria realidade social (manifesta competição entre nobilitadores e tradicionais, entre outros) fazem emergir espontaneamente a saliência de categorias sociais relacionadas com o lugar e consequentemente a assimilação intra grupal (resultado que parece conforme o de Doise, Deschamps & Maeyer, 1978), redundando em atitudes e comportamentos consentâneos com o favoritismo do intra-grupo e uma identidade social favorável

Em termos percepto-cognitivos há uma série de princípios organizadores cujos conteúdos estão directamente associados à pessoa no lugar, primando pela especificidade, que por sua vez se encontram associados à construção simbólica e emocional do lugar (auto e hetero-identificação ou reconhecimentos da pertença pelo próprio e pelos outros coesão/*empowerment* e familiaridade). Já o carácter avaliativo apresenta-se distinto da dimensão conteúdo (em interligação com a sua componente simbólica e emocional) apesar de parecer ter um forte peso na estruturação da identidade de lugar parece ser apenas aplicada a alguns conteúdos da identidade.

Para melhor compreensão do modelo identitário ao qual se chegou através de uma primeira análise dos construtos obtidos pela totalidade da amostra sugere-se o visionamento dos seus contornos na arquitectura conceptual das identidades dos tradicionais e dos nobilitadores, tal como mais adiante se apresenta. Esta resulta da sujeição dos dados a uma Análise Factorial de Correspondências.

Depois de identificados os constructos que satisfizessem o critério da comunalidade, foi efectuada uma análise factorial de correspondências (AFC) tendo-se recorrido ao SPSS 11, mais especificamente à versão 4 do ANACOR. Este procedimento visava isolar a estrutura de associações entre as categorias sócio-espaciais consideradas, o que em última instância

permitiria a compreensão da arquitectura conceptual subjacente à construção das identidades de lugar próprias de cada grupo sócio-espacial. De salientar que a matriz de dados é uma matriz elementos (7)X constructos (16).

Os pontos do espaço interior da tabela não se referem à modalidade de resposta escolhida por um indivíduo mas aos valores obtidos para um grupo – estes resultam do cálculo da mediana das respostas dos indivíduos de cada grupo (nobilidades e tradicionais).

Antes de dar a saber quais os resultados obtidos apresentamos alguma informação sobre AFC.

A AFC é um processo através do qual se determina o menor número de factores (produtos que podem ser multiplicados simultaneamente) que explicam uma dada tabela ou matriz de correlação. A análise factorial de correspondências constitui uma técnica da estatística descritiva multivariada, que evidencia as afinidades entre certas linhas e colunas de uma matriz de dados (por exemplo uma tabela de frequências ou contingências) e que se baseia na hipótese da independência entre as linhas e as colunas dessa mesma tabela. AFC utiliza a métrica do Qui-quadrado para tratar os dados e possibilita a detecção e a representação gráfica, em simultâneo e com rigor, de diferentes conjuntos de variáveis qualitativas, descrevendo um mesmo objecto, evidenciando as inter-relações existentes dentro de cada um dos conjuntos de elementos ou variáveis correspondentes às linhas e às colunas, numa tabela de dados.

No nosso caso, foram criadas tabelas de contingência, nas quais os conjuntos de constructos retidos (considerámos apenas os mais frequentes entre os observados) em cada AFC corresponderam às linhas e os conjuntos dos estímulos ou elementos constituíram as colunas. Os resultados foram apresentados em factores que facilitam a interpretação das suas propriedades estruturais e significantes, definindo relações de proximidade e de oposição entre as variáveis.

Na interpretação dos resultados de uma AFC são atribuídos significados aos factores (também designados por eixos factoriais ou eixos de inércia) de acordo com as suas propriedades ou variáveis que os explicam. Seguidamente, as oposições e proximidades entre os diferentes elementos são interpretadas com base no significado atribuído ao eixo.

Cada um dos factores escolhidos, de acordo com o seu valor próprio, é interpretado com base na análise da contribuição absoluta de cada ponto, isto é o nível de participação de cada variável na construção ou definição desse eixo. Cada eixo ou factor é normalmente

explicado pelas variáveis que têm valores mais elevados, em termos de contribuição absoluta, pelo que deve fixar-se um índice ou valor mínimo, acima do qual se considera que uma variável ou modalidade contribui consideravelmente para o sentido de um factor; este índice é calculado dividindo 100 pelo total de variáveis ou modalidades activas num determinado conjunto (porque a contribuição absoluta é calculada em termos de percentagem, sendo a soma de todas as contribuições absolutas num determinado conjunto igual a 100). No presente estudo, para os 16 elementos considerados, o valor a partir do qual se considerou a saturação no factor foi de .06. Já para os 7 constructos este valor foi de .142.

Apesar da interpretação de um factor se dever fundamentar nas modalidades que apresentam contribuições absolutas mais elevadas, frequentemente, outras modalidades que apresentam valores abaixo do índice (que tomamos como referência) são também (qualitativamente) importantes, não apenas para compreender melhor o significado de um eixo (pois estas podem ter um simbolismo emergente) como também para complementarmos a interpretação elaborada a partir das mais relevantes (e até para confirmarmos a coerência da nossa explicação). Oliveira, Tomé, Vasconcelos e Magalhães (1995) referem-se à importância em termos de interpretação das variáveis que não contribuem para a definição dos factores, chamando-lhes variáveis suplementares.

Por outro lado, a contribuição relativa mostra a quantidade de variância do ponto que é explicada pelo factor, isto é, mede a contribuição do eixo factorial para a explicação da variável.

Enquanto que a interpretação das contribuições absolutas permite determinar a qualidade ou significação de um factor, as contribuições relativas ajudam na compreensão do sentido e das características desse factor (já que medem a influência do eixo na explicação das distâncias dos pontos à origem).

A análise factorial de correspondências múltiplas (AFCM) possibilita uma extensão da AFC a mais de duas variáveis. Ou seja, enquanto que a análise factorial de correspondências constitui um método aplicável ao estudo de tabelas de contingência, a AFCM é um método utilizado no estudo de tabelas (lógicas ou binárias) disjuntivas completas, pelo que uma tabela pode ter como colunas n variáveis (cada qual com n categorias ou modalidades).

No nosso caso a AFC pareceu ser mais adequada que a AFCM. Principalmente porque, conforme salientámos anteriormente só consideramos os constructos cuja percentagem de referências foi igual ou superior a 20% e porque haveria a necessidade de considerar

enquanto linhas os sujeitos o que certamente proporcionaria resultados de muito difícil interpretação.

Resumindo os objectivos da AFC podemos afirmar que concordamos com Ferreira (1990) quando este autor salienta quatro razões que podem concorrer para a selecção da AFC, particularmente como alternativa à AF (componentes principais), como método multivariado para o tratamento de informação de um questionário:

- A necessidade de tratar simultaneamente mais de duas variáveis
- A necessidade de tratar simultaneamente variáveis quantitativas e/ou qualitativas que admitem níveis de medida diferentes e, como já foi referido, estas variáveis podem estar organizadas em tabelas de contingência ou outras matrizes de dados;
- O facto da AFC atribuir um estatuto simétrico às linhas e às colunas da tabela inicial, o que permite projectar no mesmo espaço factorial a variável em linha em coluna, facilitando não só o estudo das relações existentes no conjunto das linhas e das propriedades ou colunas como também a apreensão da estrutura das relações entre os dois conjuntos.
- A possibilidade de projectar no espaço factorial, de forma suplementar, linhas ou colunas (variáveis ou modalidades) que não contribuíram activamente para a constituição dos eixos – o que pode tornar-se particularmente útil na interpretação dos resultados

Apresentam-se em seguida os resultados obtidos para cada uma das categorias consideradas em termos da sua modalidade de ocupação sócio-espacial: tradicionais e nobilitadores.

Tabela 5

Coordenadas, contribuições absolutas e contribuições relativas obtidas no grupo dos tradicionais

		Coordenadas		Contribuições Absolutas		Contribuições Relativas	
		F1	F2	F1	F2	F1	F2
Fora		.661	-.001	.163	.000	.964	.000
Novos		-.101	.695	.004	.595	.058	.825
Tradicionais		-.518	-.456	.099	.252	.690	.162
Turistas		.744	-.334	.207	.138	.889	.054
Mouraria		.626	.112	.147	.015	.945	.009
Minha		-.643	-.006	.154	.000	.898	.000
Ideal		-.778	-.018	.226	.000	.955	.000
1.	Pertence	-.568	.064	.065	.003	.986	.004
2.	Não Pertence	.904	-.125	.103	.007	.981	.006
3.	Dão valor	-.101	.194	.003	.031	.368	.407
4.	Não dão valor	.323	-.679	.008	.115	.337	.452
5.	Bairrista	-.029	-.280	.000	.060	.020	.563
6.	Não Bairrista	.063	.668	.000	.138	.016	.565
7.	Familiar	-.416	-.057	.031	.002	.668	.004
8.	Desconhecido	.587	.216	.048	.022	.795	.033
9.	Produtores	-.631	.313	.067	.055	.876	.065
10.	Predadores	.672	-.355	.071	.065	.869	.073
11.	Tradição	-.332	-.541	.022	.191	.527	.424
12.	Modernidade	.506	.813	.033	.280	.534	.419
13.	Duradouro	-1.033	-.132	.159	.009	.985	.005
14.	Efêmero	.858	.095	.131	.005	.985	.004
15.	Apropriação	-.773	.101	.112	.006	.927	.005
16.	Passagem	1.023	-.156	.147	.011	.930	.007
Valores Próprios		.38	.11				
% de Inércia Explicada		85.1	7.8				
% de Inércia Acumulada		85.1	92.9				

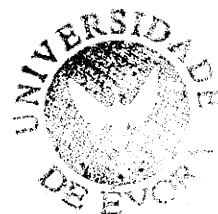


Figura 10
Representação num espaço euclidiano das dimensões identitárias dos tradicionais

EIXO 2: DIMENSÃO SIMBÓLICA DA IDENTIDADE

7,8% de inércia explicada



EIXO 1: DIMENSÃO AVALIATIVA E DE CONTEÚDO DA IDENTIDADE

85,1% de inércia explicada

No que respeita à atribuição de significado aos factores a leitura conjunta das contribuições em termos de inércia, quer dos elementos, quer dos constructos, e a sua representação no espaço euclidiano permitiram-nos concluir que o Factor 1 enfatiza a dimensão avaliativa e de conteúdo da identidade. Os tradicionais ancoram a sua identidade no imaginário colectivo atribuído ao bairro valorizando sobretudo a vivência do bairro e a tradição: uma cultura informal também designada enquanto cultura popular urbana.

O intrusamento/assimilação do bairro que é meu (minha) com o ideal de bairro (ideal) contrapondo esta acepção nuclear com a que contempla a Mouraria, Fora, Turistas faz-nos pensar que os indivíduos orientam as suas identificações, identidades e/ou vinculações mediante uma lógica cognitiva que se encerra na pertença categorial, em cujo lugar, enquanto espaço comunitário (apropriação) afiliativo/vinculatório (bairrista), promotor da continuidade (duradoiro) parece concorrer para a identidade no sentido em que acentua os marcos identitários, aos quais Breakwell chamou princípios.

Estes resultados do presente estudo concorrem com aqueles que foram encontrados por Speller dado que a autora considera que a relação com lugar serve de molde à identidade (pessoal e grupal).

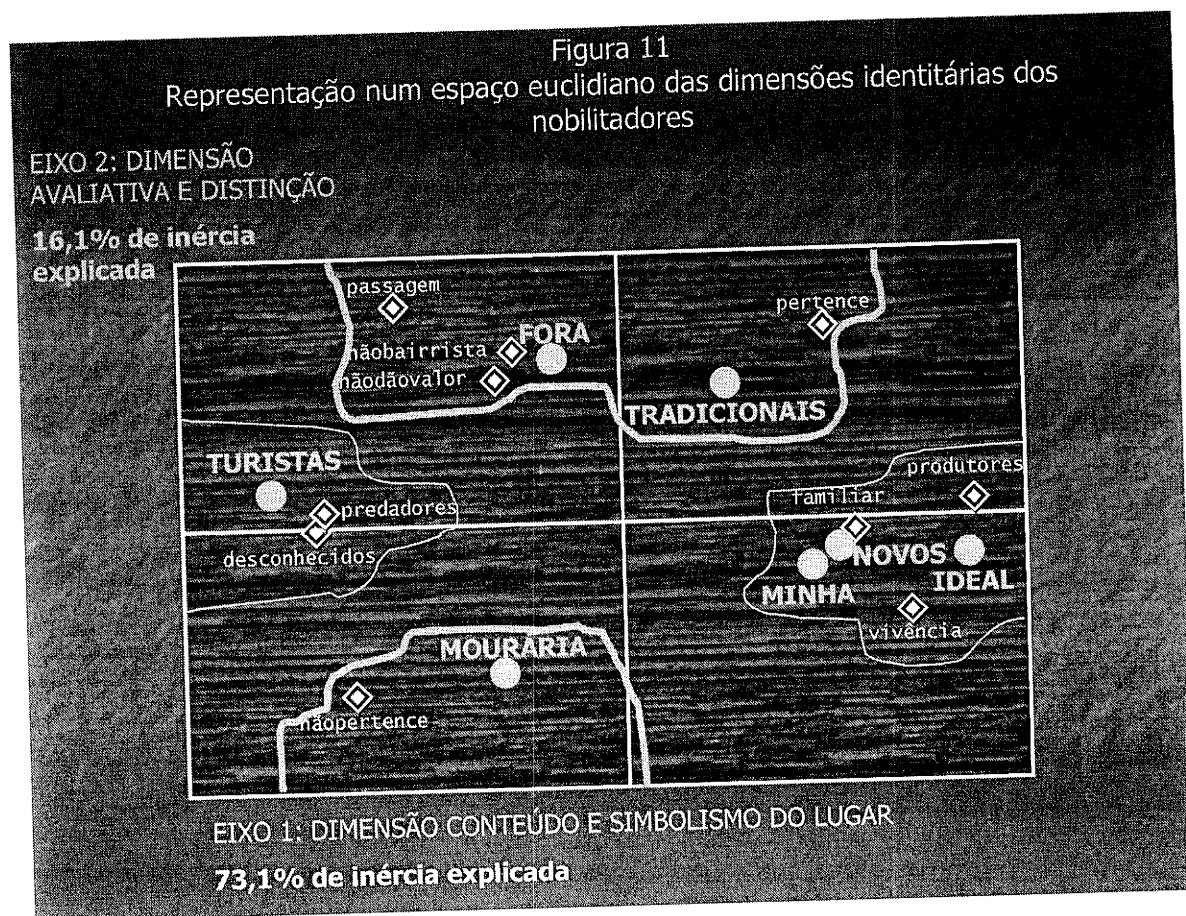
O Factor 2 reenvia mais para uma dimensão simbólica da identidade em cuja distinção entre a modernidade e a tradição é o aspecto mais marcante. Fica ainda patente o distanciamento que os residentes tradicionais estabelecem relativamente aos novos residentes (i.e., nobilitadores) e o assumir que apesar de centralizarem a tradição, os tradicionais acabam por não lhe dar valor; pelo menos tanto quanto comparado com os novos.

Encontramos uma representação da identidade dos tradicionais de cariz eminentemente social ou colectivo. Através de estratégias eminentemente cognitivas, os tradicionais não só se distinguem como reconhecem o significado avaliativo, emocional e simbólico desta mesma integração ou pertença a qual se reflecte no quadro das comunalidades identitárias.

Tabela 6

Coordenadas, contribuições absolutas e contribuições relativas obtidas no grupo dos nobilitadores

	Coordenadas		Contribuições Absolutas		Contribuições Relativas	
	F1	F2	F1	F2	F1	F2
Fora	-.445	.672	.066	.318	.360	.385
Novos	.490	-.105	.079	.008	.804	.017
Tradicionais	.413	.433	.056	.132	.425	.220
Turistas	-.1.156	.112	.439	.009	.956	.004
Mouraria	-.533	-.850	.094	.509	.450	.538
Minha	.446	-.148	.066	.015	.868	.045
Ideal	.777	-.112	.200	.009	.946	.009
1. Pertence	.619	.627	.071	.156	.603	.304
2. Não Pertence	-1.122	-1.128	.130	.280	.633	.300
3. Dão valor	.295	-.385	.015	.056	.265	.213
4. Não dão valor	-.480	.619	.026	.091	.270	.211
5. Bairrista	.169	.336	.005	.045	.258	.481
6. Não Bairrista	-.312	-.604	.010	.080	.271	.478
7. Familiar	.683	-.020	.077	.000	.997	.000
8. Desconhecido	-.917	.028	.104	.000	.998	.000
9. Produtores	.804	.008	.100	.000	.963	.000
10. Predadores	-.934	-.008	.117	.000	.966	.000
11. Tradição	.238	-.019	.011	.000	.952	.003
12. Modernidade	-.556	.046	.027	.000	.953	.003
13. Duradoiro	.536	-.051	.048	.001	.927	.004
14. Efêmero	-.706	.062	.059	.001	.902	.003
15. Vivência	.659	-.551	.076	.113	.719	.236
16. Passagem	-1.027	.852	.120	.176	.722	.234
Valores Próprios	.432	.203				
% de Inércia Explicada	73.1	.16.1				
% de Inércia Acumulada	73.1	89.2				



Relativamente à identidade dos nobilitadores esta parece estar ancorada em dois eixos distintos estando o Factor 1 associado à busca do conteúdo e do simbolismo do lugar. A valorização do kitch de uma matriz sócio-cultural identificada com as classes populares mais localistas do que cosmopolitas e a identificação com uma “força” capaz de promover a salvaguarda dos valores tradicionais podem explicar esta valorização do bairro e da tradição tão presente entre os nobilitadores.

O factor 2 é sobretudo marcado pelas componentes avaliativas, apesar da distinção ser também evidente. De salientar o facto dos nobilitadores se incluírem neste jogo de reconhecimento de pertença e identificação. Somos, assim, tentados a referir a tendência que os nobilitadores apresentam para sobrevalorizarem o bairro e os residentes tradicionais e neste sentido para se incluírem nesta categoria (tal como vimos anteriormente esta é uma categoria em que se incluem mas em que não são incluídos pelos verdadeiros tradicionais).

Apesar deste intrusamento dos nobilitadores na categoria dos tradicionais parece-nos que a saliência da mesma é advinda da oposição relativamente a outro bairro, neste caso a Mouraria. O que parece evidente em relação aos nobilitadores é que estes apresentam uma

estratégia que parece ir mais ao encontro da reinvenção das tradições do que a “assimilação/diluição”, tornar-se membro da comunidade de chegada, ou pela “etnização”, construir uma identidade colectiva à parte da comunidade de chegada.

Em suma, o modo como os residentes tradicionais vivenciam o bairro parece ser demonstrativo de uma cultura popular urbana, tal como referido por Hall (1966), com origem no espírito comunitário caracterizado por fortes relações de vizinhança e por um sentimento de pertença a uma comunidade de acolhimento sendo o valor simbólico e consequentemente a identidade de bairro ancorados no espírito comunitário.

Já em relação aos nobilitadores verifica-se a procura de símbolos demonstrativos de um novo estilo de vida, assim a sua filosofia de ocupação e apropriação é diferenciada. O interesse recai na busca do tradicional, do encontro com o popular e vernáculo mas pela via da estetização e re-invenção do património e não tanto pelo intrusamento nas redes sociais do bairro.

Em presença dos constructos e da estrutura categorial, esta última estruturada em torno das várias propostas teóricas presentes na literatura (*viz.*, Breakwell, 1986, 1992; Speller, 2000) verifica-se pela análise das frequências e ponderações dos registos (inércias), que os tradicionais estruturam as suas representações e identidade de lugar mais em torno das dimensões avaliativas e de conteúdo da identidade enquanto que os nobilitadores o fazem mais em relação ao conteúdo e simbolismo do lugar.

Um aspecto a considerar é a tendência dos nobilitadores para sobrevalorizarem o bairro e os seus residentes tradicionais; categoria em que se incluem, com as devidas restrições, mas em que não são incluídos pelos verdadeiros tradicionais. A valorização do kitch de uma matriz sócio-cultural identificada com as classes populares mais localistas do que cosmopolitas e a identificação com uma “força” capaz de promover a salvaguarda dos valores tradicionais podem explicar esta valorização do bairro e da tradição tão presente por entre os nobilitadores.

Uma das explicações que pode ser adiantada para as evocações de constructos de carácter avaliativo, por parte dos tradicionais, prende-se com o desalento sentido pela população com uma série de aspectos relacionados com o bairro sendo os mais importantes o prolongamento das obras que o bairro tem vindo a sofrer, a degradação da maior parte das casas habitadas pela gente do bairro, o facto da maior parte das pessoas estarem a abandonar o bairro e aqueles que não o fazem voluntariamente serem forçados pois as suas casas carecem de obras, a incapacidade de remar contra a especulação imobiliária que tende a controlar os alugueres e a venda de imóveis recuperados.

Em relação aos aspectos emocionais e simbólicos que promovem a identidade de lugar pode especular-se que apesar dos valores na dimensão simbólica serem mais elevados para os nobilitadores não quer dizer que os tradicionais não ancorem a sua identidade no imaginário colectivo atribuído ao bairro. O que parece é que apesar dos nobilitadores desenvolverem mais a sua relação com o lugar através da valorização da história, do património, etc., quase que uma cultura formal do bairro, os tradicionais valorizam uma cultura informal. Para estes a tradição que se mantém viva pelo culto do fado, das marchas populares e das sardinhas no pátio, passa essencialmente pelas relações de vizinhança. Assim se explica a valorização das redes sociais locais, demonstradas na ênfase que colocam na dimensão familiaridade e distinção.

Não quisemos deixar de apresentar os resultados tais como este surgiram bem como a interpretação inicial que destes fizemos mas, como veremos na secção seguinte, na qual se discutem, acabámos por efectuar interpretações paralelas da realidade alfarista, advindas sobretudo das entrevistas que foram realizadas. Com estas conseguimos aprofundar as vivências que melhor permitem conhecer as relações que ligam indivíduos entre si, com grupos e grupos entre si, alcançando uma psicologia das pessoas nos seus cenários de vida.

DISCUSSÃO

QUANDO LISBOA ANOITECE
COMO UM VELEIRO SEM VELAS
ALFAMA TODA PARECE
UMA CASA SEM JANELAS
AONDE O POVO ARREFECE.

É NUMA ÁGUA FURTADA
NO ESPAÇO ROUBADO A MÁGOA
QUE ALFAMA FICA FECHADA
EM QUATRO PAREDES DE ÁGUA
QUATRO PAREDES DE PRANTO
QUATRO MUROS DE ANSIEDADE
QUE À NOITE FAZEM O CANTO
QUE SE ACENDE NA CIDADE
FECHADA EM SEU DESENCANTO
ALFAMA CHEIRA A SAUDADE.

ALFAMA NÃO CHEIRA A FADO
CHEIRA A POVO, A SOLIDÃO
A SILÊNCIO MAGOADO
SABE A TRISTEZA COM PÃO
ALFAMA NÃO CHEIRA A FADO
MAS NÃO TEM OUTRA CANÇÃO.

Alfama, José Carlos Ary dos Santos

Sendo indiscutível a utilidade da metodologia proposta por Kelly (1955) na presente investigação digamos que esta permitiu-nos contar apenas parte da história. Uma possível explicação prende-se com o reenvio para uma dimensão eminentemente cognitiva em cuja saliência categorial surge; até pela sua “emergência funcional”. A categorização emerge das variáveis do contexto, obscurecendo outro tipo de realidades que não a dicotomizada.

Começamos por retratar um dos resultados a que chegámos, em relação ao qual ambas as metodologias convergem, que assume a existência de diferenças relativamente às experiências, vivências e concepções relativas ao bairro, por parte de tradicionais e nobilitadores.

Relativamente aos nobilitadores foi já anteriormente assumido que a sua relação com o bairro ancora numa representação social da vivência de Alfama em cuja componente simbólica se evidencia; vinculações e identidades dos nobilitadores extravasaram já para o imaginário

colectivo dos quais estas se alimentam. Para os nobilitadores o bairro é popular e vernáculo, podendo o culturalismo ser alcançado e re-inventado.

Apesar das aspirações dos nobilitadores recaírem numa identidade mais popular do que cosmopolita esta acaba por ir beber aos dois núcleos sem se fundir com nenhum deles. Neste sentido podemos corroborar a perspectiva de Rodrigues (1999) e Costa (1999) quando falam na nobilitação enquanto propagação de identidades híbridas, pese embora a ilibemos do sentido pejorativo atribuído. Suttels (1972) adverte para o facto deste posicionamento em termos identitários ser periclitante gerando conflituosidade na identidade dos nobilitadores. Segundo Graumann (1983) as auto e hetero-atribuições que definem o self podem não ser inteiramente compatíveis levando mesmo a que as pessoas se sintam inseguras e bizarras. Nos excertos que em seguida se apresentam esta conflituosidade pode ser identificada.

“Aqui consigo ser quem não sou posso ser confundida com um residente típico, pelos turistas, por exemplo, e isso dá-me um certo prazer (....) não só pela simplicidade das gentes, mas pela carga cultural que a si têm atrelada” [E/4/Nobilitadora/Sto. Estêvão].

Tal como Graumann (1983) sublinhou, ao lugar pode ser associada uma função simbólica de modo a torná-lo objecto de identificação. Para o autor, o modelo de identificação não tem de ser real podendo simbolizar aquilo que a pessoa gostaria de ser ou de alcançar. A proposta de que a identificação com os outros (lugares ou objectos) funcionaria como um antecedente do auto-conceito que, por sua vez, edificaria a “auto-identidade” pode aplicar-se a este caso.

“Este bairro é o reencontro com o passado, com as coisas verdadeiras. Até parece cliché mas é o que sinto. São os moradores de há muito, o comércio tradicional à porta de casa (...) a mim faz-me reencontrar coisas que me pegam à infância e à juventude” [E3/Nobilitador/Stº. Estêvão].

Mais do que acentuar a clivagem entre o “ser-no-mundo” passado e o “ser-no-mundo” presente o lugar surge aqui a interpor a continuidade passado-presente-futuro. Especificamente diremos que é a “continuidade do lugar através da congruência” (Cf. Breakwell, 1992) que é aqui enaltecida. Dovei (1985) fala-nos também do lugar recorrendo à figura da “âncora mnésica” que pode aqui aplicar-se.

Sendo a continuidade um dos princípios que é accionado através da relação com o lugar [(a saber pelos resultados dos estudos de Speller (2000) e de Twigger-Ross & Uzzel (1996))] em caso de se perspectivar a existência de conteúdos específicos, constitutivos da identidade de lugar, pode especular-se que a continuidade pode ser um deles. De salientar que a esta dimensão da identidade deve ser concedida particular atenção aquando das intervenções em

que se perspectivem alterações na dinâmica sócio-espacial (translocações, renovações, migrações do tipo nobilitação, etc.); é necessário saber se as expectativas dos ocupantes vão no sentido da continuidade ou descontinuidade, relativamente ao momento anterior à mudança.

No caso dos realojamentos, principalmente se a comunidade ou comunidades alvo são provenientes de zonas residenciais degradadas, são geralmente privilegiadas estratégias de descontinuidade (patente em aspectos tão simples como os materiais escolhidos, o estilo arquitectónico eleito, ou as próprias cores). Mais do que dizer que o que deve ser privilegiado é a descontinuidade em relação a um determinado tempo X (anterior à mudança) torna-se importante auscultar a realidade sócio/ecológica e as expectativas, sabendo de antemão que potenciar o envolvimento dos futuros ocupantes na fase de projecto é introduzi-los ao processo de apropriação dos espaços.

Retomando a perspectiva do conflito identitário associado, por excelência, aos nobilitadores, parece-nos que a maioria dos respondentes - em paralelo com um estilo de vida cosmopolita privilegiam o tradicional que re-inventam - alcançam, assim mesmo, uma equilibração nesta duplicidade, não sendo, porém, o caso de dois nobilitadores entrevistados que, manifestamente, se encontram em dificuldade no que respeita a alcançar o equilíbrio entre o self⁹ e o bairro. O discurso de Graumann é muito clarificante *"The unity of a person is not a natural given, but has to be attained psychologically (by identification) and maintained (as identity) in a continuous and often conflictive process of socialization"* (p. 315).

Dois dos entrevistados, nobilitadores da freguesia de S. Miguel, manifestam o desencanto em relação ao bairro e a intenção de mudarem de residência.

"Foi a cultura popular que me atraiu ... vivi em Espanha e encantava-me pensar que podia sair à rua e dar dois dedos de conversa com pessoas afáveis, descomprometidamente, mas não foi isso que encontrei. A realidade do bairro é bem diferente -talvez dizer assim seja abusivo, porque esta zona do bairro é muito particular -, é muito pesada, as pessoas são conflituosas, há muita miséria. Já não sei se é a miséria que lhes solta o rancor se é o contrário. Discutem, gritam, agriem-se fisicamente. São sobretudo mulheres: novas e velhas. Aqui a violência doméstica extravasa ... não tenho paz, é por isso que quero sair. (...) O controlo das vistas é perfeitamente assegurado com uma cortina mais opaca, dos sons é impossível; as janelas não o vedam e a gente passa a vida na rua. Não posso evitar os gritos das mulheres que discutem e que às vezes se agriem, dou por mim a saltar da cama para ir ver ... sei de cor os problemas do casal da frente, até já sei como acabam as brigas. É

⁹ Optámos por não utilizar o termo identidade pelo facto de haver autores que salientam a impossibilidade da identidade de lugar não se formar quando é o sentimento de aversão em relação ao mesmo que se instala.

desgastante. Sinto-me invadida. Não era disto que vim à procura. O meu companheiro não entende o meu desconforto porque ele se ausenta durante o dia. eu tenho uma profissão liberal que me proporciona horários flexíveis; geralmente é em casa que passo o tempo. O relacionamento com as pessoas do bairro está longe do que esperava, são metidas, querem saber mais (em que é que trabalho, quanto pago de renda, se o homem com quem vivo é meu marido). É gente desconfiada e maldosa. Custa-me falar assim destas pobres mulheres, que sofrem demais: há aqui muitas prostitutas (...) também famílias fragmentadas: velhos com crianças a seu encargo. Estou longe de frequentar os mesmos locais e sempre que tenho oportunidade escolho lojas de pessoas que também não são do bairro: são mais simpáticas.”[E4/Nobilitadora/S. Miguel].

O determinismo do local relativamente às vivências, experiências e relações com o lugar conduzem-nos a falar de uma ecologia psico-social de Alfama (Cf. Barker, 1968). Há duas realidades sócio-espaciais coincidentes com as duas freguesias que a constituem: São Miguel e Stº. Estêvão que pelos vistos se mantiveram desde a sua constituição.

Pode mesmo assumir-se que é sobretudo nos pontos do bairro em que as ruas são mais exíguas e as casas menos arejadas que a ocupação da rua é mais evidente, este é o cenário típico de S. Miguel. “Há casas que parecem buracos escavados na colina, são escuras, húmidas, sem quaisquer condições” [discurso de uma residente tradicional (E/7/Sto. Estêvão) quando se refere a certas casas do bairro]. De salientar que nem sempre é à porta de casa que as pessoas se juntam, as praças são pontos de encontro, sobretudo para os jovens.

No caso desta nobilitadora o desencontro de expectativas, isto é, a discrepância entre o self e o ambiente, resultam num sentimento de estranheza. Como sublinha Belk (1992) “para estarmos ligados ao ambiente este tem de fazer parte do nosso self (...) a posse envolve a extensão do self e isto só acontece quando a base da vinculação é emocional”.

Parece-nos que o significado atribuído ao espaço, que está associado a um conjunto de normas de conduta não só não é universal (entre sociedades) (Hall, 1959), como numa mesma sociedade a sua leitura não é transversal. Os mundos vitais (*lifeworld*) são diferentes – o que acontece no caso dos tradicionais e nobilitadores inquiridos.

Para alguns dos tradicionais o estar em casa não é confinarem-se a um território primário, privado (concepção de territorialidade, cf. Altman, 1975): está-se em casa nas ruas, lojas e cafés. Da mesma maneira que não fazem diferença nos usos do espaço (primário e secundário), estendendo-se a intimidade porta fora, a proximidade relacional também funciona assim.

São, de facto, as redes sociais informais de carácter homofílico (Homans, 1950 citado por Soczka, 1974) - homogeneidades sócio-culturais e sócio-espaciais - que explicam os contactos. Ou seja, as redes sociais espontâneas configuram-se com maior probabilidade nos indivíduos que partilham características semelhantes (que neste caso parecem ser o sexo, idade, posição social, atitudes, crenças ideologias) do que por entre indivíduos dissonantes nessas características. Neste caso as malhas das redes sociais de nobilitadores e tradicionais raramente se inter-cruzam.

As expectativas quanto ao tipo de relação a ter com os vizinhos é diferente: da parte dos tradicionais, parecem requerer um maior intrusamento; apesar deste como veremos à frente, através do discurso dos próprios tradicionais, não se traduzir na ajuda espontânea ou na vida comunitária de outrora.

De salientar que apesar da maioria dos nobilitadores inquiridos até se conhecer uns aos outros, estes acabam por não se relacionar: *“conheço dois casais daqui da rua, o daqui da frente também não se dá assim com ninguém (...) o máximo contacto que temos é o cumprimento quando nos cruzamos, mas aparentemente são muito cordiais. Quanto ao outro casal, ele estudou comigo na Universidade do Minho, já nos encontrámos várias vezes num restaurante daqui, os encontros são sempre muito agradáveis”* [E5/Nobilitadora/S. Miguel].

Encontros casuais em cuja distância emocional seja mantida é o que os nobilitadores mais parecem privilegiar nas relações “ao pé da porta”. É a proximidade superficial, como Lofland (1975) designa são as relações com “estranhos-familiares” que parecem mais convir aos nobilitadores.

Se para alguns o que os trouxe ao bairro foi justamente a necessidade de romper com o anonimato, anomia ou descaracterização, buscando-a principalmente na vida de bairro e na relação com a tradição e com os tradicionais para outros basta-lhes a história e o simbolismo do lugar “o espírito do lugar” para quebrar com o carácter monótono e descaracterizado de qualquer subúrbio. Entre os nobilitadores é mais comum ter-se amigos e conhecidos (pessoas com quem convivem mais e que julgam ter um papel de suporte emocional e instrumental) fora do bairro. É a vivência da comunidade sem propinquidade (Fischer, 1982).

Quanto aos motivos apresentados pelos nobilitadores para se fixarem ao bairro, por ordem decrescente de frequência são: o consumo cultural, qualidade da habitação e das vistas, investimento económico ou economia nas rendas e privilégios de viver no centro da cidade, entre os quais evitar a perda de tempo nos movimentos pendulares e proximidade das atracções citadinas.

De salientar que a maioria dos nobilitadores considera que a sua motivação para a fixação no bairro não resulta apenas de um motivo mas da conjugação de vários. Neste caso, tal como perspectiva Beauregard (1986) o investimento económico apesar de ser um factor importante, não é o mais importante. O investimento cultural onde a própria casa significa ascensão a uma vanguarda sócio-cultural, parece desempenhar aqui um papel principal. É o chamado “*buying into history*”, tal como definido por Slater (2002), no caso da presente investigação pode falar-se mais apropriadamente em “*renting into history*”.

Dos nobilitadores inquiridos 40% (n=8) tem como contrato de ocupação da habitação o arrendamento. Mesmo entre estes há os que tendo efectuado alterações arquitectónicas na casa tenham subscrito inteiramente os custos das referidas alterações, ou participado das mesmas com o senhorio. As alterações em que os nobilitadores se implicam, para além da melhoria e manutenção da funcionalidade das principais infra-estruturas e equipamentos da habitação, têm a particularidade de fazer sobressair a tradição. Por vezes através da sua conjugação com projectos interiores mais modernos, até mesmo arrojados, assistimos, à re-invenção do património e a estetização dos lugares.

Quando os lugares são alterados para irem ao encontro das necessidades individuais e grupais não só cumprem necessidades mais pragmáticas como outras que representam a função expressiva do self, esta acaba depois por retro-alimentar informação acerca do próprio (Feldman, 1996).

A preocupação com as fachadas das habitações, por parte da maioria dos nobilitadores, contrasta com a sua ausência por entre os tradicionais inquiridos que até aconsideram a excessiva, dadas as carências que o interior de algumas habitações apresenta. Referem-se, por exemplo, às habitações que não dispõem ainda de infra estruturas básicas, como casas de banho, ou zona de banhos. Um dos tradicionais refere: “*estão a querer passar uma imagem de Alfama que não existe nem nunca existiu, Alfama é simples, é pobre, é povo*” [E15/Tradicional/S. Miguel]. O retrato de Alfama, apresentado por este residente tradicional é coincidente com o de José Carlos Ary dos Santos, que apresentamos no início da discussão.

Contrário à reabilitação, sob os moldes que tem vindo a ser desenvolvida, apresenta-se um nobilitador, que se expressou do seguinte modo: “*Esta obsessão de mostrar obra feita está a homogeneizar o bairro. Isto é entregue aos empreiteiros que fazem as obras sem os devidos cuidados. Não sei de quem é a culpa mas há calamidades que deviam ser travadas (...) desde alcatroarem caminhos até impermeabilizarem saguões, já vi de tudo ...*” [E14/Nobilitador/Stº Estêvão].

A preocupação marcada no discurso deste nobilitador, licenciado em história e talvez por isso mais atento a estas matérias reflecte-se no cuidado com que tem reconstruído a sua própria casa. Nesta, coincidente com o purismo relativamente à traça original sobressaem elementos dissonantes que se prendem com exigência do ponto de vista da segurança (em cada uma das esquinas da casa foi instalada uma câmara de filmagem, também os gradeamentos colocados nas janelas mais acessíveis da casa) que contrasta com as portas e postigos abertos das casas tradicionais.

Por entre os tradicionais, apesar do afastamento, há ainda um controlo social informal que torna o espaço defensável (Cf. proposta de Newman, 1972) ou pelo menos há uma forte ilusão desta defensibilidade do património pessoal e colectivo. Apesar das histórias que se contam darem conta de muitos assaltos no bairro as portas e janelas continuam abertas.

Apesar das redes sociais entre tradicionais propagarem o bairro estas não asseguram a equilíbrio e o suporte social de outrora. A sociedade suportada no grupo de pares, como se de aldeões urbanos se tratassem parece não mais existir, o deficit do pondo de vista residencial e cultural parece agora reflectir-se nas dinâmicas sociais que se esboçam complexas e desarticuladas.

“Este bairro é um gueto. Os que não estão velhos decrepitos, movem-se em circuitos de peso. Se tivesse uma casa fantástica ... ponderava, assim, tá bem que é um local interessante, tem vista de rio, e situa-se no coração da cidade, mas a casa não é super-interessante. Acho que tenho oportunidade de comprar melhor num bairro mais organizado. Aqui o comércio é muito decadente (...) quando para cá vim morar, há seis anos, achava que isto ia evoluir, que se tornaria num 2º Bairro Alto, mas mais sossegado, sem a vida nocturna. É possível que a vaga de recuperação chame coisa boa e isto melhore... mas não estou a ver, já me falaram que o que aí vem é a EPUL. Eu estou de partida e não recomendo” [E2/Nobilitador/S. Miguel].

Um aspecto que sobressai nos excertos das duas entrevistas prende-se com o facto dos nobilitadores não serem atraídos ou afastados do bairro apenas pela casa mas também pela vida de bairro. O culturalismo que se pretende sorver não é somente arrancado das características arquitectónicas dos edifícios em que se habita, mas pelas qualidades intrínsecas (Chawlla, 1992) esta perspectiva é corroborada por Hidalgo e Hernandez (2001) e Bonnes, Manett, Tanucci e Secchiaroli (1990) no sentido em que os autores perspectivam duas dimensões da vinculação: física e social.

Quando este entrevistado diz que Alfama é um gueto faz-nos evocar o sentimento de insulação experimentado pelos residentes tradicionais alfamistas. A estrutura labiríntica do

bairro encapsula os seus residentes fazendo que as suas explorações por mundos mais vastos, exteriores ao bairro teimem em não acontecer. *“Para a maioria dos jovens a realidade que existe é a do bairro, o mais longe que conseguem ir é até às docas tomar banho de lama (...) isto não é normal em miúdos de 15 anos que afinal vivem no centro da cidade ... mas parece que não sabem”* [discurso de nobilitadora (E13/São Miguel) que trabalha como professora de teatro num programa de acompanhamento para a inserção social de jovens desenvolvido pela Junta de Freguesia de Stº. Estêvão]. Investigações futuras que se centrem no estudo do comportamento dos jovens nos cenários ambientais Alfamistas poderiam servir, não só para explicar esta atracção do bairro em relação aos mesmos, como contribuir para a prevenção da sua incursão em comportamentos desviantes.

Se até aqui, em termos dos conteúdos das entrevistas nos centrámos sobretudo na perspectiva dos nobilitadores, passamos agora a apresentar a realidade do bairro segundo os tradicionais.

“A vida mudou, os costumes mudaram ... as pessoas daqui estão velhas, fechadas em casa, alguns acamados. Estas ruas são íngremes, nos prédios é escadaria que não acaba ... só acaba com o coração fraco e já podre. A maioria é pobre é só aqui está porque não tem para onde ir. Tivesse eu a pouca sorte de me sair pouco que fosse que não pensava duas vezes. Este bairro é triste, tenho passado muito na vida, foi aqui que os meus filhos se meteram naquilo [na droga] ... e aqui tinham morrido como a maior parte da sua criação...[não tivessem saído]. Caíram em desgraça: há outros presos ou andam por aí na má vida” [E1/Tradicional/Stº. Estêvão].

Mais do que dizer que é a ligação que as pessoas estabelecem com o lugar que é conducente à identidade de lugar (como o afirmaram, por exemplo, Proshansky *et al.*, 1983; Gilliani, 1991) parece-nos que são as ligações que as pessoas estabelecem entre si, com os grupos e os grupos entre si que lhes preenche as vivências e os liga emocionalmente aos lugares que indubitavelmente vão surtir reflexo a nível identitário. De um modo imediato parece-nos que a identidade pessoal se gera de um modo holístico, ou seja, numa interacção contínua nas várias dimensões do ser humano: biológica, emotiva, comunitária, social e ecológica. Assim, apesar de termos inicialmente depositado o nosso interesse na identidade de lugar acabamos por focá-la enquanto aspecto nuclear.

Corroborando a perspectiva de Speller (2000) e Speller, Lyons e Twigger-Ross (2002) parece-nos que a consciência de si não é redutível às experiências, vivências, concepções de determinados contextos (perspectiva eminentemente cognitiva) nem aos contextos dessas mesmas experiências (acentuando-se o cariz mais instrumental e/ou a componente mais

relacionada com os sentimentos e emoções despoletadas). É na pessoa, impreterivelmente, Pessoa-no-Ambiente Físico e Social que podemos entender a identidade. Simplesmente porque Pessoa e Ambiente são indecomponíveis pelo que nos parece que toda a teoria do self tem de ser uma teoria ecológica do self.

No caso da mulher de quem descrevemos o anterior excerto do discurso parece-nos que independentemente da valência negativa das ligações comportamentais, afectivas e cognitivas com os indivíduos e/ou grupos e o seu ambiente sócio/físico, estas geram determinados tipos de laços que produzem influências na identidade; não interessando o seu teor, positivo, ou negativo. Por exemplo quando assume: “Este bairro é triste, tenho passado muito na vida” parece-nos que para além de uma identificação projectiva da rudeza da vida para uma qualificação do bairro, provavelmente as suas ligações e vivências no bairro definem a identidade enquanto pessoa e membro de uma categoria sócio-espacial. Esta concepção aproxima-se da de Brown e Perkins (1992) mas afasta-se da da maioria dos autores que assumem que só as associações positivas aos lugares promovem o envolvimento, originando identificações que, conseqüentemente, conduzem a uma identidade de lugar¹⁰. Proshansky, por exemplo, concebe que quando as ligações com o lugar são negativas instala-se o Place Aversion inviabilizando a formação de uma identidade de lugar.

Como afirmaram Speller et al. (2002) “a identidade não é uma entidade distinta que possa ser moldável através das interacções dinâmicas complexas com o ambiente social e espacial”, apraz-nos porém discordar parcialmente das autoras quando estas afirmam que “o conceito de identidade de lugar enquanto subestrutura da identidade não reflecte o impacte total que o lugar representa em termos globais na identidade enquanto um todo” Se num primeiro momento as autoras assumem a construção da identidade pelas transacções da Pessoa no Ambiente a perspectiva de adaptação ao invés da optimização revela-se paradoxal. Parece-nos, assim, que enquanto as investigações, principalmente aquelas que são feitas pelos psicólogos se afastarem da realidade para conhecerem redutos da pessoa e/ou do contexto, bem como sentidos de causalidade, a progressão do conhecimento em torno da identidade tardará em acontecer.

“Aqui a gente conhece-se mas ninguém ajuda ninguém, ou se há quem ajude são poucos também é verdade que alguns não querem ser ajudados. Cada um está metido consigo, com os seus problemas, a gente fala com aquela e com a outra, mas aquela família de antigamente já não há”.

¹⁰ Esta perspectiva é forjada no quadro da Teoria da Identidade Social, sendo o lugar concebido como uma categorias social, que serve em última instância à distinção e à elevação do auto-conceito.

“A gente sabe que se tiver uma dor dá um grito e vem alguém acudir, quando vem uma ambulância ao bairro vou sempre ver para quem é. Já tenho ido com a minha vizinha de baixo às consultas e quando a velhota precisa ...É bom dia aqui, bom dia ali, mas é preciso distância porque a gente sabe como é que são as coisas, aqui em casa não meto ninguém (...) antigamente era outra coisa a gente dava-se mais, agora quando é preciso a gente não nega”[E5/tradicional, Stº Estêvão].

Os resultados parecem ditar que o espírito comunitário, de entreajuda e suporte social com base na proximidade territorial está longe de existir. Pensar nos residentes tradicionais de Alfama como aldeões urbanos, comunidades mosaico com base na propinquidade são alegorias. É claro que não estão os tradicionais de Alfama (alguns nascidos, outros criados e/ou criadores de filhos neste contexto) numa situação de anonimato, como a maioria dos residentes nos subúrbios; são familiares no sentido em que se conhecem (Cf., Relph, 1976), mas ao mesmo tempo são estranhos. Possíveis explicações para estes resultados [contrastantes, quer com os resultados por nós obtidos através da aplicação das grelhas de Kelly, quer com os de estudos que se centraram em bairros de cariz popular (Gans, 1963; Soczka, 1989)] são a mudança de estilo de vida, contracção espaço-física da velhice e/ou doença (Sime, 1993), retracção ao espaço primário com vista a controlar a privacidade (nota-se um certo distanciamento através da inoculação aos problemas alheios e discrição selectiva relativamente aos do próprio).

No caso da retracção ao espaço primário parece não ser provocada pela inexistência de um espaço secundário (Yancey, 1972) ou melhoramento das condições do espaço primário (Speller, 2000) mas a necessidade da pessoa dentro de um cenário social informal controlar a informação sobre si mesma e/ou a vida familiar. Aqui o elemento chave na regulação da privacidade é o envolvimento da pessoa num processo de discrição selectiva ou visibilidade selectiva, através da manipulação do seu comportamento e/ou posição. Norris-Baker e Schdt (1990) referiram-se ao encapsulamento emocional e às ligações para o passado entre as pessoas idosas e os seus lares (vinculação a lugares concatenados).

“Conheço as minhas vizinhas de há muitos anos, dou-me com elas mas é com a família que me vejo. A minha família são os meus filhos e a minha irmã e sobrinhos. Vêm buscar-me ao fim-de-semana, às vezes, no Natal, na Páscoa e assim vou sempre para casa deles, já nos Santos Populares vêm cá todos e enchem-me a casa, também quando morre alguém dão para as flores e quando podem vêm ao funeral”.

Apesar do bairro, até pela sua configuração arquitectónica (labiríntica, com muitos becos e praças, o que, por sua vez, promove as deslocações a pé) promover os contactos passivos e

encontros casuais o que acaba por ser propício à formação de amizades (Festinger, et al., 1950) que, efectivamente, existem e são mais frequentes entre os tradicionais paralelamente assistimos a uma vinculação endogâmica – os sistemas de suporte social são intra-familiares, a base das relações que unem as pessoas de modo a dotá-las do suporte que necessitam é o parentesco, pelo que extravasam as delimitações territoriais do bairro.

“Há aí prédios inteiros com gente que não conheço. São espanhóis, ingleses (que dão um dinheirão pelas rendas) moços solteiros, casais novos, estudantes (...) também há portugueses” (...) “dos nossos são muito poucos, três ou quatro moços ficaram por aqui, no meu caso, o filho vive em Mem Martins, a minha mais velha em Odivelas e a outra vive na Graça. Os mais jovens não querem isto, as casas são muito pequeninas e as rendas caras. Se podem ter uma casinha melhor, com mais condições (...). A mais nova é a única que está mais pegada a isto, ainda fala em vir para aqui morar” [E1/tradicional/Stº. Estêvão].

O excerto anterior é bem revelador do saldo migratório a que o bairro tem assistido. A par dos saldos deficitários das novas gerações de Alfama, que na maioria das vezes se deslocam para as periferias, fica o espaço para a penetração de novos residentes. De salientar que o afastamento da nova geração de tradicionais não parece ser impulsionado pela vinda dos nobilitadores não fazendo sentido, neste caso, falar em segregação sócio-espacial dos tradicionais como causa e/ou consequência da nobilitação, como sugerido por London (1980).

Se neste momento há especulação imobiliária no bairro, podemos pressupor que os maiores alvos da mesma acabam por ser os próprios nobilitadores, que competem, assim, uns com os outros, pela posse das habitações, fazendo disparar os preços. Os tradicionais das gerações dos nobilitadores estão literalmente fora desta competição, pois não concorrem pelos mesmos recursos. Geralmente, os seus interesses são outros: privilegiam a aquisição ao arrendamento, a dimensão das habitações (que nos subúrbios são maiores), a possibilidade de estacionar o carro à porta de casa ou numa garagem privativa, etc.

Já no que respeita à atitude dos tradicionais face aos actuais nobilitadores e à nobilitação do bairro parece ser positiva. Para além de reconhecerem o desinteresse da maioria dos filhos do bairro em permanecerem consideram que melhor do que a desvitalização é a vinda de gente nova sobre a qual têm uma opinião favorável ou neutra.

“Os velhos conhecem-se mas já não podem pra si quanto mais....daqui quem não é velho é gandulagem Os novos e as moças de bem [nobilitadores do bairro] saem cedo pra trabalhar e não andam o dia todo a dar à língua. Foi esta a minha vida, saia de casa para trabalhar e criava os filhos” [E20/Tradicional/S. Miguel].

No excerto do discurso desta tradicional, o facto do estilo de vida dos nobilitadores se aproximar mais ao seu quando era profissionalmente activa fá-la valorizá-lo.

“São muito bons ajudam muito, trazem sangue novo ao bairro. Não se metem nem arranjam desacatos como muitos de cá” [E12/Tradicional/Stº. Estêvão].

Uma vez mais se denota o efeito de contraste entre os novos residentes do bairro (nobilitadores) e os tradicionais mais jovens e novos residentes pertencentes a uma classe sócio-cultural muito baixa. Os nobilitadores são sobrevalorizados em detrimento dos outros, aos quais são atribuídas pertenças a grupos desviantes (e.g., toxicodependentes, traficantes, prostitutas, etc.,).

Não apenas com base na atitude dos tradicionais face aos nobilitadores e à nobilitação, mas centrando-nos na realidade sócio-ecológica de Alfama (que consideramos que mais explorada deve ser por futuras investigações; até porque, como anteriormente referido, duas realidades sócio-ecológicas diferenciadas parecem coexistir: Sto. Estêvão e S. Miguel), marcada pela degradação habitacional, envelhecimento populacional, perda de vitalidade da vida de bairro, aumento da criminalidade e comportamentos desviantes por entre os mais jovens, pensamos que a nobilitação possa ser uma importante estratégia para a renovação, revitalização e até requalificação do bairro.

Parece-nos, assim, que este poderia ser um dos casos a que Hall se refere quando enfatizava que a nobilitação pode ser a oportunidade para a renovação arquitectónica e revitalização cultural de um lugar. Uma das principais mais –valia é a contribuição para a introdução de diversidade, não só em termos da composição da malha social, como no que se refere à estetização/recuperação arquitectónica dos lugares

Para que esta zona histórica da cidade constitua uma das barreiras à expansão uniformizada da urbe ao mesmo tempo que promove a sua sustentabilidade ambiental, não só pela imposição de quebras à monofuncionalidade, como do afastamento ao centro, deve assegurar-se que esta tendência ocupacional, por parte de migrantes, deve ser espontânea. Com isto pretendemos dizer que a captação de novos residentes com determinadas características (e.g., jovens, inseridos no mercado de trabalho) como é usual fazer-se pela via do recrutamento para a ocupação de alguns empreendimentos públicos, talvez não seja a melhor estratégia. O que a maioria destes jovens pretende é uma casa, que tanto pode ser em Alfama, como numa zona da cidade com características tipicamente urbanas.

Se não é a hegemonia o que se pretende para este e outros bairros históricos é importante que se controle principalmente a 2ª vaga de nobilitadores (com a primeira, como demonstra a

presente investigação a continuidade da identidade de Alfama parece estar assegurada). Este controlo só se consegue através da consecução de estudos ecológicos e da definição de políticas consentâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altman, I. & Low, S.M. (eds) (1992). *Place Attachment*. New York: Plenum Press.
- Altman, I. & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: trait, interactional, organismic, and transactional perspectives, in D., Stokols & I., Altman (Eds). *The Handbook of Environmental Psychology*. John Wiley & Sons: New York.
- Altman, I. (1975) – Environment and Social Behaviour: privacy, personal space, territory and crowding, Brooks/Cole, Monterrey
- Appleyard, D. (ed) (1979). *The Conservation of European Cities*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Archea, J. (1977). The Place of Architectural Factors in Behavioral Theories of Privacy. *Journal of Social Issues*, 33: 116-137.
- Atkinson, R. (2002). *Does Gentrification Help or Harm Urban Neighbourhoods? An Assessment of the Evidence-Base in the Context of the New Urban Agenda*. CNR, paper 5. Disponível em www.neighbourhoodcentre.org.uk.
- Auge, M. (1992). *Non-Lieux*, Paris, Seuil.
- Bachelard, G. (1969). *The poetics of space*. Boston: Beacon Press.
- Banister, P., Burman, E. Parker, I., Taylor, M. & Tindall, C. (1994). *Qualitative methods in Psychology: a research guide*. Buckingham: Open University Press.
- Barker (1987). Prospecting in environmental psychology: Oskaloosa revisited. In D., Stokols & I., Altman (Eds). *The Handbook of Environmental Psychology*. John Wiley & Sons: New York.
- Barker, R. (1968). *Ecological Psychology*, Standford University Press, California
- Belk, R. (1992). Attachment to Possession. In I. Altman & S.M.Low (Eds.), *Place Attachment: Human Behavior and Environment Advances in Theory and Research* vol.12 (pp.37-62). New York: Plenum Publishing Corporation.
- Blowers, G. & Conner K. (1995). Construing contexts: Problems and prospects of George Kelly's personal constructs psychology. *British Journal of Clinical Psychology*, 34, 1-14.
- Bogus, L. (1993). Neighborhood gentrification: Dynamics of meaning and use in São Paulo, Brazil in Ernesto G. Arias (Eds). *The Meaning and Use of Housing* 51-69. England: Avebury.
- Bonaiuto, M., Breakwell, G. & Cano, I. (1996). Identity process and environmental threat: the effect of nationalism and local identity upon perception of beach pollution. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 6, 157-175.
- Bonnes, M., Mannetti, L., Tanucci, G. & Secchiaroli, G. (1990). The city as a multi-place system: an analysis of people-urban environment transactions. *Journal of Environmental Psychology*, 10: 37-66.
- Bowlby (1983). *Attachment and Loss. Vol. III: Loss*. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis.
- Bowler, A. & McBurney, B. (1991). Gentrification and the avant-garde in New York's east village: The good, the bad and the ugly. *Theory, Culture & Society*, 8, 49-77.
- Breakwell, G.M. (1986). *Coping with Threatened Identities*. London: Methuen.

- Breakwell, G.M. (1992). Processes of self evaluation: efficacy and estrangement. In G.M. Breakwell, (Eds.), *Social Psychology of Identity and Self-concept*. Surrey: Surrey University Press.
- Breakwell, G.M. (1996). The identity of place and place identity. Paper presented at the *Conference on Representations of Landscape*. Torino, Italy, October.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brower, S.N. (1980). Territory in urban settings. In I. Altman, A. Rapoport & J.F. Wohlwill (eds), *Environment and culture*. New York: Plenum Press.
- Brown, B.B. & Perkins, D.D. (1992). Disruption in place attachment. In I. Altman & S.M. Low (eds), *Place Attachment*. New York: Plenum Press.
- Churchman, A (2002). Environmental psychology and urban planning: where can the twain meet. In R. Betchel & A. Churchman (Eds.). *Handbook of Environmental Psychology*. New York: Wiley & Sons
- Cooper Marcus, C. (1995). *House as a mirror of self*. Berkeley, CA: Conary Press.
- Cooper, C. (1972). The house as symbol of the self. In J. Lang, C. Burnette, W. Moleski & D. Vachon, *Designing for Human Behavior*. Stroudsburg, PA: Dowden Hutchinson & Ross.
- Costa, F. (1999). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Lisboa. Celta Editora.
- Csikszentmihalyi, M. & Rochberg-Halton, E. (1981). *The Meaning of Things: Domestic Symbols of the Self*. Cambridge: University Press.
- Cuba, L. & Hummon, D.M. (1993). A place to call home: Identification with dwelling, community, and region. *The Sociological Quarterly*, 34: 111-131.
- Devine-Wright, P & Lyons E. (1997). Remember past and representing places: the construction of national identities in Ireland. *Journal of Environmental Psychology*, 17, 33-45.
- Dovey, K. (1985). Home and homelessness. In I. Altman & C.M. Werner (eds), *Home Environments* (pp. 33-64). New York: Plenum Press.
- Feldman, R.M. (1996). Constancy and change in attachments to types of settlements. *Environment and Behavior*, 22: 183-229.
- Festinger, L.A., Schachter, S. & Back, K. (1950). *Social Pressures in informal groups*. New York: Harper & Row.
- Fischer, C.S. (1976). *The urban experience*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Fischer, C.S. (1982). *To Dwell Among Friends: personal networks in town and city*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Francella, F. (1995). *George Kelly*. Sage. London.
- Fried, M. (1963). Grieving for a lost home. In L. Duhl (ed.) *The Urban Condition*. New York: Basic Books.
- Fried, M. (1982). Residential attachment: Sources of residential and community satisfaction. *Journal of Social Issues*, 38: 107-119.
- Fried, M.; Gleicher, P. (1961). Some source of residential satisfaction in an Urban Slum, J. Am. Inst. of Planners, 27:305-315
- Gale, D. (1980). Neighborhood resettlement in Washington, DC. In S. B. Laska & D. Spain (Eds.), *Back to the city: issues in neighborhood renovation*. NY Pergamon Press. pp 95-115.

- Gans, H. (1963). *The Urban Villagers*. New York: the Free Press of Glencoe.
- Giuliani, M.V. (2003). Theory of Attachment and Place Attachment. In M. Bonnes, T. Lee & M. Bonaiuto (eds), *Psychological Theories For Environmental Issues*. pp. 137-170.
- Goffman (1959). *The presentation self in everyday life*. Garden City, Nova Iorque: Doubleday.
- Grauman (1983). On multiple identities. *International Social Science Journal*, 35: 309-321.
- Guilliani, M.V. (1991). Towards an analysis of mental representations of attachment to home. *The Journal of Architectural and Planning Research*, 8: 133-146.
- Hall, E. T. (1959) – *The Hidden Dimension*, Doubleday & Co, N. Y.
- Harvey, T. et al. (1999). Gentrification and West Oakland: Causes, Effects and Best Practices, Unpublished paper written by graduate students in City and Regional Planning. Berkeley: University of California. [Consultado em Agosto e Dezembro 2003]. Disponível em www.uncanny.net/~wetzels/gentry.htm.
- Hawley, Amos H. (1963). Community power and urban renewal success. *American Journal of Sociology*, 68 422-431.
- Hormuth, S.E. (1990). *The Ecology of Self: relocation and self-concept change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hummon, D. (1990). *Commonplaces: Community ideology and identity in american culture*. New York: State University of New York Press.
- Justa, F. (1985). Gentrification and Community Organization. In *Environmental Change/Social Change*. (pp.132-142). New York: Queens College.
- Kelly, G.A. (1955). *The Psychology of Personal Constructs: Theory and Personality*. (reprint 2001). NY: Routledge.
- Kennedy, M. & Leonard, P. (2001). *Dealing with Neighbourhood Change: A Primer on Gentrification and Policy Choices*. Washington: The Brookings Institution.
- Korpela, K. & Hartig, T. (1996). Restorative qualities of favorite places. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 221-233.
- Korpela, K. M. (1989). Place-identity as a product of environmental self-regulation. *Journal of Environmental Psychology*, 9, 241-256.
- Korpela, K.M. (1992). Adolescents' favourite places and environmental self-regulation. *Journal of Environmental Psychology*, 12: 249-258.
- Krupat, E. (1983). A place for place identity. *Journal of Environmental Psychology*, 3: 343-344.
- Lalli, M. (1988). Urban identity. In Canter, D., Jesuino, J. C. & Soczka, L. (Eds.), *Environmental Social Psychology* (pp. 303-311). Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Lalli, M. (1992). Urban-related identity: Theory, measurement, and empirical findings. *Journal of Environmental Psychology*, 12(4), 285-303.
- Laska, S. & Spain, D. (eds.) (1980). *Back to the City: issues in neighbourhood renovation*. New York: Pergamon Press.
- Latané, B. e Darley, J. (1970). *The unresponsive bystander: Why doesn't he help?* New York: Appleton-Century-Crofts.
- Levine (2003). The kindness of a stranger. *American Scientist*, 91, 226-233.
- Lewin, K. (1935). *Dynamic Theory of Personality*. New York: McGraw.

- Lima L. (1999). Percepção de riscos ambientais: uma abordagem psicossociológica. Paper presented at *Ciclo de conferências – temas e debates em Psicologia Social e Organizacional*. ISCTE: Lisboa.
- Lofland, L. (1975). *A world of stranger: orders and action in urban public space*. New York: Basic Books.
- London, B. (1980). Gentrification as Urban Reinvasion: some preliminary definitional and theoretical considerations. In S. B. Laska & D. Spain (Eds.), *Back to the city: issues in neighborhood renovation*. NY Pergamon Press. pp. 77-94.
- Low, S. & Altman, I. (1992). Place Attachment. In I. Altman & S.M. Low (Eds.), *Place Attachment: Human Behavior and Environment Advances in Theory and Research* vol.12 (pp.1-12). New York: Plenum Publishing Corporation.
- Lynch, K (1969). *The Image of the City*. MIT Press
- Macia M. & Huici, C. (1986). Apreciación subjetiva del paisaje: um ejemplo de utilización de rejilla de Kelly. In F. Burillo & J. Aragonés. *Introducción a la Psicología Ambiental*. Madrid: Alianza Editorial, pp 387-405.
- Marcuse, P. (1986). Abandonment, Gentrification and Displacement: the Linkages in New York City. In N. Smith and P. Williams (eds.). *Gentrification of the City*. London: Unwin Hyman.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Medeiros, E. (Ed.) (2001). *A área reconstruída do Chiado. Um exemplo de Nobilitação?* (Seminário de Investigação em Geografia). Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.
- Menezes, S. (2000). *Preços de aquisição de habitação em Lisboa*. Boletim Lisboa Urbanismo.
- Milgram, S. (1970). The experience of living in cities. *Science*, 167: 1461-1468.
- Moreno, E. & Ferrer, A. (1990). *Gentrificación y degradación de um barrio: Aspectos socioambientales*. Barcelona: Univesidad de Barcelona.
- Newman, O. (1972). *Defensible Space*. London: Architectural Press.
- Norris-Baker, L. & Scheidt, R.J. (1990). *Impacts of under-staffing on older residents of dying rural communities*. Paper presented at the meeting of the American Psychological Association, San Francisco, CA.
- Park, R. E. (1916). The city: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment. In R. Senett (Ed.9), *Classic essays on the culture of cities*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Proshansky, H. M., Fabian, K. & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3 (1), 57-83.
- Proshansky, H.M. & Fabian, A.K. (1987). The development of place identity in the child. In C.S. Weinstein & T.G. David (eds), *Spaces for Children*. New York: Plenum Press.
- Proshansky, H.M. (1976). Environmental psychology and the real world. *American Psychologist*, 31: 303-310.
- Proshansky, H.M. (1978). The City and self-identity. *Environment and Behaviour*, 10 (2): 147-169.
- Proshansky, H.M., Nelson-Shulman & Kaminoff, R.D. (1979). The role of physical settings in life-crises experiences. In I. Sharon & C. Spielberg (eds.). *Stress and Anxiety*, vol 6 Washington, DC: Hemisphere Publishing Corporation.
- Relf, E. (1976). *Place and Placelessness*. London: Pion, Ltd.

- Robinson, T. (1995). Gentrification and grassroots resistance in San Francisco's tenderloin. *Urban Affairs Review*, 30, 483-513.
- Rodrigues, W. (1992). Retorno à cidade e exigências de novos estilos de vida: o fenómeno de "gentrification" como exemplificação. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica: Trabalho de Síntese na Área da Sociologia Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.
- Rodrigues, W. (1999). Globalização e gentrificação: teoria e empiria. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29, 95-125.
- Romão Branco, O. (1998). *Atitudes ambientais, satisfação ambiental, identidade concelhia, características socio-demográficas e comportamentos ambientais: um estudo exploratório no concelho de Loures*. Monografia de Fim de Curso na área de Psicologia Social e das Organizações. ISPA. Lisboa.
- Rubinstein, R.L. & Parmelee, P.A. (1992). Attachment to place and the representation of the life course by the elderly. In I. Altman and S. Low (eds.). *Place Attachment*, NY: Plenum Press, pp 139-160.
- Russel, J.A. & Ward, L.M. (1982). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 33: 651-688.
- Savage, M. & Warde, A. (2002). *Sociologia urbana, capitalismo e modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Sedas, Nunes, Machado, Pais e Schmidt (1989). *Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações* (Volume VI: a convivialidade e a relação com os outros). Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.
- Slater, T. (2002). What is Gentrification? King's College, London. Atualizado em Fevereiro 2002.
- Slater, T. (2003). Comparing Gentrification in South Parkdale, Toronto and Lower Park Slope, New York City: A 'North American' Model of Neighbourhood Reinvestment? CNR, paper 11. Disponível em www.neighbourhoodcentre.org.uk.
- Smith, N. & Williams, P. (Ed.) (1986). *Gentrification of the city*. Boston: Allen & Unwin.
- Smith, N. (1986). Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. In N. Smith and P. Williams (eds.). *Gentrification of the City*. (pp.15-34). London: Unwin Hyman.
- Smith, N. (1996) *The New Urban frontier: Gentrification and Revanchist City*. NY: Routledge.
- Soczka, L. (1980). A perspectiva ecológica em Psicologia, *Psicologia*, 1:11-36
- Soczka, L. (1984). *Etologia Social e Sociometria*, Tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas, Universidade do Porto
- Soczka, L. (1990). *A perspectiva ecológica em psicologia*. LNEC. Lisboa
- Soczka, L. (1990). Representações sociais, relações intergrupais e identidades profissionais dos psicólogos. *Psicologia*. 6 (2).
- Soczka, L. (2000) (4ªEd). Contextos territoriais e a perspectiva ecológica em Psicologia Social. In J. Vala & M. B. Monteiro, (Eds). *Psicologia Social*. (503-541). Lisboa: Gulbenkian.
- Soczka, L.; Boavida, E.; Machado, P.; Pereira, A. (1985) – *Ecologia Social da Musgueira* – I, ITI, LNEC, Lisboa
- Spain, D. (1993). Been-heres versus come-heres – negotiating conflicting community identities. *Journal of the American Planning Association*, 59, 2.

- Speller, G. ; Lyons, E. & Twigger-Ross, C. (1996). The imposed relocation of Arkwright: self-evaluation processes and representation of social change in a mining community. Paper presented in *EAESP Conference*, Austria, 1-16.
- Speller, G.M. (2000). *A Community in Transition: a longitudinal study of place attachment and identity processes in the context of an enforced relocation*. PhD Thesis, University of Surrey, Guildford, GU2 7XH, UK.
- Speller, G.M., Lyons, E. & Twigger-Ross, C.L. (2002). A community in transition: the relationship between spatial change and identity processes. *Social Psychological Review*, 4 (2): 39-58.
- Steiner, D. (1993). Human ecology as interdisciplinary science, and science as part of human ecology. in D. Steiner & M. Nauser (Eds.). *Human Ecology: fragments and anti-fragmentary views of the world*. Routledge. New York.
- Stokols, D. & Shumaker, S. (?). The Psychological context of residential mobility and well-being. *Journal of Social Issues*, 38 (3), 149-171.
- Stokols, D. & Shumaker, S.A. (1981). People in places: Transactional view of settings. In J.H. Harvey (ed), *Cognition, Social Behavior, and the Environment*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Swenson, R. (1997). Autocaterkinetics, evolution, and the law of maximum entropy production: a principled foundation toward the study of human ecology. *Advances in Human Ecology*, 6, 1-47. Lee Freese.
- Sykora, L. (1996). Economic and social restructuring and gentrification in Prague. *Acta Facultatis Rerum Naturalium. Universitatis Comenianae*. In *Geographica*. 37, (pp. 71-81).
- Tajfel, H. (1978). Interindividual behavior and intergroup behavior, H. Tajfel (1978) (ed.). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup behaviors*, Londres, Academic Press.
- Taylor (1989). *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Timms, D. (1971). *The Urban Mosaic: towards a theory of residential differentiation*. Cambridge: University Press.
- Tuan, Y-F. (2001). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Turner J. C. (1982). Towrd a cognitive redefinition of the social group. In H. Tajfel (1982) (ed.) *Social identity and intergroup relations*, Londres/Paris Cambridge University Press/Maison des Sciences de L'Homme.
- Twigger, C.L. & Breakwell, G.M. (1994). Affective place attachment and environmental perceptions. Paper presented at the 13th Conference of the International Association for People-Environment Studies, Manchester, UK, 13-15 July.
- Twigger, C.L. (1992). Psychological attachment to place: London Docklands – a case study. Paper presented to the Annual British Psychological Society Conference, Scarborough, UK, 5-8 April.
- Twigger-Ross, C. L. & Uzzel, D. L. (1996). Place and identity processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 205-220.
- Twigger-Ross, C.L. & Breakwell, G. (1994). Affective place attachment and environmental perceptions. Paper presented at the 13th Conference of the International Association for People-Environment Studies, Manchester, UK.

- Twigger-Ross, C.L., Bonaiuto, M. & Breakwell, G.M. (2003). Identity Theories and Environmental Psychology. In M. Bonnes, T. Lee & M. Bonaiuto (eds) *Psychological Theories For Environmental Issues*. pp. 203-234.
- Weichart, P. (1993). How does the person fit into the human ecological triangle? From dualism to duality: the transactional worldview in D. Steiner & M. Nauser (Eds.). *Human Ecology: fragments and anti-fragmentary views of the world*. Routledge. New York.
- Willmott, P. (1976). Social research and new communities. *Journal of the American Institut of Planners*, 33, 381-398.
- Wirth, L. (1928). *The Ghetto*, University of Chicago Press.
- Yancey, W. (1972). *Architecture, Interaction and Social Control: the case of a large-scale housing project*, in J. F. Wohlwill e D. Carson (Eds.), *Environment and the Social Science: perspectives and applications*, Amer. Psych. Assoc., Washington D. C.
- Young, M. & Willmott, P. (1957). *Family and Kinship in East London*. London: Routledge and Kegan Paul. Reprint, Peregrine Books (Penguin) 1986.
- Zukin, S. (1987). "Gentrification: culture and capital in the urban core". *American Review of Sociology*. 13, (pp.139-147).

ANEXOS

ANEXO A

GUIÃO DE ENTREVISTA: residentes tradicionais

JUSTIFICAÇÕES TEÓRICAS DAS QUESTÕES/PONTOS ANALISADOS	TEMAS DAS QUESTÕES	QUESTÕES
<p>Tajfel (1981) dimensão cognitiva da identidade Autor define identidade social como a parte do auto-conceito que deriva do conhecimento da pertença ao grupo bem como o valor e significado emocional que associa a essa pertença (“... that part of na individual’s self concept wich derives from his knowledge of his membership of a social group (or groups) together with the value and emotional significance attached to that membership”). É um constructo tri-dimensional sendo que a dimensão cognitiva integra este constructo: “knowledge that one belongs to a group” (1981, p.229) Deaux (1996) sugere que os aspectos cognitivos da identificação incluem não somente os aspectos do processo de categorização em si (Eu sou membro do grupo X) mas também uma análise das crenças associadas à categoria relativamente à qual o indivíduo considera que pertence. Grauman (1983) identificação com o bairro Resposta para crítica Proshansky: não ter dado a saber até que ponto a identidade advém relações estabelecidas no lugar (do grupo, do social) ou do simbolismo e significado emocional (aspectos que vão para além do sentimento grupal) Twigger (1994) e Lalli (1988, 1992) estabelecem a distinção entre identificação e identidade e salientam que a identificação acaba por remeter para o sentimento de pertença relativo a uma categoria social: é a dimensão cognitiva tal como proposta por Tajfel. Dixon e Durheim (2000, citados por Speller, in press) salientam que “place identity derives not only from individual’s attachments to their immediate environments but also from their des-identification with other spaces and from their relationship to dominant ideologies”.</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO (Re)Conhecimento da Pertença</p>	<p>Quando lhe perguntam de onde é o que responde? Já quando lhe perguntam onde reside a resposta é a mesma? Considera-se um habitante típico do bairro Y. Qual o significado que ser membro deste grupo tem para si Quais as principais características de um habitante típico deste bairro. Há alguma destas características que considera como sua. Qual(ais) ? Como é que avalia essas características ? Identifica-se mais com as pessoas que cá vivem ou com o espírito do bairro (festas populares, história.....)</p>

<p>Tajfel (1981) dimensão afectiva da identidade: significado emocional da pertença ao grupo. Tajfel salienta que é no sentido em que “ the cognitive and avaluative aspects of the group and ones membership of it may be accompanied by emotions directed toward one`s own group and toward others which stand in certain relations to it” (p.229). Speller (2000). Refere que o attachment relativamente aos lugares influi no desenvolvimento de laços afectivos que, guiados pelos aspectos do attachment acabam por ter impacte na formação da identidade de lugar.</p> <p>Lalli (1992) considera que a PI é uma das dimensões da place identity. PA é considerada como o laço afectivo despoletado entre as px e determinados ambientes.</p> <p>Desejo de se manter perto do objecto de vinculação; o conforto e a segurança são dois atributos relacionados com os ambientes que promovem o AT</p> <p>Low e Altman (1992) salientam que a relação com o lugar é antes de mais a relação que se estabelece entre as pessoas que vivem nesse lugar. Relph (1976) salienta que o attacchment é consequência da familiaridade: conhecer e ser conhecido pelos outros .</p> <p>Hidalgo e Hernandez (2001) numa tentativa de verificar empiricamente a origem do attachment com o lugar analisou os níveis de attachment para com a casa, o bairro e a cidade segundo a dimensão física e social. Apesar de não serem conclusivos, os resultados apontam para a proeminência do attachment social direccionado para a casa e o físico em relação à cidade. Comparativamente com os anteriores os níveis de atachment em relação ao bairro foram menores.</p>	<p>RELAÇÕES AFECTIVAS/EMOCIONAIS</p>	<p>Quais as características que este bairro tem que são importantes para si ?</p> <p>Considera que este bairro lhe pertence. Porquê?</p> <p>Conhece os seus vizinhos e eles conhecem-no ?</p> <p>Se tivesse de mudar de residência o que é que mais dificilmente prescindia do bairro actual, A CASA, O LOCAL, A VIZINHANÇA</p> <p>Caso mudasse de residência acha que os seus vizinhos dariam pela sua ausência? .</p> <p>Sentiriam a sua falta (em que aspectos) ?</p> <p>Como é que caracteriza a relação que tem com as pessoas aqui do bairro? (amigos, conhecidos, desconhecidos,</p> <p>Até que ponto o tipo de relação que estabelece com as pessoas daqui do bairro vai ao encontro das suas aspirações (maior proximidade ou afastamento)</p> <p>Os seus amigos vivem aqui no bairro ou fora dele ?</p> <p>Há espírito de entre-ajuda, suporte (zelo, preocupação umas com as outras) nas pessoas do bairro ?</p> <p>Neste bairro sente-se em casa?</p>
<p>Tajfel (1981) dimensão avaliativa da identidade. Contrariamente à dimensão emocional o autor identifica a dimensão avaliativa enquanto “... the notion of the group of one`s membership in it may have apositive or negative value connotation” (p.229)</p> <p>Principio da auto-estima (Breakwel, 1986)</p> <p>Brower (1980) a posse relativamente a um lugar (attachment) tem origens motivacionais : necessidade das pessoas alcançarem uma identidade social positiva mais precisamente uma auto-estima favorável</p>	<p>AValiação</p>	<p>Quais as principais vantagens e desvantagens de viver em Y?</p> <p>Sente orgulho de viver em Y? (auto-estima)</p> <p>Quais as características do bairro que são para si motivo de orgulho ?</p> <p>Considera-se bairrista ?</p> <p>O que é para si uma pessoa bairrista ?</p> <p>Preocupa-se com a imagem que o bairro transmite para o exterior?</p> <p>Na actualidade há pessoas que mesmo não rendo raízes aqui no bairro vêem para cá viver. Já se tinha apercebido desse fenómeno?</p> <p>Porque e que actualmente há pessoas que procuram Y para viver?</p>

	AVALIAÇÃO (CONTINUAÇÃO)	<p>O que é que acha que essas pessoas procuram/valorizam ?</p> <p>Acha que este bairro tem determinadas características que outros bairros gostariam de ter ?</p> <p>Está satisfeito por viver neste bairro. Quais os principais aspectos que concorrem para o nível de satisfação que sente ?</p> <p>Se pudesse mudar alguma(s) coisa neste bairro o que é que mudaria?</p> <p>Já alguma vez fez menção ao local onde reside como meio de auto-descrição/apresentação de si próprio ?</p> <p>“Diz-me onde moras dir-te-ei quem és”. Acha que o facto de residir em Y tem alguma conotação associada? Que tipo?</p>
<p>Princípios Breakwell (1986, 1992)</p> <p>Estratégias de auto-promoção</p> <p>Considera os membros do grupo melhores que a média</p> <p>Presta mais atenção à informação que remete para uma avaliação positiva</p>	AUTO-ESTIMA	<p>O interesse demonstrado pelos de fora no bairro é para si motivo de orgulho ?</p> <p>E para as outras pessoas cá do bairro?</p> <p><u>Questões que se sobrepõem à avaliação</u></p>
<p>Bonaiuto, Breakwell e Cano (1996) auto categorização e diferenciação são algumas das características atribuídas à PI</p> <p>Níveis de Homogeneidade social percebida relativamente ao ingroup e outgroup...</p>	DISTINÇÃO	<p>Acha que os tradicionais são diferentes dos novos residentes ?</p> <p>Quais as principais características de uns e de outros que acentuem ou não as dissemelhanças ?</p> <p>Acha que os novos residentes são diferentes uns dos outros ou digamos que há um padrão de similitude que os caracteriza ?</p> <p>Pensando agora nos tradicionais acha que estes apresentam semelhanças entre si ?</p> <p>Considera que há mais semelhanças entre os tradicionais ou entre os nobilitadores ?</p>

<p>Fried (1963) “West London” Proshansky et al (1983); Lynch (1972) – Memórias ambientais e relação com o lugar Stokols e Shumaker (1981) continuidade ao nível das carácter físicas e da tradição promove a continuidade biográfica Nesta dimensõ a componente cognitiva está muito vincada, tal como acontece na familiaridade (lalli)</p>	CONTINUIDADE	<p>As alterações no sentido da recuperação do bairro devem ir ao encontro do tradicional ? Este bairro traz-lhe recordações do passado? Gostaria de viver neste bairro indefinidamente ou tem intenção /vontade de mudar de residência. O que é que o faria mudar ?</p>
<p>Guiliani (1991) attachment sinónimo de acessibilidade relativamente aos objectos. Estado que permite reduzir o strss advindo da impossibilidade de ter acesso ao objecto.</p>	AUTO-EFICÁCIA Pessoal Colectiva	
<p>Vignoles e tal., (2002) acrescenta 2 dimensões à TPI</p>	COESÃO SENSE OF PURPOSE	<u>Aplicam-se as questões colocadas a propósito da comum fate</u>
<p>Tajfel não se refere à CF aquando da sua proposta relativa à TIS mas refere “ interdependence of fate is needed to establish the locus of origin for the development of group identity” (1982, p.505) In Jackson (2002) Deaux (1996)</p> <p>Laços psicológicos, suporte recíproco, interdependência; enviesamentos próprios dos grupos que procuram a coesão</p>	COMUM FATE	<p>Quais as expectativas (desenvolvimento, conservação) que tem quanto ao futuro deste bairro ? Até que ponto acha que as expectativas dos residentes deste bairro são coincidentes, ou opostas? Há quem refira que estes bairros estão ainda muito marcados pela tradição. Acha que as pessoas que vivem no bairro estão interessadas em mantê-la? Até que ponto considera que a união entre os residentes lhes permite dar voz perante o poder político?</p>

	ASPECTOS AUTO-BIOGRÁFICOS E HISTÓRIAS DE VIDA	<p>Nasceu e cresceu neste bairro ? Onde é que nasceu? Como é que “veio parar” a este bairro?</p> <p>Na sua vida quantas vezes mudou de casa ? (tentar situar em que fazes da vida essas mudanças ocorreram, bem como os motivos associados à mudança – mudança forçada/deliberada) ?</p> <p>Vir morar neste bairro foi uma escolha. Quais os principais motivos ?</p> <p>Quais as recordações que tem das casas bairros onde residiu</p> <p>Quais as características que recorda do seu bairro e casa onde passou a infância ?</p> <p>Gostou dessa casa ? O que é que mais gostava ?</p> <p>Como é que descreve a sua casa .actual. Qual a diferença entre esta e a casa onde gostaria de morar?</p> <p>Fala-se por vezes na casa onde vivemos recorrendo à metáfora da âncora; digamos que é a casa que nos prende a um sítio. Acha que está ancorado num porto seguro ?</p> <p>Qual o significado e a importância que viver neste bairro tem para si.</p> <p>Imagina-se a viver noutro bairro ? Onde, quais as características do seu bairro ideal ?</p>
	ESTILO DE VIDA	<p>Diariamente, quanto tempo passa no bairro</p> <p>A que horas sai</p> <p>A que horas entra</p> <p>Fim de semana</p> <p>Vai ao café do bairro. Vai sempre ao mesmo ?</p> <p>Tem curiosidade relativamente à história do bairro? Sabe quais os significados</p>

	<p>PERCEPÇÃO E ATITUDE FACE À NOBILITAÇÃO E NOBILITADORES</p>	<p>Qual a sua opinião acerca dos novos residentes Consegue identificar vantagens e desvantagens associadas à sua vinda? A vinda dos novos residentes trouxe mudança para o bairro Acha que a vinda destas pessoas pode ser uma forma de não deixar degradar o bairro (pode ser uma forma de preservar o passado ... –continuidade. O facto destas pessoas virem para cá é porque há casas disponíveis no bairro. Que tipo de casas são ocupadas por este tipo de pessoas ? Porque é que há casas degradadas e vazias ? Conhece pessoas que tenham deixado o bairro? Porquê? Para onde foram ? Realojamento camarário? As pessoas que vêm para cá morar escolhem determinados tipos de casa? Quando estas pessoas arranjam as casas</p>
<p>Grauman (1976) Apropriação associada ao controle pessoal. Personalização e tomada de posse (fechar, comprar, fazer manipular, dar forma, destruir, reconstruir) Speller (2000) no contexto de Arkwright verificou que um dos aspectos com maior importância para a formação da PI acabava por ser o desejo e a capacidade de se implicar em acções que estivessem relacionadas com processos de apropriação da casa e da vila. Função expressiva do self</p>	<p>APROPRIAÇÃO ATRAVÉS DO CONTROLE</p>	<p>Fez algumas alterações na casa onde reside actualmente de modo a adequá-la ao seu gosto e à suas necessidades ? Porquê, quais? Uma pessoa que olhe para o exterior de sua casa consegue saber mais acerca de si ?</p>

ANEXO B

A N A C O R - VERSION 0.4
BY
DEPARTMENT OF DATA THEORY
UNIVERSITY OF LEIDEN, THE NETHERLANDS

The Rowprofiles:

	1 FORA	2 NOVOS	3 TRADICIO	4 TURISTAS	5 MORARIA	6 MINHA
1	,194	,194	,194	,028	,028	,167
2	,050	,050	,050	,350	,350	,100
3	,145	,203	,072	,058	,174	,145
4	,140	,047	,256	,279	,093	,140
5	,139	,139	,194	,139	,083	,139
6	,150	,150	,050	,150	,250	,150
7	,094	,188	,188	,031	,094	,188
8	,208	,083	,083	,292	,208	,083
9	,067	,200	,200	,033	,067	,200
10	,231	,077	,077	,269	,231	,077
11	,128	,154	,154	,103	,128	,154
12	,176	,118	,118	,235	,176	,118
13	,092	,154	,185	,062	,108	,185
14	,217	,130	,087	,239	,196	,087
15	,029	,191	,176	,029	,162	,206
16	,318	,068	,091	,318	,114	,045

Margin	,143	,143	,143	,142	,143	,143

7
IDEAL Margin

1	,194	1,000
2	,050	1,000
3	,203	1,000
4	,047	1,000
5	,167	1,000
6	,100	1,000
7	,219	1,000
8	,042	1,000
9	,233	1,000
10	,038	1,000
11	,179	1,000
12	,059	1,000
13	,215	1,000

14	,043	1,000
15	,206	1,000
16	,045	1,000

Margin ,143

The Columnprofiles:

1 2 3 4 5 6

	FORA	NOVOS	TRADICIO	TURISTAS	MORARIA	MINHA
1	,109	,109	,109	,016	,016	,094
2	,016	,016	,016	,110	,109	,031
3	,078	,109	,039	,031	,094	,078
4	,047	,016	,086	,094	,031	,047
5	,078	,078	,109	,079	,047	,078
6	,047	,047	,016	,047	,078	,047
7	,047	,094	,094	,016	,047	,094
8	,078	,031	,031	,110	,078	,031
9	,031	,094	,094	,016	,031	,094
10	,094	,031	,031	,110	,094	,031
11	,078	,094	,094	,063	,078	,094
12	,047	,031	,031	,063	,047	,031
13	,047	,078	,094	,031	,055	,094
14	,078	,047	,031	,087	,070	,031
15	,016	,102	,094	,016	,086	,109
16	,109	,023	,031	,110	,039	,016

Margin	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

7
IDEAL Margin

1	,109	,080
2	,016	,045
3	,109	,077
4	,016	,048
5	,094	,080
6	,031	,045
7	,109	,072
8	,016	,054
9	,109	,067
10	,016	,058
11	,109	,087
12	,016	,038
13	,109	,073
14	,016	,051
15	,109	,076
16	,016	,049

Margin	1,000	

Dimension	Singular Value	Inertia	Proportion Explained	Cumulative Proportion
1	,43200	,18663	,731	,731
2	,20305	,04123	,161	,892
3	,15459	,02390	,094	,986
4	,05004	,00250	,010	,995
5	,02927	,00086	,003	,999
6	,01778	,00032	,001	1,000
-----			-----	-----
Total		,25543	1,000	1,000

Row Scores:

Row	Marginal Profile	Dim 1	Dim 2
1	,080	,619	,627
2	,045	-1,122	-1,128
3	,077	,295	-,385
4	,048	-,480	,619
5	,080	,169	,336
6	,045	-,312	-,604

7	,072	,683	-,020
8	,054	-,917	,028
9	,067	,804	,008
10	,058	-,934	-,008
11	,087	,238	-,019
12	,038	-,556	,046
13	,073	,536	-,051
14	,051	-,706	,062
15	,076	,659	-,551
16	,049	-1,027	,852

Contribution of row points to the inertia of each dimension:

Row	Marginal Profile	Dim 1	2
1	,080	,071	,156
2	,045	,130	,280
3	,077	,015	,056
4	,048	,026	,091
5	,080	,005	,045
6	,045	,010	,080
7	,072	,077	,000
8	,054	,104	,000
9	,067	,100	,000
10	,058	,117	,000
11	,087	,011	,000
12	,038	,027	,000
13	,073	,048	,001
14	,051	,059	,001
15	,076	,076	,113
16	,049	,120	,176
		-----	-----
		1,000	1,000

Contribution of dimensions to the inertia of each row point:

Row	Marginal Profile	Dim 1	2	Total
1	,080	,630	,304	,935
2	,045	,633	,300	,933
3	,077	,265	,213	,478
4	,048	,270	,211	,481
5	,080	,258	,481	,739
6	,045	,271	,478	,749
7	,072	,997	,000	,998
8	,054	,998	,000	,998
9	,067	,963	,000	,963
10	,058	,966	,000	,966
11	,087	,952	,003	,955
12	,038	,953	,003	,957
13	,073	,927	,004	,931
14	,051	,902	,003	,905
15	,076	,719	,236	,955
16	,049	,722	,234	,956

Column Scores:

Column	Marginal Profile	Dim 1	2
--------	---------------------	----------	---

1 FORA	,143	-,445	,672
2 NOVOS	,143	,490	-,105
3 TRADICIO	,143	,413	,433
4 TURISTAS	,142	-1,156	,112
5 MORARIA	,143	-,533	-,850
6 MINHA	,143	,446	-,148
7 IDEAL	,143	,777	-,112

Contribution of column points to the inertia of each dimension:

Column	Marginal Profile	Dim	
		1	2
1 FORA	,143	,066	,318
2 NOVOS	,143	,079	,008
3 TRADICIO	,143	,056	,132
4 TURISTAS	,142	,439	,009
5 MORARIA	,143	,094	,509
6 MINHA	,143	,066	,015
7 IDEAL	,143	,200	,009
		-----	-----
		1,000	1,000

Contribution of dimensions to the inertia of each column point:

Column	Marginal Profile	Dim		Total
		1	2	
1 FORA	,143	,360	,385	,746
2 NOVOS	,143	,804	,017	,822
3 TRADICIO	,143	,425	,220	,645
4 TURISTAS	,142	,956	,004	,960
5 MORARIA	,143	,450	,538	,988
6 MINHA	,143	,868	,045	,913
7 IDEAL	,143	,946	,009	,955

A N A C O R - VERSION 0.4
BY
DEPARTMENT OF DATA THEORY
UNIVERSITY OF LEIDEN, THE NETHERLANDS

The Rowprofiles:

	1 FORA	2 NOVOS	3 TRADICIO	4 TURISTAS	5 MORARIA	6 MINHA
1	,087	,159	,174	,087	,087	,203
2	,233	,116	,093	,233	,233	,047
3	,140	,163	,140	,116	,140	,140
4	,154	,077	,154	,231	,154	,154
5	,150	,125	,175	,150	,125	,125
6	,125	,188	,063	,125	,188	,188
7	,097	,129	,129	,129	,097	,194
8	,208	,167	,125	,167	,208	,083
9	,103	,172	,172	,034	,103	,207
10	,185	,111	,111	,259	,185	,074
11	,118	,088	,206	,118	,118	,176
12	,182	,227	,045	,182	,182	,091
13	,039	,137	,216	,039	,059	,255
14	,230	,148	,082	,230	,213	,049
15	,063	,188	,219	,063	,063	,188
16	,250	,083	,042	,250	,250	,083
Margin	,143	,143	,141	,143	,143	,143

	7 IDEAL	Margin
1	,203	1,000
2	,047	1,000
3	,163	1,000
4	,077	1,000
5	,150	1,000
6	,125	1,000
7	,226	1,000
8	,042	1,000
9	,207	1,000
10	,074	1,000
11	,176	1,000
12	,091	1,000
13	,255	1,000
14	,049	1,000
15	,219	1,000
16	,042	1,000

Margin ,143

The Columnprofiles:

	1 FORA	2 NOVOS	3 TRADICIO	4 TURISTAS	5 MORARIA	6 MINHA
1	,047	,086	,095	,047	,047	,109
2	,078	,039	,032	,078	,078	,016
3	,094	,109	,095	,078	,094	,094
4	,031	,016	,032	,047	,031	,031
5	,094	,078	,111	,094	,078	,078
6	,031	,047	,016	,031	,047	,047
7	,047	,063	,063	,063	,047	,094
8	,078	,063	,048	,063	,078	,031
9	,047	,078	,079	,016	,047	,094
10	,078	,047	,048	,109	,078	,031
11	,063	,047	,111	,063	,063	,094
12	,063	,078	,016	,063	,063	,031
13	,016	,055	,087	,016	,023	,102
14	,109	,070	,040	,109	,102	,023
15	,031	,094	,111	,031	,031	,094
16	,094	,031	,016	,094	,094	,031
Margin	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

	7 IDEAL	Margin
1	,109	,077
2	,016	,048
3	,109	,096
4	,016	,029
5	,094	,089
6	,031	,036
7	,109	,069
8	,016	,054
9	,094	,065
10	,031	,060
11	,094	,076
12	,031	,049
13	,102	,057
14	,023	,068
15	,109	,072
16	,016	,054
Margin	1,000	

Dimension	Singular Value	Inertia	Proportion Explained	Cumulative Proportion
1	,38310	,14677	,851	,851
2	,11620	,01350	,078	,929
3	,08061	,00650	,038	,967
4	,06067	,00368	,021	,988
5	,04244	,00180	,010	,998
6	,01624	,00026	,002	1,000
Total		,17251	1,000	1,000

Row Scores:

Row	Marginal Profile	Dim 1	2
-----	---------------------	----------	---

1	,077	-,568	,064
2	,048	,904	-,125
3	,096	-,101	,194
4	,029	,323	-,679
5	,089	-,029	-,280
6	,036	,063	,668
7	,069	-,416	-,057
8	,054	,587	,216
9	,065	-,631	,313
10	,060	,672	-,355
11	,076	-,332	-,541
12	,049	,506	,813
13	,057	-1,033	-,132
14	,068	,858	,095
15	,072	-,773	,101
16	,054	1,023	-,156

Contribution of row points to the inertia of each dimension:

Row	Marginal Profile	Dim 1	2
1	,077	,065	,003
2	,048	,103	,007
3	,096	,003	,031
4	,029	,008	,115
5	,089	,000	,060
6	,036	,000	,138
7	,069	,031	,002
8	,054	,048	,022
9	,065	,067	,055
10	,060	,071	,065
11	,076	,022	,191
12	,049	,033	,280
13	,057	,159	,009
14	,068	,131	,005
15	,072	,112	,006
16	,054	,147	,011
		-----	-----
		1,000	1,000

Contribution of dimensions to the inertia of each row point:

Row	Marginal Profile	Dim 1	2	Total
1	,077	,986	,004	,989
2	,048	,981	,006	,987
3	,096	,368	,407	,775
4	,029	,337	,452	,789
5	,089	,020	,563	,583
6	,036	,016	,565	,582
7	,069	,668	,004	,671
8	,054	,795	,033	,828
9	,065	,876	,065	,941
10	,060	,869	,073	,942
11	,076	,527	,424	,951
12	,049	,534	,419	,952
13	,057	,985	,005	,990
14	,068	,985	,004	,988
15	,072	,927	,005	,932
16	,054	,930	,007	,937

Column Scores:

Column	Marginal Profile	Dim 1	2
1 FORA	,143	,661	-,001
2 NOVOS	,143	-,101	,695
3 TRADICIO	,141	-,518	-,456
4 TURISTAS	,143	,744	-,334
5 MORARIA	,143	,626	,112
6 MINHA	,143	-,643	-,006
7 IDEAL	,143	-,778	-,018

Contribution of column points to the inertia of each dimension:

Column	Marginal Profile	Dim 1	2
1 FORA	,143	,163	,000
2 NOVOS	,143	,004	,595
3 TRADICIO	,141	,099	,252
4 TURISTAS	,143	,207	,138
5 MORARIA	,143	,147	,015
6 MINHA	,143	,154	,000
7 IDEAL	,143	,226	,000
		-----	-----
		1,000	1,000

Contribution of dimensions to the inertia of each column point:

Column	Marginal Profile	Dim 1	2	Total
1 FORA	,143	,964	,000	,964
2 NOVOS	,143	,058	,825	,882
3 TRADICIO	,141	,690	,162	,853
4 TURISTAS	,143	,889	,054	,944
5 MORARIA	,143	,945	,009	,954
6 MINHA	,143	,898	,000	,898
7 IDEAL	,143	,955	,000	,955